



*Intenções Similares à
Salvaguarda dos Patrimónios*



www.cta.ipt.pt

N. 08 // julho 2018 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

EDITORA

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar

DIRECTORES-ADJUNTOS

Helena Moura, Rodrigo Banha da Silva, Vasco Gil Mantas, Thierry Aubry

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem
Instituto Politécnico de Tomar

EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN

2183- 1386

ANOTADA DA ERC

REGISTADA NA INPI

CONSELHO CIENTÍFICO

Professora Catedrática Doutora Primitiva Bueno Ramírez, Universidad de Alcalá de Henares
Professor Catedrático Doutor Rodrigo Balbín Behrmann, Universidad de Alcalá de Henares
Rossano Lopes Bastos, Arqueólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
Nacional/Superintendência Estadual em Santa Catarina/Brasil (IPHAN/SC)
Doutor e Livre Docente pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade De São Paulo.
(MAE/USP)
Doutor Thomas W. Wyrwoll, Forschungsstelle für Archäoikonologische Theriologie und
Allgemeine Felsbildkunde (FATAF) / Institut für Theriologie und Anthropologie

Os textos são da inteira responsabilidade dos autores

Índice

EDITORIAL	05
MENIR DA TAPADA DA MORENA, UM NOVO MONUMENTO MEGALÍTICO NO CONCELHO DA VIDIGUEIRA Manuel Diniz Corte e Manuel Calado.....	07
A MAMOA DE EIREIRA (AFIFE, VIANA DE CASTELO): UM ESBOÇO MONOGRÁFICO PRELIMINAR Fábio Soares	16
A INTEGRAÇÃO HISTÓRICA DOS MONUMENTOS EPIGRÁFICOS THE EPIGRAPHIC MONUMENTS – THEIR HISTORIC INTEGRATION José d’Encarnação	47
REVISÃO SOBRE O PATRIMÓNIO ISLÂMICO EM PORTUGAL: MONUMENTOS, SÍTIOS E CONJUNTOS ISLÂMICOS CLASSIFICADOS NO ALGARVE Cátia Teixeira e Roxane Matias	65
LA DOCUMENTAZIONE DEL DISASTRO: IL TERREMOTO IN ARCHEOLOGIA. SPUNTI PER UNA RIFLESSIONE. Enrico Roncallo	106
TERRA PRETA DE ÍNDIO: ANÁLISE DE UM PATRIMÓNIO BRASILEIRO Maria Clara Costa	114
MEMORIA E PATRIMÔNIO: CASAS DE FAZENDA DA REGIÃO SERIDÓ, NORDESTE DO BRASIL Maria Rita de Lima Assunção	121
A SEXTA EXTINÇÃO EM MASSA NUMA PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA: UMA REFLEXÃO A RESPEITO DA AGÊNCIA CONJUNTA DE HUMANOS E OBJETOS SOBRE A BIODIVERSIDADE Orestes Jayme Mega, Maico Parisoto, Janaine Kátia Cavalozza e Isabel Teresinha Zaccani Ferreira	129
GEOARQUEOLOGIA: UMA CIÊNCIA AUXILIAR OU UMA CIÊNCIA INDEPENDENTE? REFLEXÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA Cátia Sofia Machado Teixeira	142

Editorial

Este número 8 da **Antrope**, oferece fundamentalmente as experiências arqueológicas e etnográficas de dois países de língua portuguesa, divididos pelo Atlântico.

Do ponto de vista da Arqueologia Portuguesa surgem-nos contribuições que, diacronicamente, se estendem desde o Neolítico Antigo até ao período de ocupação Árabe.

Já a Arqueologia brasileira, sendo mais complexa, mantêm o ainda a Arqueologia de contacto, enquanto resultado colonial da terra dos seus antepassados.

Este primeiro bloco de contributos inicia-se com o *Menir da Tapada da Morena, um novo monumento megalítico no Concelho da Vidigueira*, monumento megalítico menírico inédito, representando o Sul de Portugal e redescoberto por Cortes e Calado. *A mamoa de Eireira (Afife, Viana de Castelo): um esboço monográfico preliminar*, Silva mantém a tradição de escavação de monumentos megalíticos, mas desta vez, dolménicos nortenhos, que nos aportam novos dados acerca deste monumento. *A integração histórica dos monumentos epigráficos* é um discurso de integridade simbólica diacrónica epigráfica, marcada pela inconfundível marca d'água de d'Encarnação. *Revisão sobre o Património Islâmico em Portugal: monumentos, sítios e conjuntos islâmicos classificados no Algarve* é um alerta de Teixeira e Matias, para com os cidadãos portugueses, no sentido de salvaguardar e preservar o Património Islâmico português. Ainda que o mesmo tenha vindo a ser classificado pela tutela permanece ainda a árdua tarefa da manutenção da preservação dos mesmos.

O segundo bloco define-se pela intensa investigação de Carvalho debruçada sobre a Etno-Arqueologia. É composto por três secções: *Inventário dos 53 fornos de pão comunitários de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro (2014-2017). Os fornos das “Brandas” – parte 1.; Inventário dos 53 fornos de pão comunitários de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro (2014-2017). Os fornos das “inverneiras” – parte 2.; Inventário dos 53 fornos de pão comunitários de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro (2014-2017). Os fornos dos “lugares fixos” e de Lamas de Mouro – parte 3.* esta investigação tem o seu início em Abril de 2014 tendo sido adoptada uma metodologia tendencialmente arqueológica na apresentação de cada forno.

O terceiro bloco traz-nos a contribuição de Rocallo, *La Documentazione del Disastro: il Terremoto in Archeologia. Spunti per una Riflessione*, enquanto reflexão sobre como podem os agentes naturais da Terra afectar os sítios arqueológicos independentemente do tempo.

O quarto bloco sugere-nos uma análise jurídica sobre os diversos tipos de sítios arqueológicos, aquando da Arqueologia de Contacto, que são ainda hoje perceptíveis. Costa apresenta-nos *Terra Preta de índio: análise de um património brasileiro*, que reflecte por um lado, a questão da legislação brasileira em ordem à preservação e protecção do Património Cultural e, por outro, as questões pedológicas existentes na Amazônia, em locais onde está já provada ocupação ancestral. *Memoria e Patrimônio: casas de fazenda da região Seridó, Nordeste do Brasil* é uma apreciação aprofundada patrimonial de Assunção, acerca da Arquitectura vernacular das casas de fazenda do Seridó e o fio condutor que se manteve após a Independência, relativamente ao meio urbano caracterizado pelo ciclo do gado. Mega, Parisoto, Cavazzola e Ferreira apresentam-nos a continuação do seu contributo no número anterior com *A Sexta Extinção em Massa numa Perspectiva Arqueológica: uma reflexão a respeito da agência conjunta de humanos e objetos sobre a biodiversidade*. Mantêm uma análise arqueológica centrada entre o resultado de actividades humanas relativamente à biodiversidade.

Por fim, Teixeira sugere-nos a *Geoarqueologia: uma Ciência Auxiliar ou uma Ciência Independente? Reflexão Teórico-Methodológica*, destacando o grande desenvolvimento de outras disciplinas que proporcionam um eventual destaque da Geoarqueologia enquanto ciência independente, por direito.

Tomar, 14 de Junho de 2018

MENIR DA TAPADA DA MORENA, UM NOVO MONUMENTO MEGALÍTICO NO CONCELHO DA VIDIGUEIRA

Manuel Diniz Cortes

Aluno de Mestrado em Arqueologia e Arte Rupestre na Universidade de Trás-os-
Montes e Alto Douro (U.T.A.D.).

diniscortes@gmail.com

Manuel Calado

Arqueólogo, Investigador do CIEBA

caladomanuel@gmail.com

Menir da Tapada da Morena, um novo monumento megalítico no Concelho da Vidigueira

Manuel Diniz Cortes

Manuel Calado

Historial do artigo:

Recebido a 07 de maio de 2018

Revisto a 19 de maio de 2018

Aceite a 20 de maio de 2018

RESUMO

Os autores identificam, descrevem, localizaram, contextualizam um monumento megalítico inédito no concelho da Vidigueira. Trata-se de um monólito em granito, com inclusão de xenólitos. Encontrava-se, segundo informação do proprietário, parcialmente soterrado nas imediações de um tradicional monte alentejano denominado Tapada da Morena, um par de quilómetros a nascente da sede de Concelho. O menir foi encontrado no decurso de trabalhos para a instalação de uma vinha, tendo sido reerguido, pelo proprietário da herdade, a cerca de 30 metros a sudeste da sua suposta localização original.

Palavras-chave: menir, megálito, Neolítico, Alentejo, Vidigueira

ABSTRACT

The authors identify, describe, locate and contextualize an unpublished megalithic monument in the municipality of Vidigueira. It is a granite monolith with xenoliths. It was found, according to information from the owner, buried in the vicinity of a traditional "Monte Alentejano" called Tapada da Morena, a couple of kilometers to the East of the town. The menhir was found in private property, during the installation of a vineyard, and was re-erected by the owner of the estate about 30 meters southeast of its supposed original location.

Key-words: menhir, megalith, Neolithic, Alentejo, Vidigueira

1. Introdução

Em Agosto de 2017, foi um dos autores (DC) convidado, por um colega de trabalho e proprietário de uma herdade denominada Tapada da Morena, para observar um monólito que, no decurso de trabalhos agrícolas, teria sido encontrado, parcialmente soterrado, perto do “monte” da referida herdade. Esta localiza-se a menos de 3 km a Este da vila da Vidigueira, distrito de Beja.

O menir foi detectado durante os trabalhos de surriba para preparação de um terreno destinado ao plantio de vinha. O proprietário julgou tratar-se de um bloco granítico natural, tendo-o recolhido e depositado na margem do terreno. Nas proximidades do monólito, encontrava-se um outro bloco de granito, de menores dimensões, de forma genericamente tronco cónica e que, como se verificou, corresponde à extremidade distal do menir.

Posteriormente, o proprietário, suspeitando que poderia estar perante um verdadeiro monumento megalítico, resolveu reerguer o bloco maior, enterrando-o cerca de 1/3, com o lado mais volumoso para baixo, junto ao portão de entrada do casario da herdade, local onde se encontra actualmente (vd. **Figura 1.**).

Note-se que o local indicado pelo proprietário coincide com a implantação canónica dos grandes menires centro-alentejanos: perto do topo de uma encosta exposta a Nascente e sem afloramentos visíveis, na área imediata. Coordenadas geográficas do local: 38° 12' 59" N; 7° 45' 58" W (C.M.P. 500).

A paisagem envolvente, de relevo relativamente suave, com valores próximos dos 200 m de altitude, é pontuada por afloramentos graníticos, alguns de notável expressão, e delimitada, escassas centenas de metros a Norte, pela falha da Vidigueira ou, dito de outro modo, pela escarpa sul do *horst* que constitui a chamada Serra do Mendro/Portel.

A serra eleva-se aí até cerca de 400 m de altitude, contrastando fortemente com a paisagem que se estende para Sul, com altimetrias da ordem dos 150-200m e que constitui genericamente a fértil planície de Beja.



Figura 1. Vista do menir, na sua posição actual, junto ao portão de entrada do Monte (face exposta a Sul). **Fonte:** Foto Dinis Cortes.

Em termos de contexto arqueológico, assinala-se, desde já, que o menir da Tapada da Morena se localiza a cerca de 1000 metros de um povoado do Neolítico final/Calcolítico, a Mangancha (VASCONCELLOS, 1918: 136); na periferia deste povoado, encontram-se referenciadas duas antas, actualmente destruídas (VASCONCELLOS, 1917: 136).

A cerca de 200 m a Oeste do menir, numa ligeira elevação, localiza-se um grande afloramento granítico, com vestígios de exploração recente, como pedreira, e de onde é altamente provável que provenha o menir. Em redor, em todo o topo do cabeço, há vestígios de ocupação pré ou proto-histórica (cerâmica manual, percutores, elementos de mó e afloramentos com covinhas).

Outro elemento relevante, no contexto regional, é o menir do Mac Abraão (COSTA, 2016: 283), um notável monólito granítico localizado cerca de 7 Km a Este da Tapada da Morena, também relativamente próximo da referida escarpa de falha. A forma ovóide deste menir evoca, de forma notável, exemplares mais setentrionais como a Casbarra ou um dos menires de S. Sebastião (CALADO, 2004).

2. Descrição do Monumento

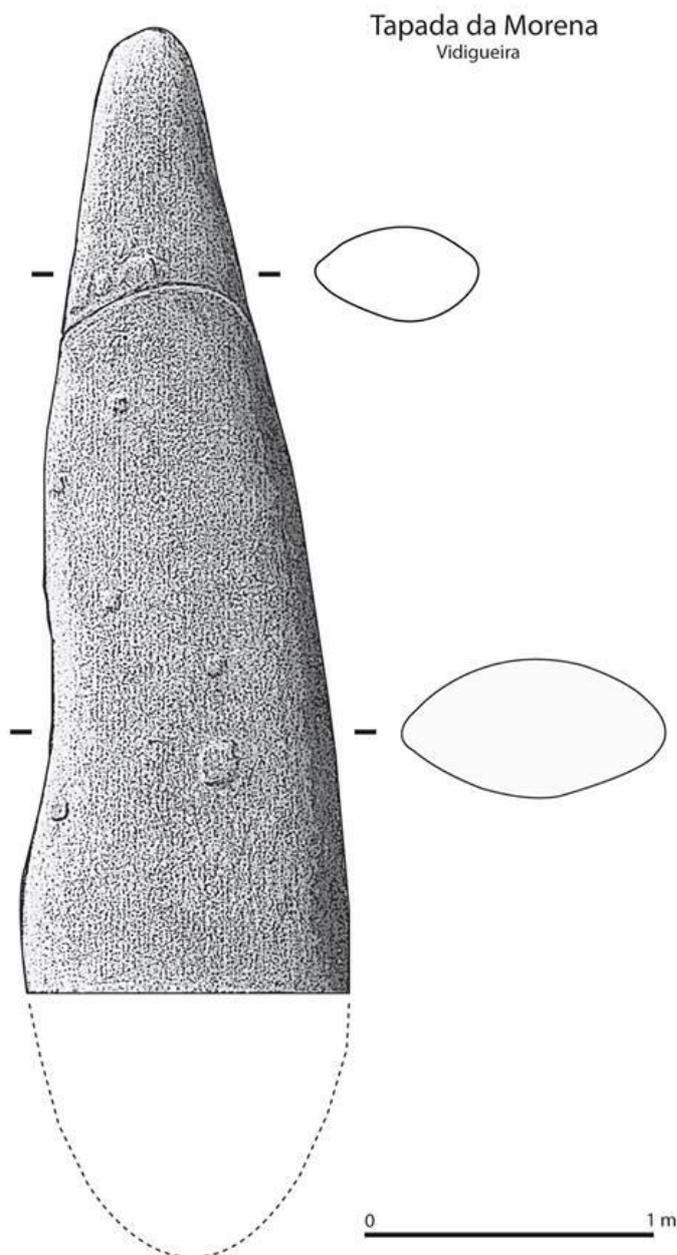


Figura 2. Reconstituição gráfica do menir da Tapada da Morena. **Fonte:** Desenho de Manuel Calado.

Considerando os dois fragmentos e tendo em conta a informação do proprietário, o menir terá uma altura total superior a 5 m. Apresenta secção transversal lenticular e um perfil afuselado, algo irregular (vd. **Figuras 2. a 5.**). O diâmetro máximo, na parte observável, ronda os 1,40 m.

Numa primeira análise, com luz natural, não foram detectadas gravuras. A superfície apresenta algumas marcas abrasivas relacionadas com a deslocação e com a recolocação no local que actualmente ocupa. Além disso, destacam-se, na matriz granítica, algumas inclusões de rocha de cor mais escura (xenólitos).



Figura 3. Menir da Tapada da Morena, na sua posição actual (face exposta a Norte). **Fonte:** Foto de Dinis Cortes.



Figura 4. Extremidade distal do menir. **Fonte:** Foto de Dinis Cortes.



Figura 5. Menir da Tapada da Morena, na sua posição actual (lado exposto a Este). Fonte: Foto de Dinis Cortes.

3. Nota final

Em termos de implantação, morfologia e matéria-prima, o menir da Tapada da Morena integra-se perfeitamente no complexo cultural, genericamente atribuível ao Neolítico antigo, constituído, sobretudo, por recintos megalíticos e grandes menires isolados, cuja maior densidade se observa nos arredores de Évora, com núcleos mais discretos em Mora, Montemor-o-Novo ou Reguengos de Monsaraz (CALADO, 2004) e alguns monumentos dispersos em áreas mais periféricas, no distrito de Portalegre.

Porém, a Sul da Serra do Mendro (tal como a Leste do Guadiana) não foi, até à data, identificado nenhum recinto megalítico; os raros exemplares conhecidos são sempre menires isolados (excepto talvez, um caso mal conhecido em Aroche que um dos autores (MC) visitou, há alguns anos, guiado pelo colega Leonardo Garcia Sanjuan).

Os dois exemplares da Vidigueira (o menir de Mac Abraão e a Tapada das Morenas), atendendo sobretudo ao porte (na ordem dos 4-5 m de altura) destacam-se nitidamente dos exemplares mais meridionais, nomeadamente os de Serpa (LOPES et al., 1998) ou os de Aroche (estes já do outro lado do Guadiana) e aproximam-se *ipso facto* dos muitos exemplares de menires isolados, com dimensões comparáveis, reconhecidos no Alentejo Central, como são os do Monte dos Almendres, Vale de Cardos, da Casbarra ou S. Sebastião, em Évora, ou os do Barrocal, Monte da Ribeira, Belhoa ou Outeiro, em Reguengos, entre outros (CALADO, 2004). Falta, na Vidigueira, o povoamento do Neolítico antigo que, no Alentejo Central, aparece reiteradamente associado aos monumentos meníricos, como aliás sucede também, de forma muito notória, no Barlavento algarvio (D. CALADO, 2000).

O eventual carácter anicónico (ainda dependente de uma análise apropriada) não surpreende, pois em muitos dos grandes menires não foram, até à data, identificadas gravuras.

Notese que a recente publicação da Carta Arqueológica do Concelho da Vidigueira deu a conhecer um novo menir, no concelho, ele também próximo das abas da serra do Mendro, o Menir das Navalhas, identificado por Manuel Carvalho (COSTA, 2016: 174).

Trata-se, porém, de uma tipologia e de uma implantação pouco canónicas. O menir das Navalhas é um bloco de xisto, relativamente esguio, que pode ser interpretado como uma estela da Anta das Navalhas, monumento localizado nas imediações. Outra possibilidade, menos plausível, atendendo ao contexto arqueológico, seria tratar-se de um monumento da Idade do Ferro, comparável ao do Alinhamento da Tera, em Pavia (CALADO, 2004).

BIBLIOGRAFIA

CALADO, David - **Menires y Poblados. Interflúvio Bensafrim/Odiáxere, Lagos, Portugal.** Tese de Mestrado. Huelva: Universidad de Huelva. 2000.

CALADO, Manuel – **Menires do Alentejo Central: Génese e Evolução da Paisagem Megalítica Regional.** Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento. 2004.

CALADO, Manuel – **Menhirs of Portugal: All Quiet in The Western Front?** In Gabriel RODRIGUEZ, G.; MARCHESI, H., (eds.) - Actes du III colloque international sur la statuaire mégalithique. Saint-Pons-de-Thomières, du 12 au 16 septembre 2012. Saint-Pons-de-Thomières: Musée de Préhistoire Régionale. 2015.

COSTA, Luísa – **Carta Arqueológica do Concelho da Vidigueira.** Vidigueira: Câmara Municipal da Vidigueira. 2016.

GONÇALVES, Victor - **Megalitismo e metalurgia no alto Algarve oriental, uma aproximação Integrada.** Estudos e Memórias. Lisboa: INIC e UNIARQ. 1991.

LOPES, Conceição; CARVALHO, Pedro; GOMES, Sofia - **Arqueologia no concelho de Serpa.** Serpa: Câmara Municipal de Serpa. 1998.

A MAMOA DE EIREIRA (AFIFE, VIANA DE CASTELO): UM ESBOÇO MONOGRÁFICO PRELIMINAR

Fábio Soares

Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de História

Largo do Paço, 4704-553, Braga, Portugal

fabio.soares.arq@gmail.com

A mamoa de Eireira (Afife, Viana de Castelo): um esboço monográfico preliminar

Fábio Soares

Historial do artigo:

Recebido a 10 de fevereiro de 2018

Revisto a 10 de maio de 2018

Aceite a 12 de maio de 2018

RESUMO

A Mamoa de Eireira (Afife, Viana do Castelo) foi alvo de quatro campanhas de escavação por Eduardo Jorge Lopes da Silva, no âmbito do projeto de investigação intitulado “O Estudo do Megalitismo Minhoto e a sua Correlação com o Douro Litoral e Beiras”, entre 1986 e 1989. No entanto, a publicação integral dos resultados não foi levada a cabo, conhecendo-se apenas notícias arqueológicas e descrições genéricas do monumento. Existe, assim, uma lacuna de conhecimentos sobre as características construtivas deste imóvel, sobre a matéria com que foi erigido, sobre a sua contextualização no espaço em que se insere e ainda sobre o mobiliário funerário exumado no decurso dos trabalhos arqueológicos. A consulta dos relatórios entregues à tutela por este investigador, bem como novos trabalhos de limpeza efetuados por nós neste monumento em julho de 2013 permitiram, entre outras coisas, descobrir novos dados que aqui pretendemos dar a conhecer, ancorando-nos numa premissa básica: no estudo do mundo funerário nada é arbitrário, todos os elementos são o resultado de uma escolha criteriosa, os quais guardam uma mensagem ou contam uma história e deverão, inevitavelmente, associar-se às conceções da morte no Neolítico.

Palavras-chave: Neolítico, NW de Portugal, Viana do Castelo, Mamoa de Eireira

ABSTRACT

Four excavation campaigns were conducted in Eireira Mound (Afife, Viana do Castelo) by Eduardo Jorge Lopes da Silva between 1986 and 1989, as part of the investigation project “The Study of Megalithic Minhoto and its Correlation with Douro Litoral and Borders”. The complete results were never published; however archaeological news and generic descriptions of the monument are known. There is a lack of knowledge, therefore, about the monument’s constructive characteristics, the materials used to build it, its background within the space it was built and even on the grave goods exhumed during the archaeological works. The query of the reports given to the guardianship by this researcher, as well as new cleaning works done by us in this monument in July 2013 allowed, among other things, to discover new data that we intend to make known here, anchoring us on a basic premise: in the study of the funerary world nothing is arbitrary, all the elements are the result of a judicious choice, which either keep a message or tell a story and must inevitably be associated with the conceptions of death in the Neolithic.

Key-words: Neolithic, NW of Portugal, Viana do Castelo, Eireira Mound

1. Introdução

A primeira referência à Mamoia de Eireira (Afife, Viana do Castelo) é realizada por Francisco Martins Sarmiento que a designou por “*antella*” ou “*antinha*”, uma vez que, segundo este, nesta não existia a tradicional tampa de cobertura (o teto), sendo o monumento encerrado por outras pedras de menor dimensão, logo de fácil remoção (SARMENTO, 1882: 2-3). Nesta linha de pensamento, o enterramento dos mortos não se efetuaria lateralmente, como aconteceria nos dólmenes, mas antes de “*cima para baixo*” (*Idem*, 1882: 2-3).

Francisco Martins Sarmiento, além de ser o primeiro a explorar o monumento em causa, foi-o também no desenho da sua planta, constituindo esta um marco importante visto ter sido a primeira a ser divulgada no norte de Portugal “*com câmara e tumulus*” (JORGE, 1982: 384). A troca de correspondência entre Francisco Martins Sarmiento e Émile Cartailhac, tendo estado o último presencialmente na Citânia de Briteiros (Guimarães), em 1880, levou-o a publicar na sua obra de 1886, editada em Paris, *Les Âges Préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*, a planta da Mamoia de Eireira (vd. **Figura 1.**), referindo-a como a “*Mamunha da Eireira*” (CARTAILHAC, 1886: 159).

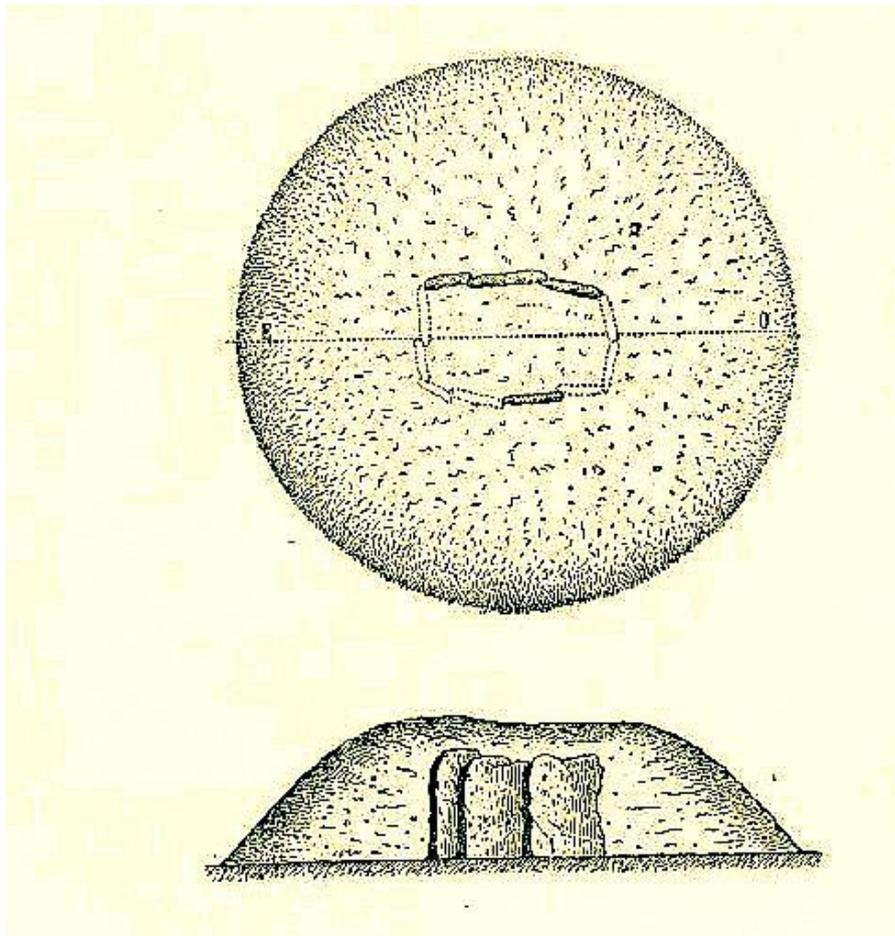


Figura 1. Planta da Mamoia de Eireira (Afife, Viana do Castelo) segundo Cartailhac (1886:159). **Fonte:** *Les Âges Préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*.

Francisco Martins Sarmiento morre em 1899, acontecimento que não só afeta os trabalhos levados a cabo na Mamoia de Eireira, mas também a arqueologia do norte português – e

consequentemente no concelho de Viana do Castelo –, dado que a partir desta data ocorre um vazio em termos de informação na investigação arqueológica.

É apenas na década de 80 do século passado que a arqueologia vianense volta a ganhar um novo fôlego, desta vez com Eduardo Jorge Lopes da Silva que centrou os seus interesses investigacionais na escavação de monumentos megalíticos nas freguesias de Afife, S. Romão de Neiva e Chafé, no concelho de Viana do Castelo (BROCHADO, 1999: 121). A escavação da Mamoa de Chafé, muito próxima do litoral, no Verão de 1985, revelou espólio em abundância e qualitativamente interessante, razão pela qual Eduardo Jorge Lopes da Silva se debruçou também no estudo do megalitismo nortenho alicerçando-se nesse ano num novo projeto de investigação intitulado “*O Estudo do Megalitismo Minhoto e a sua Correlação com o Douro Litoral e Beiras*” (SILVA, 1985: 1), aprovado pelo então IPPC (Instituto Português do Património Cultural) e com vista à prestação de provas de doutoramento a efetuar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), mas nunca concretizadas. É neste âmbito que se dá a escavação da Mamoa de Eireira, já que possuía uma posição idêntica à de Chafé. Esta localiza-se no distrito e concelho de Viana do Castelo, na freguesia de Afife, no lugar da Eireira ou Madorro. O monumento em causa foi alvo de quatro campanhas de escavação, entre 1986 e 1989. Tais campanhas permitiram a obtenção de um espólio rico e diversificado, assim como a descoberta de seis esteios gravados. Infelizmente, a Mamoa de Eireira não foi alvo de publicação monográfica, sendo apenas referida parcialmente em alguns artigos (SILVA, 1988b, 1991, 1992, 1997) e em capítulos de atas de congressos (SILVA, 1994, 2003). A morte de Eduardo Jorge Lopes da Silva, no ano de 2013, sem que a totalidade dos dados das escavações tivessem sido publicados, torna pertinente este trabalho, ainda preliminar, mas que tem por objetivo aumentar os conhecimentos sobre os contextos e práticas funerárias neolíticas do norte português, estabelecer algumas considerações sobre o meio físico em que foi erigido, estudar as características arquitetónicas e algum mobiliário exumado tecendo algumas considerações sobre as práticas funerárias neolíticas, as matérias usadas para a sua manufatura e o período de utilização e reutilização do monumento.

2. Metodologia

Este trabalho assentou em várias etapas: na pesquisa bibliográfica e na leitura dos relatórios de escavação entregues à tutela; na realocação do monumento; na realização *in loco* de trabalhos de limpeza da envolvente da Mamoa de Eireira, entre 2013 e 2014 e em colaboração com a Professora Doutora Ana M. S. Bettencourt, de forma a extrair a vegetação arbustiva e herbácea composta, essencialmente, por fetos e tojos, assim como dos próprios esteios do monumento, onde abundavam pequenos líquenes que impossibilitavam uma adequada visualização das áreas decapadas e dos perfis estratigráficos obtidas no decorrer das referidas escavações e, finalmente, pelo registo gráfico de vários perfis representativos do *tumulus*, assim como da área da entrada do monumento. Tal permitiu uma leitura estratigráfica do *tumulus*, perceber as suas etapas construtivas e a matéria-prima com que foi construído.

Também estudamos de forma detalhada uma estrutura em negativo, aberta no substrato rochoso, na área do corredor, que segundo a informação de Horácio Faria (1) seria antiga e que “*nesse local em concreto foram descobertas pontas de seta de sílex e xisto, um fragmento ósseo que segundo creio poderia ser de um maxilar inferior e fragmentos cerâmicos muito grosseiros*” (FARIA, 2014), o que justificou o desenho dos seus perfis, plano e secções.

Todos os registos gráficos foram elaborados à escala 1:20 e cotados no momento seguinte aproveitando, no extremo sul da couraça lítica, um bloco de granito de dimensão média e a uma altitude mais elevada, o qual constituiu o nosso ponto zero.

Verificamos, igualmente, a existência de novos motivos gravados e pintados pelo que optamos por efetuar um novo levantamento de todos os motivos existentes nos vários esteios (SOARES, 2013; OLIVEIRA *et al.*, 2014). Previamente a essa tarefa, desenhamos os esteios da Mamoa de

Eireira à escala 1:10. O decalque dos motivos de arte megalítica foi efetuado através de plástico polivinil e de canetas de acetato de várias cores. A realização destas atividades permitiu obter respostas para algumas questões pontuais que ficaram por esclarecer nas anotações de Eduardo Jorge Lopes da Silva.

No momento seguinte, trataram-se os dados resultantes do trabalho de campo e, ainda, do trabalho efetuado em vários museus como o de Artes Decorativas de Viana do Castelo e a Casa dos Nichos, em Viana do Castelo. Tendo em conta que a Câmara Municipal de Viana do Castelo se comprometeu com Eduardo Jorge Lopes da Silva a não autorizar o estudo dos materiais arqueológicos resultantes das campanhas de escavação na Mamoa de Eireira, este não foi efetuado. Apenas observamos o material exposto na Casa dos Nichos e, a partir daí e dos relatórios de escavação, decidimos fazer uma descrição genérica destes dados. Em relação ao material lítico depositado nesta instituição procedemos ao estudo da matéria-prima dos mesmos e a sua eventual área de origem. Realizamos, ainda, o decalque dos motivos pintados presentes num dos esteios da Mamoa de Eireira, o qual se encontra deslocado e em exposição no Museu de Artes Decorativas de Viana do Castelo, trabalho este que ainda não tinha sido efetuado. Também foram retiradas amostras das pinturas para análises de química inorgânica e radiométricas. As primeiras foram efetuadas por César Oliveira, químico da Escola de Ciências e Departamento de Química da Universidade do Minho. Já as últimas foram realizadas no laboratório de radiocarbono Beta Analytic Inc, em Miami, nos Estados Unidos da América. Por último, vetorizaram-se os desenhos de campo (plantas e perfis) e os motivos de arte megalítica, usando *softwares* informáticos como o AutoCAD® 2013 e o Adobe Illustrator® CS6. Trabalhou-se igualmente o material fotográfico resultante dos momentos anteriores. Realizamos, ainda, algumas análises espaciais através de um Sistema de Informação Geográfico.

3. Localização e contexto físico e ambiental

A Mamoa de Eireira localiza-se no lugar do Madorro ou da Eireira, na freguesia de Afife, concelho e distrito de Viana do Castelo. As suas coordenadas geográficas em graus decimais, segundo o sistema WGS 84, são: Latitude N. 41. 792883° e Longitude W. -8. 867022°, à altitude de 30 m (vd. Figura 2.).

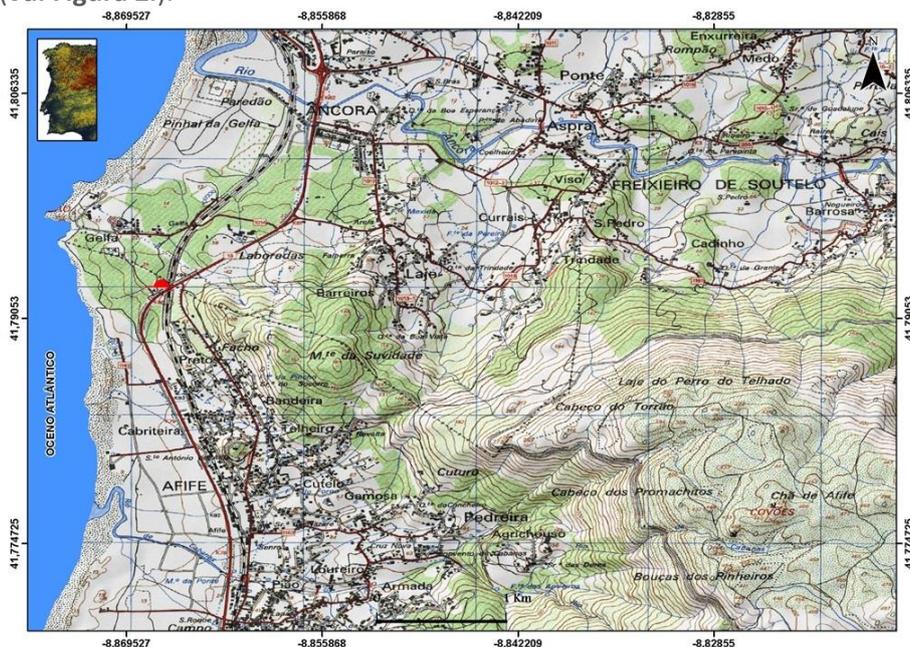


Figura 2. Localização da Mamoa de Eireira na Carta Militar de Portugal n.º 27 à escala 1:25000. Malha da quadrícula: 1 km.

Fonte: Centro de Informação Geoespacial do Exército.

O monumento implanta-se numa plataforma da vertente NW da Serra de Santa Luzia, a cerca de 400 m para nascente da linha de costa e nas imediações de um vale bem irrigado que lhe fica a sul – a veiga de Afife, percorrida pelo rio de Afife ou de Cabanas. O substrato geológico é composto por granito de duas micas de grão médio a fino, por vezes com turmalina e raras granadas que afloram em alguns locais (TEIXEIRA et al., 1972). Também ocorre, mas com menor expressão, um granito de duas micas porfiroide, de grão médio a fino (*Idem*, 1972). A vegetação local é arbórea, predominando a acácia e o eucalipto, e arbustiva, podendo-se observar fetos e tojos.

4. Condições de visibilidade a partir da Mamoa de Eireira

No que concerne às condições de visibilidade da Mamoa de Eireira para a área circundante – e colocando a hipótese da inexistência da densa vegetação que atualmente subsiste – no sentido oeste-sudoeste observar-se-ia o Oceano Atlântico, para sul ver-se-ia a vertente oeste da Serra de Santa Luzia, a norte, provavelmente, avistar-se-ia o Monte de Santa Tecla; e, por fim, a noroeste visualizar-se-ia também o oceano.

5. Contexto arqueológico

A Mamoa de Eireira, pelo facto de se implantar de forma relativamente isolada, não parece pertencer a um núcleo megalítico. No entanto destaca-se a sua proximidade, num raio de 3 km, com outros monumentos *sob tumuli*. É o caso da Mamoa da Veiga do Paçô (SOARES, no prelo), em Carreço, a cerca de 4 km para sul, do Dólmen da Barrosa (SILVA, 1988b: 128) (Vila Praia de Âncora, Caminha), para norte e das Mamoas de Aspra (SOARES, no prelo) (Vila Praia de Âncora, Caminha) e de Santo Vile (SILVA, 1988b: 128) (Vile, Caminha) para nordeste. A apenas algumas centenas de metros no sentido oeste-sudoeste deste monumento encontram-se as gravuras rupestres da Carrasqueira, na freguesia de Afife, concelho e distrito de Viana do Castelo. Contudo, e apesar da proximidade entre estas duas realidades arqueológicas, não há contacto visual entre ambas, assim como não existe uma similaridade entre os motivos gravados nos esteios da Mamoa de Eireira e os da Carrasqueira (BETTENCOURT, 2014).

6. Resultados

6.1. A câmara funerária e o corredor

As quatro campanhas de escavação levadas a cabo na Mamoa de Eireira revelaram uma estrutura dolménica bem conservada, sobretudo pelos seus 16 esteios *in situ* (SILVA, 1988b: 129). Estes configuram uma estrutura dolménica de corredor duplamente indiferenciado – em planta e alçado –, de contorno em V (*Idem*, 1994: 163). A Mamoa de Eireira encontra-se orientada no sentido oeste-este (*Idem*, 1988b: 129) (vd. **Figura 3.**).

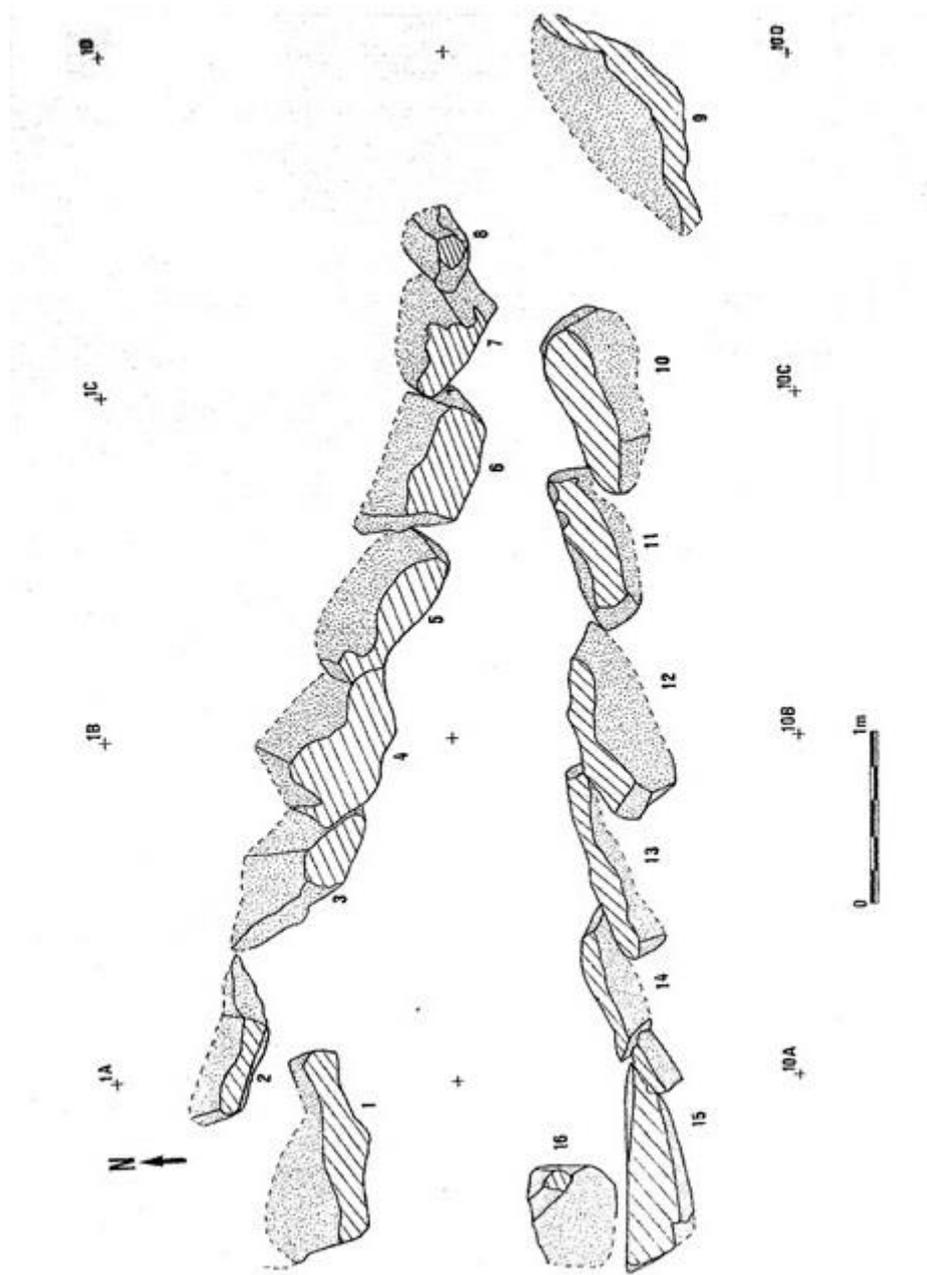


Figura 3. Planta da Mamoa de Eireira com a numeração dos esteios. Registo gráfico à escala 1:20 elaborado por Silva (1987).

Fonte: Relatório de Escavação.

Tendo em conta o cenário atrás descrito, a câmara – correspondendo ao espaço mais amplo do monumento, com cerca de 2 m de largura máxima – não se encontra fechada pelo esteio de cabeceira do lado oeste. A totalidade do espaço dolménico mede cerca de 6,25 m. O esteio de cabeceira, por sua vez, encontra-se tombado no sentido oeste-este e nas imediações dos esteios números 16, 15 e 14 (*Idem*, 1988b: 129). Situação idêntica ocorreu a um pilar granítico, com as faces de contorno sensivelmente trapezoidal e base retangular, o qual se encontrava derrubado na horizontal e próximo do esteio n.º 16 para o lado oeste (*Idem*, 1987: 5). Este foi descoberto no âmbito da segunda campanha de escavações na Mamoa de Eireira (*Idem*, 1987:5). Tendo em conta o seu volume e peso, Eduardo Jorge Lopes da Silva solicitou o apoio

técnico da autarquia de Viana do Castelo, no sentido de deslocar este pilar, tendo para o efeito supervisionado os trabalhos (*Idem*, 1989: 3). Assim, o mesmo foi removido do local por uma máquina escavadora e depositado provisoriamente no NAIAA (Núcleo Amador de Investigação Arqueológica de Afife), tendo sido transferido num momento posterior para o Museu de Artes Decorativas de Viana do Castelo, onde se encontra atualmente em exposição. Após a deslocação e limpeza cuidada deste, Eduardo Jorge Lopes da Silva, detetou vestígios de pinturas (*Idem*, 1989: 3), as quais eram “constituídas por 5 linhas onduladas, de tipologia tipicamente megalítica. A cor é o vermelho sanguíneo. Os ondulados apresentam curvaturas suaves, são paralelos, e na sua maioria, em muito bom estado de conservação” (*Idem*, 1989: 3-4). Acrescenta ainda que os quatro motivos principais parecem estar associados dois a dois (*Idem*, 1989: 3-4).

A posição original do pilar pintado supracitado seria, provavelmente, em posição vertical e encostado ao esteio n.º 1, uma vez que o seu “gémeo”, o esteio n.º 16, se encontra na mesma posição, porém encostado ao esteio n.º 15. Este, por sua vez, já não apresentava vestígios de pinturas.

Todos os esteios que configuram a estrutura dolménica apresentam a mesma altimetria – cerca de 2 m – e estão acentuadamente inclinados para o interior, embora alguns estejam ligeiramente deslocados (*Idem*, 1988b: 129-130).

Não existe qualquer laje de cobertura.

A leitura dos relatórios de escavação, assim como dos artigos parciais em revistas (*Idem*, 1988b, 1991, 1992, 1997) e/ou atas de congressos (*Idem*, 1994, 2003), revelaram-se insuficientes num estudo mais aprofundado deste monumento. Do trabalho que levamos a cabo na Mamoa de Eireira constatamos, em primeiro lugar, que a matéria usada na construção da estrutura dolménica foi o granito que, de uma forma geral, é moscovítico, de traço turmalínico com alguma granada de grão médio a fino. Algumas faces dos esteios apresentam um tipo de granito mais grosseiro composto por quartzo e feldspato. Um dado interessante reside no facto de alguns esteios (números 2, 9 e 10) apresentarem tonalidades avermelhadas/alaranjadas de origem natural, mas existentes no aro da Serra de Santa Luzia (vd. **Figura 4.**).



Figura 4. Esteios da Mamoa de Eireira com tonalidades avermelhadas/alaranjadas de origem natural. **Fonte:** Autor.

Estas informações foram gentilmente facultadas por Pedro Pimenta Simões, geólogo no Departamento de Ciências da Terra da Universidade do Minho, após uma visita à Mamoa de Eireira no decurso dos nossos trabalhos. Já nos esteios números 6, 14, 15 e 16 denotamos a presença de pinturas. Assim, e de forma a confirmar as nossas suspeitas, solicitamos o auxílio de César Oliveira, químico e membro do Departamento de Química da Universidade do Minho, para a realização de análises de química inorgânica e de Luís Gonçalves, membro do Departamento de Ciências da Terra da Universidade do Minho, para a realização de análises de cromatografia gasosa. Os resultados de ambas as análises mostraram-se interessantes. As análises de difração por raio-X mostraram a presença de minerais como a hematite, um óxido férrico natural; e goethite, também um óxido de ferro ortorrômbico (OLIVEIRA et al., 2014). São, portanto, estes os minerais responsáveis pela coloração avermelhada do pigmento (*Idem*, 2014). Estas análises revelaram também a presença de quartzo, mica e feldspato, comprovando a composição do tipo de granito usado para a edificação da Mamoa de Eireira (*Idem*, 2014). Por outro lado, as análises de cromatografia gasosa revelaram a presença de algas e/ou plantas aquáticas na amostra, dado obtido através dos vestígios de óleos vegetais na amostra, assim como colesterol, um esterol que é encontrado nas membranas celulares dos animais (*Idem*, 2014). As análises de cromatografia forneceram ainda evidências de combustão nas amostras, ou seja, tal facto sugere que as algas e/ou plantas aquáticas foram previamente aquecidas e/ou cozinhadas em fogo, sendo submetidas à influência do fumo (*Idem*, 2014). Em suma, as comunidades pré-históricas, responsáveis pela edificação da Mamoa de Eireira, pintaram alguns dos esteios com recurso a um preparado composto por algas e/ou plantas aquáticas, gema de ovo, o qual foi posteriormente fervido/cozinhado e, por fim, foi-lhe ainda adicionado hematite e goethite para obter uma coloração avermelhada.

Na área do corredor, entre os esteios números 7, 6 e 5 – do alçado norte – e os esteios números 10, 11 e 12 – do alçado sul -, respetivamente, foi detetada e escavada, em

profundidade, uma estrutura em negativo nas últimas duas campanhas de escavação levadas a cabo na Mamoa de Eireira. Em momento algum Eduardo Jorge Lopes da Silva faz referência à mesma, tanto nos relatórios entregues à tutela, os quais tivemos oportunidade de consultar, assim como nas publicações onde refere o monumento. Sabemos que foi encontrada aquando das escavações, porque aparece na fotografia final dos trabalhos que se publicou num folheto de divulgação do monumento (SILVA, 1992) (vd. **Figura 5.**), como nos foi referido pelo Engenheiro Horácio Faria, funcionário da Câmara Municipal de Viana do Castelo e membro do NAIAA. Segundo este erudito da arqueologia, que participou na escavação da referida estrutura, terá sido desta área que resultou o material mais significativo, tal como “*pontas de seta, louça grosseira e um fragmento osteológico que talvez pertencesse a um maxilar inferior*”.

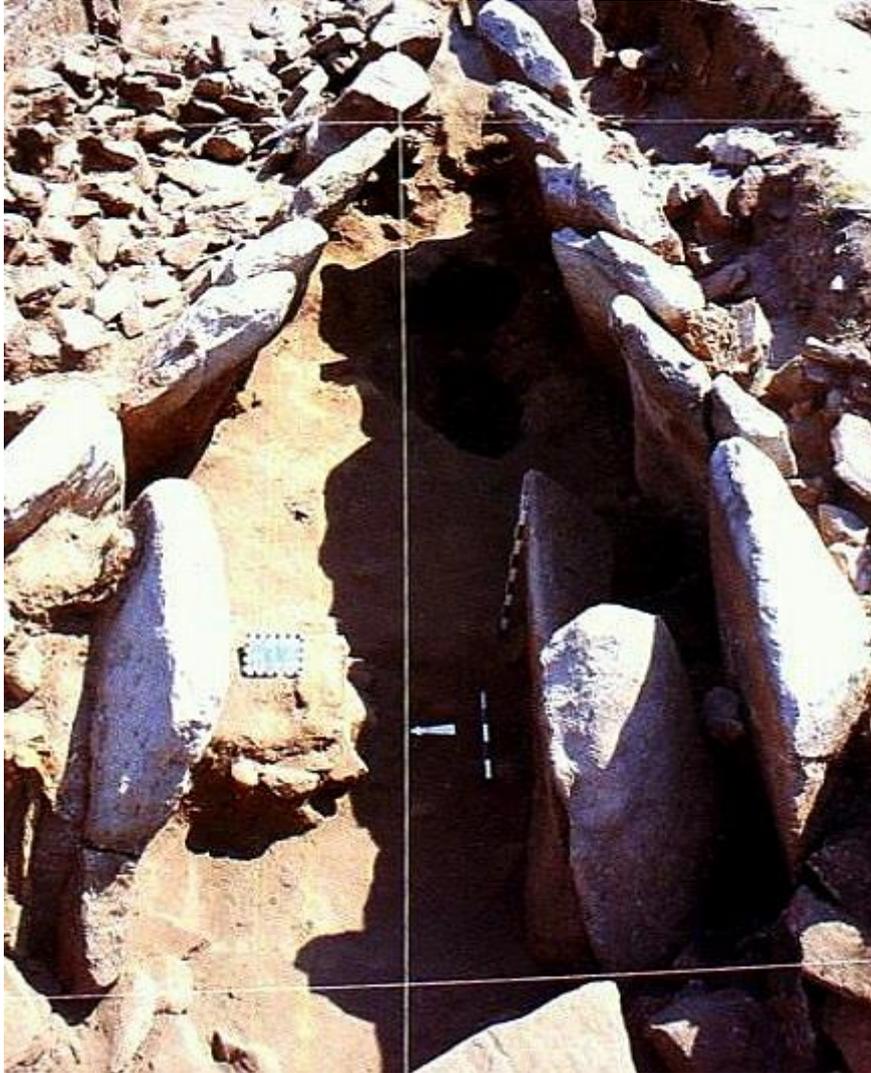


Figura 5. Fotografia da câmara e do corredor da Mamoa de Eireira podendo observar-se, ao fundo do corredor, uma estrutura em negativo (SILVA, 1992). **Fonte:** Folheto de divulgação da Mamoa de Eireira.

Tendo em conta estas referências, em julho de 2013, procedemos à limpeza desta estrutura, uma vez que se encontrava repleta de vegetação herbácea e de escassos sedimentos, tendo efetuado o seu registo gráfico com vista à sua possível interpretação (vd. **Figuras 6., 7. e 8.**). Esta apresenta um contorno grosseiramente ovalar, tendo para o efeito cerca de 2,50 m de comprimento por 1 m de largura máxima, com um estrangulamento no meio, num dos lados, como se tivesse resultado de duas fossas. A sua profundidade máxima aproxima-se dos 0,40 m. Atualmente há uma acumulação de calhaus (2) e de blocos de granito e de quartzo e um

seixo rolado no interior oeste desta estrutura que não sabemos se era original, motivo pelo qual não os retiramos. A secção longitudinal desta estrutura, que se orienta de oeste para este, mostra que a sua base era aplanada mas com diferentes profundidades (vd. Figuras 9. e 10.). Assim, e alicerçando-nos nas afirmações de Horácio Faria, assim como nas dimensões que a mesma apresenta, apenas podemos colocar a hipótese desta estrutura ter servido originalmente para um enterramento individual, no qual o cadáver estaria numa posição de decúbito lateral com o crânio voltado para leste, acompanhado, claro, de oferendas simbólicas que poderiam, ou não, refletir as suas atividades em vida. No entanto, a localização desta no seio da estrutura dolménica, em pleno corredor, não é algo usual. Também não podemos descartar um outro dado incontornável, isto é, grosso modo os monumentos funerários megalíticos foram alvo de violações e atos de vandalismo durante o período romano e épocas posteriores, na ânsia de encontrar “tesouros”. No entanto, e para decepção destas comunidades, os “tesouros” eram inglórios e não valiam o esforço/empenho nos atos deliberados de saque e vandalismo. Contudo, estes atos afetaram, indubitavelmente, os monumentos funerários megalíticos. A Mamoia de Eireira não foi exceção. Assim, e tendo em conta que da estrutura em negativo resultou louça grosseira, houve necessariamente um revolvimento das terras que até então cobriam o espaço sepulcral, o que, por conseguinte, fez com que muitos artefactos se deslocassem das suas posições originais. Neste sentido, e de acordo com o que atrás foi descrito, colocamos muitas aspas em qualquer tentativa de categorização desta estrutura.

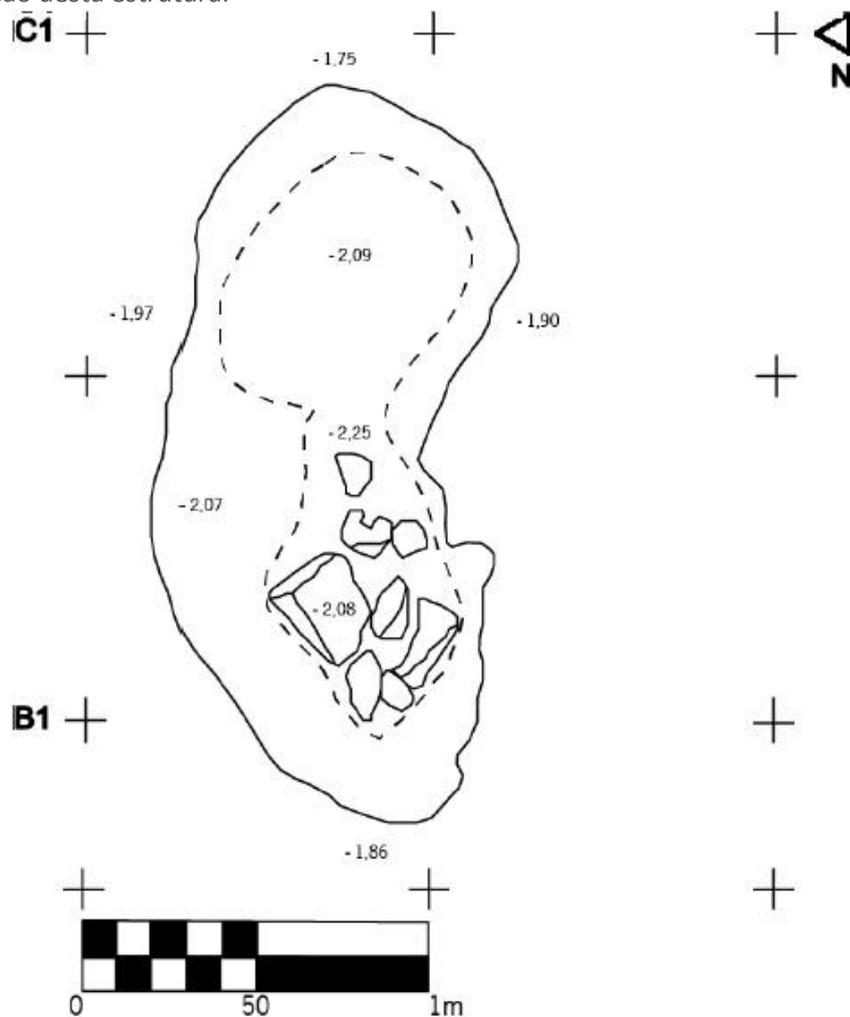
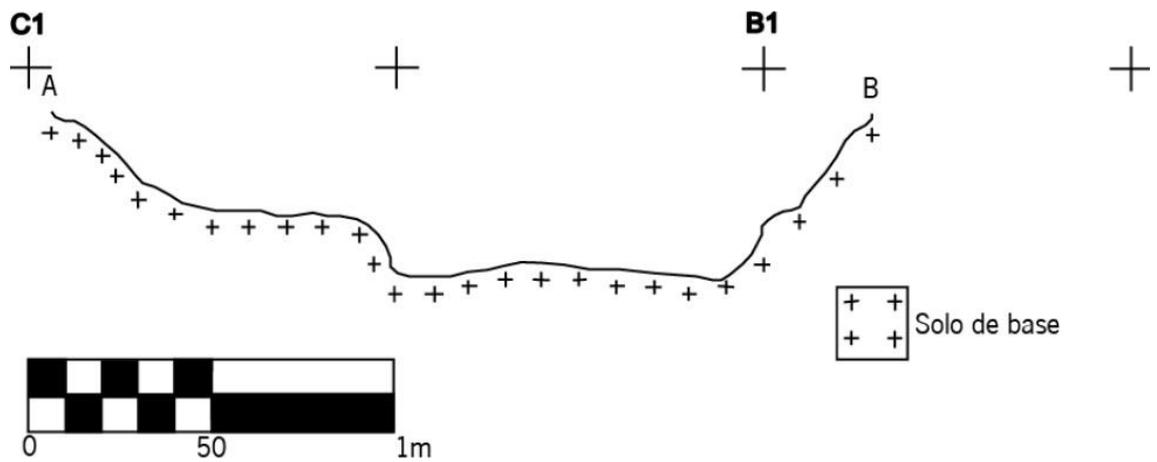
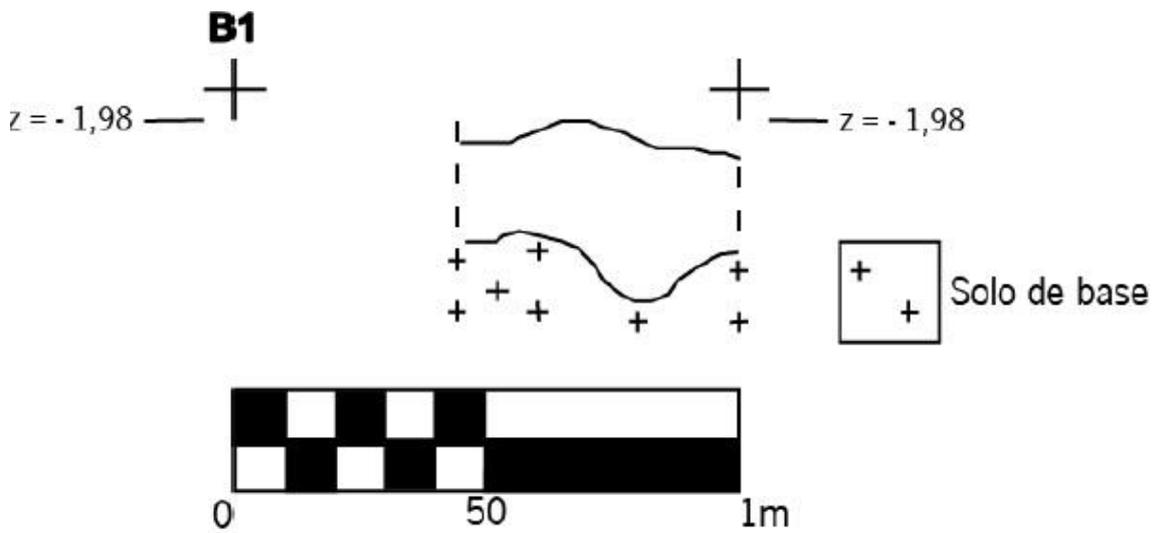
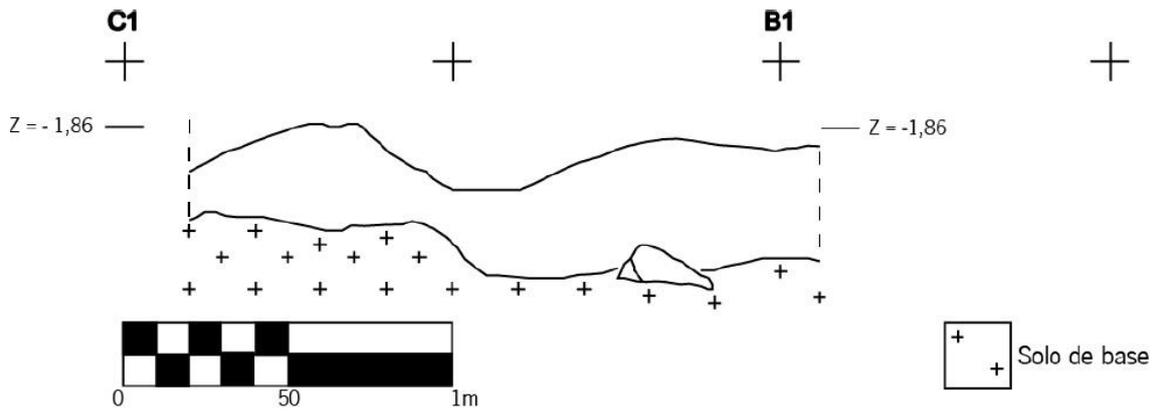


Figura 6. Plano da estrutura em negativo na área do corredor. Registo gráfico elaborado à escala 1:20. Fonte: Autor.



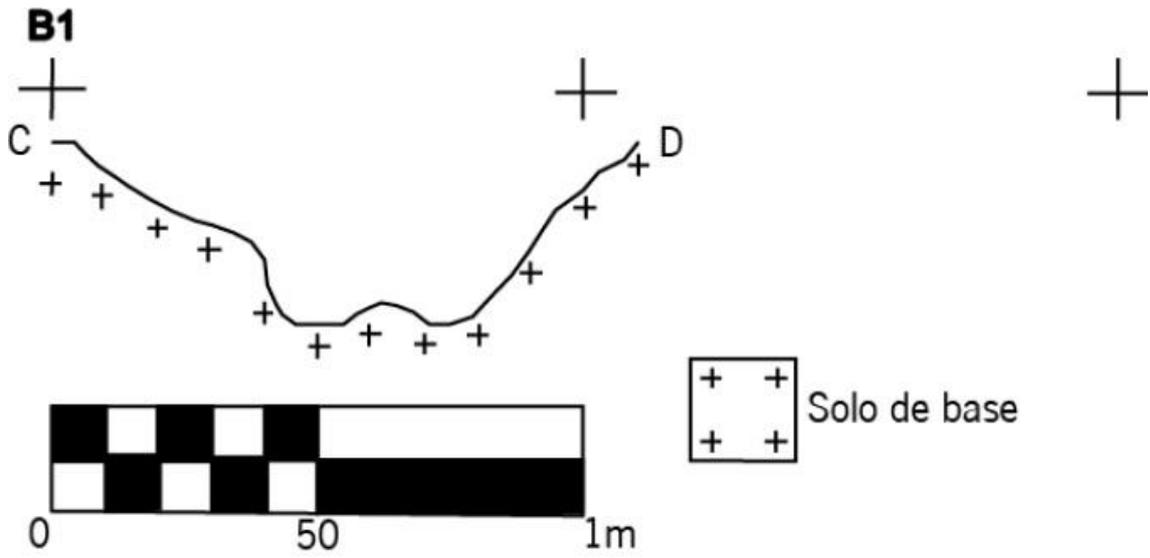


Figura 10. Secção CD da estrutura em negativo na área do corredor. Registo gráfico elaborado à escala 1:20. Fonte: Autor.



Figura 11. Estrutura em negativo na área do corredor, vista a partir de oeste. Fonte: Autor.

6.2. O *tumulus* e o contraforte

A Mamoia de Eireira apresenta um *tumulus* ovalar com cerca de 24,50 m no sentido este-oeste e 19,90 m no sentido norte-sul. Este apresenta uma couraça lítica que é composta por calhaus e blocos de granito, de vários seixos de quartzito rolados, sendo mais compacta no lado norte (SILVA, 1986: 6). Aqui, o pendor do *tumulus* é mais acentuado, verificando-se a existência de blocos dispostos de cutelo, em travamento, e alguns blocos de grande dimensão na base (Idem, 1986: 5; 1988b: 128). Já nas sanjas este, oeste e sul, a estrutura lítica é menos compacta e no espaço compreendido entre as sanjas norte e sul a couraça é apenas preenchida com

terra (*Idem*, 1986: 5). As quatro campanhas de escavação colocaram a descoberto na sanja sul uma estrutura de contenção “com pedras bem dispostas em carapaça abrupta, tipo “cairn”, no lado exterior dos esteios da câmara” (*Idem*, 1986: 5). Esta estrutura encontra-se bem conservada e trata-se de um contraforte.

A estrutura de contrafortagem, que tinha como função a proteção e/ou reforço do dólmen propriamente dito, caracteriza-se por apresentar uma morfologia hemisférica. Este é constituído por pequenos a médios blocos de granito, bastante imbrincados, que se estendem abruptamente desde o topo das lajes dos esteios (da câmara e do corredor) até quase ao solo de base (*Idem*, 1988b: 129). Os blocos graníticos que estão na base da estrutura em causa parecem estar argamassados, uma vez que a terra que preenche os espaços vazios dos mesmos apresenta uma tonalidade amarelada, semelhante à composição do barro (*Idem*, 1988b: 129). Assim, na base os blocos graníticos estão mais compactados. Em contrapartida, os espaços livres dos calhaus ou blocos que se encontram ao longo de todo o contraforte são já preenchidos por uma terra mais escura, o que lhes confere uma menor compactação (*Idem*, 1988b: 129). No entanto, e de uma forma geral, esta estrutura encontra-se bem conservada, exceto no lado oeste onde o monumento sofreu uma maior violação (*Idem*, 1988b: 129).

De forma a simplificar as descrições de Silva no que concerne ao *tumulus* e à estrutura de contrafortagem, pelas nossas observações atentas nos cortes das antigas escavações verificamos que o monumento terá sido construído por diversas etapas. Após a construção da câmara e do corredor terá sido construído em seu redor um contraforte compacto. Posteriormente, este foi coberto com sedimentos, que, por sua vez, cobriram uma couraça lítica, reforçada nos seus limites mais exteriores, chegando em alguns locais até ao substrato rochoso (como é o caso da sanja oeste). Mais tarde, em momento que se desconhece e num espaço temporal que poderá ter sido curto ou longo, houve um alargamento da área do *tumulus*, tendo o primeiro reforço lítico periférico passado a constituir um reforço intermédio do *tumulus* (vd. **Figura 12.**). Este acrescento foi construído com sedimentos, também eles, cobertos com uma couraça lítica reforçada ao nível de base, com alguns blocos graníticos sobrepostos uns aos outros como se de um murete de contenção de terras se tratasse, o que é notório apenas nalguns locais.

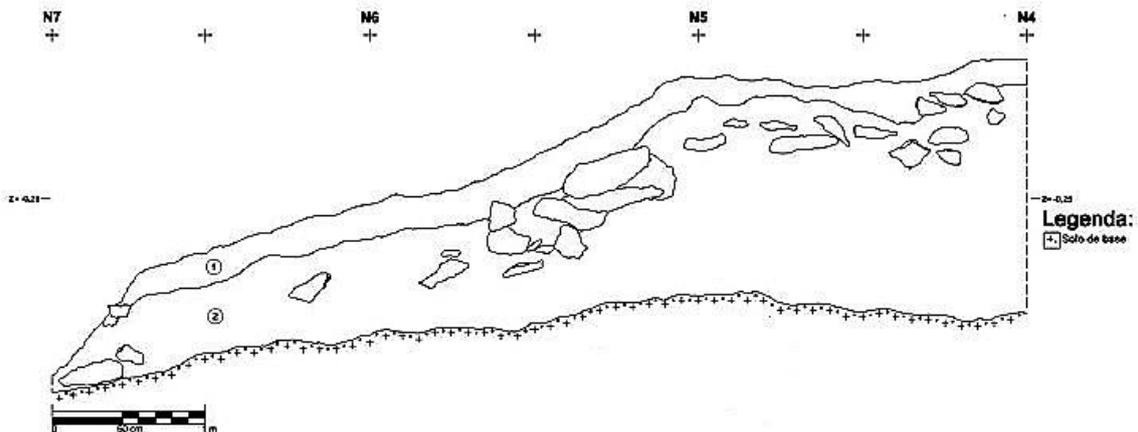


Figura 12. Perfil nascente da sanja norte da Mamoa de Eireira. Fonte: Autor.

Em termos litológicos verificamos, ainda, que a couraça lítica e o contraforte foram construídos essencialmente com calhaus e blocos de granito acinzentado e alguns raros granitos de tonalidade vermelha (vd. **Figura 13.**), raros quartzos leitosos e vários seixos rolados de quartzito de origem marinha, toda ela de origem local.



Figura 13. Calhau de granito de tom avermelhado constituinte da estrutura de contrafortagem. Fonte: Autor.

6.3. A área fronteira ao corredor

Apesar de Eduardo Jorge Lopes da Silva ter escavado a área fronteira ao corredor com o objetivo de definir e compreender melhor a estrutura de contrafortagem, este investigador encontrou uma estrutura lítica, semi-circular, implantada no solo de base, próxima da entrada do corredor (SILVA, 1989: 2) que não interpretou e que pensamos tratar-se do que restou da estrutura de condenação da entrada, perturbada por antigas violações, visto que o seu esteio de fecho, provavelmente o número 9, se encontrava deslocado aquando das suas escavações.

Segundo o que pudemos observar, este anel lítico era composto por calhaus e blocos de granito, similares aos do contraforte.

Em frente a este anel lítico observam-se algumas lajes graníticas rasantes ao solo que pensamos poderem delimitar um átrio, mas o facto de termos constatado que eram afloramentos deixa-nos muitas dúvidas sobre esta possível interpretação (vd. **Figura 14.**). É possível que tivessem sido aproveitadas para uma espécie de “lajeado natural” do átrio, cujos limites ainda estão por escavar.



Figura 14. A área fronteira ao corredor, escavada até ao substrato rochoso, e onde se pode evidenciar, no perfil, o que cremos serem vestígios da estrutura de contenção (em primeiro plano) e a espécie de “lajeado natural” que poderia constituir o chão do átrio. Fotografia realizada a partir de poente. **Fonte:** Autor.

6.4. A estratigrafia

Com vista a compreender e/ou a interpretar adequadamente o monumento atribuímos números às camadas que se evidenciaram nos diferentes cortes estratigráficos. De seguida, apresentamos a leitura das camadas que podem ser observadas nos desenhos dos vários cortes:

Camada 1 – Sedimento superficial, de composição areno-limosa, coloração castanho-acinzentado, apresentando múltiplas raízes, médias a finas. Esta camada torna-se mais compacta e mais clara à medida que se avança em profundidade, e, por conseguinte, nota-se uma rarefação dos elementos vegetais. Trata-se da camada humosa.

Camada 2 – Camada composta por calhaus e blocos de granito que se encontram na parte superior desta camada e que correspondem à couraça lítica superficial do monumento. Sob eles os sedimentos de composição arenosa apresentam uma coloração castanho-clara, existindo algumas manchas de terra de coloração amarelada, sendo, portanto, heterogéneos em termos cromáticos. Evidencia-se, ainda, a inclusão de raízes e de alguns calhaus dispersos. Trata-se dos sedimentos que compõem o *tumulus* (vd. **Figura 15.**).

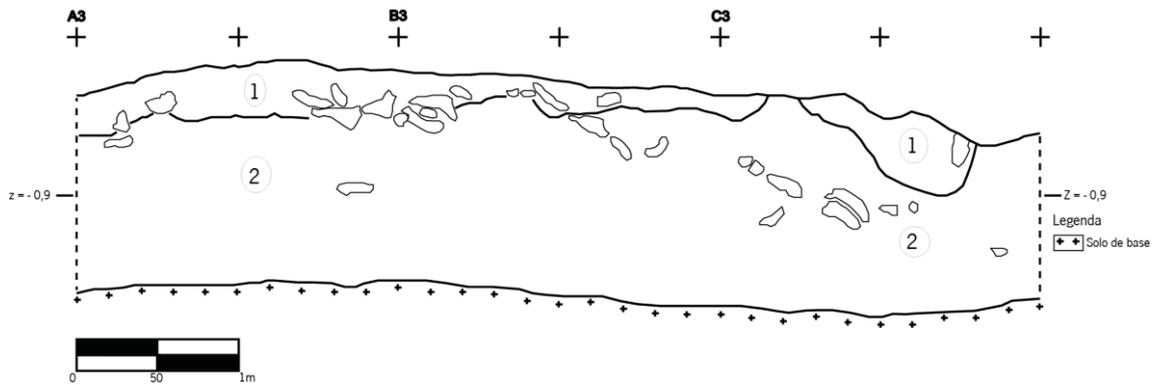


Figura 15. Perfil norte da área central do tumulus da Mamoa de Eireira. Registro gráfico elaborado à escala 1:20. Fonte: Autor.

6.5. O espólio

A consulta dos quatro relatórios de escavação elaborados por Eduardo Jorge Lopes da Silva para a tutela não especificam de forma desejada a tipologia do espólio que se obteve no decurso das intervenções arqueológicas ao monumento. A acrescer a este facto, a maioria do espólio ainda se encontra na posse dos familiares deste investigador, entretanto falecido no ano de 2013, além da existência de um documento legal estabelecido entre a Câmara Municipal de Viana do Castelo e o próprio, onde se expressa a não autorização do estudo dos artefactos depositados no município por outros profissionais de arqueologia. Ainda assim, enumerá-lo-emos, segundo o que se descreve na documentação referida, bem como o parco conjunto artefactual depositado no Museu da Casa dos Nichos em Viana do Castelo, que tivemos a oportunidade de observar.

O estudo do espólio será dividido por categorias. Na primeira inserimos o cerâmico, na segunda, os artefactos líticos, quer lascados, quer polidos; e, na terceira, os diversos.

6.5.1. Espólio cerâmico

A consulta dos quatro relatórios referidos permitiu verificar que, durante os trabalhos arqueológicos no monumento em causa, foram recolhidos 247 fragmentos de cerâmica lisa. Na primeira campanha foram exumados 88 fragmentos de cerâmica lisa que Silva referiu como “*não muito característicos*” (SILVA, 1986: 7) do Neolítico. Já na segunda campanha recolheram-se 129 fragmentos de cerâmica do mesmo tipo e na terceira campanha exumaram-se mais 30 (*Idem*, 1897: 6; 1988a: 4). Este investigador destaca, na terceira campanha, a recolha de um pequeno fragmento com decoração campaniforme (*Idem*, 1988a: 4), porém não o registou gráfica e fotograficamente para que pudéssemos efetuar a sua classificação precisa. Do mesmo modo, tal como aconteceu para todo o espólio ceramológico supracitado, não nos fornece a localização deste no seio da área escavada (quadrado, cota, entre outras coisas).

6.5.2. Espólio lítico lascado

Na segunda campanha de escavações foram exumadas cinco lâminas, das quais tivemos a oportunidade de observar três no Museu da Casa dos Nichos em Viana do Castelo. Estas são de sílex branco-acinzentado ou ligeiramente rosado e opaco (vd. Figura 16.). Uma delas, a que se encontra no meio, está retocada e parece ser uma lâmina com a extremidade distal em ponta (se de facto a extremidade direita corresponder ao bolbo). De igual forma, a lâmina inferior também parece estar retocada.



Figura 16. Três lâminas de sílex exumadas da Mamoa de Eireira atualmente depositadas e em exposição no Museu da Casa dos Nichos em Viana do Castelo. **Fonte:** Autor.

Também se exumaram 17 pontas de seta, sendo cinco descritas como de base triangular. Na primeira intervenção ao monumento Silva recolheu três pontas de seta de base triangular, fornecendo igualmente a localização das mesmas no seio da área escavada (SILVA, 1986: 6). A primeira surgiu no quadrado A1 ($X = 0,21$; $Y = 1,15$; $Z = 0,44$ m), a segunda no quadrado N1 ($X = 0,32$; $Y = 0,47$; $Z = 1,56$ m) e, por fim, a terceira no quadrado N10 ($X = 1,62$; $Y = 0,94$; $Z = 0,65$ m) (*Idem*, 1986: 6). Estes três quadrados correspondem à área da câmara (vd. **Figura 17.**), porém segundo Silva (1986: 6) as pontas de seta foram descobertas numa zona de revolvimento. Já na segunda campanha, em 1987, foram exumadas 12 pontas de seta, não especificando Silva a sua tipologia, no entanto refere que estas, de uma forma geral, surgiram nos quadrados A1 (2), F10 (3), N1 (1), E10 (1), B10 (2), A10 (2) e N10 (1), a uma profundidade compreendida entre os 0,30 e os 2 m (*Idem*, 1987: 6). Os quadrados A1, N1, A10 e N10 correspondem à área da câmara e os restantes ao corredor da estrutura dolménica. Tendo em conta a profundidade da descoberta de algumas destas peças, Silva, admite que seriam oferendas funerárias. Tal como aconteceu com o espólio ceramológico Silva não efetuou a localização precisa destes achados, assim como o seu registo gráfico e fotográfico, argumentando que “o elevado número de materiais exumados não permite aqui [no relatório] cotas e outros registos, o que acontecerá na altura da publicação monográfica do estudo completo deste monumento” (*Idem*, 1987: 6). Na terceira campanha foram detetadas mais duas pontas de seta de base triangular (*Idem*, 1988a: 4), porém descontextualizadas no terceiro relatório entregue à tutela.

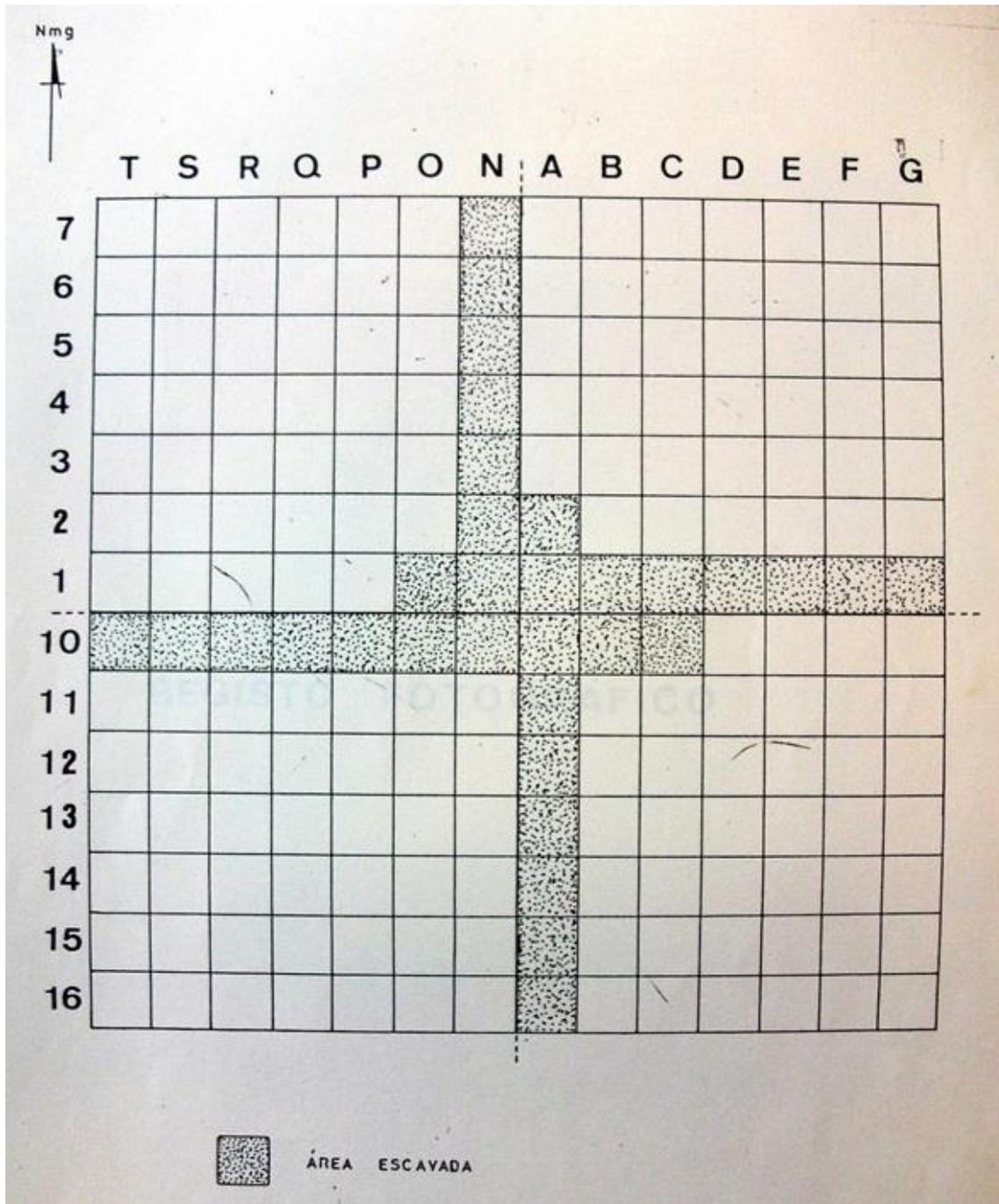


Figura 17. Planta da totalidade da área escavada, em 1989, da Mamoa de Eireira, segundo Silva (1989). Fonte: Relatório de Escavação.

Das 17 pontas de seta exumadas na Mamoa de Eireira, oito encontram-se depositadas e em exposição no Museu da Casa dos Nichos em Viana do Castelo, pelo que tivemos a oportunidade de as estudar parcialmente (vd. Figuras 18., 19. e 20.). Neste sentido, três são de sílex (duas efetuadas em sílex de coloração acinzentado e opaco e uma em sílex rosado), duas são de xisto e as restantes três foram executadas usando o quartzo semi-translúcido. Duas destas pontas de seta em quartzo semi-translúcido têm um retoque serrilhado muito bem preservado. Do mesmo modo, também verificamos que seis destas pontas de seta apresentam aletas laterais agudas. Na tentativa de melhorar o nosso estudo acerca destes materiais verificamos igualmente que o sílex que compõe as três pontas de seta expostas no

museu não é local, este tipo de matéria é exclusivo da zona meridional do atual território nacional, nomeadamente nos calcários de Ançã (Cantanhede, Coimbra), no limite nascente e Arazede, no limite ocidental. Este tipo de sílex caracteriza-se pela sua opacidade, grão fino e uma superfície de fratura lisa, o que lhe confere uma aptidão natural para o talhe (AUBRY et al., 2009: 148). No entanto, não podemos excluir que algumas peças possam ter sido feitas em sílex paleogénico, oriundo da região de Vagos e Mira (Formação de Queridas). Uma destas peças em sílex acastanhado será de outra região, embora desconheçamos qual.



Figura 18. Três pontas de seta em sílex exumadas da Mamoa de Eireira atualmente depositadas e em exposição no Museu da Casa dos Nichos em Viana do Castelo. Fonte: Autor.

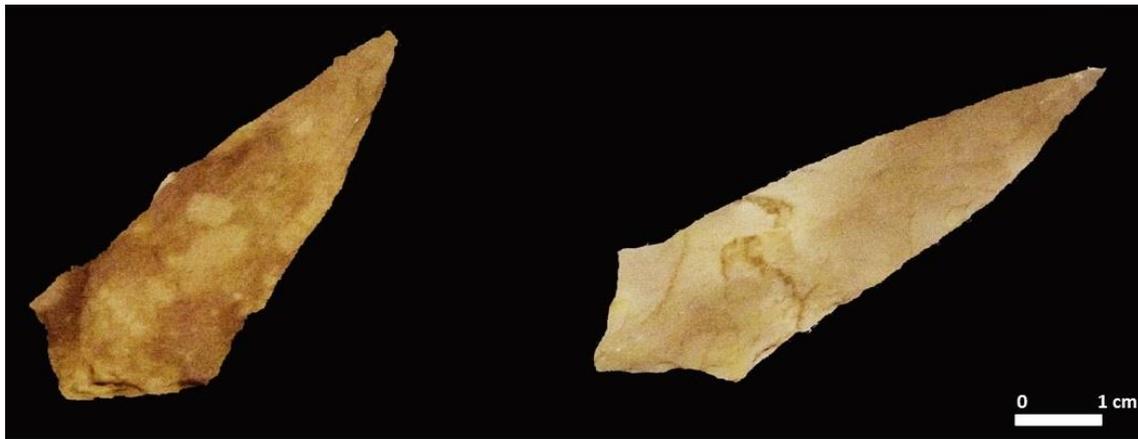


Figura 19. Duas pontas de seta em xisto exumadas da Mamoa de Eireira atualmente depositadas e em exposição no Museu da Casa dos Nichos em Viana do Castelo. Fonte: Autor.



Figura 20. Três pontas de seta em quartzo semi-transparente exumadas da Mamoa de Eireira depositadas e em exposição no Museu da Casa dos Nichos em Viana do Castelo. Fonte: Autor.

No Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Viana do Castelo encontra-se também um parco espólio, lítico, proveniente da Mamoa de Eireira. Aqui, pudemos observar mais quatro pontas de seta que passaremos agora a descrever. De salientar ainda que não nos foi autorizada a reprodução gráfica e fotográfica dos materiais que a seguir se descrevem. A primeira ponta de seta com o número de inventário EIR/AF/86 é proveniente do quadrado N1,

ou seja, a terceira a ser descoberta na campanha de escavação do ano de 1986 e que segundo Silva teria surgido numa zona de revolvimento (SILVA, 1986: 6). Esta apresenta uma base triangular com aleta lateral aguda e foi fabricada a partir de quartzo. A segunda com o número de inventário EIR/AF/87, e tal como este traduz, é proveniente da segunda campanha de escavação à Mamoa de Eireira. Não apresenta uma base triangular, mas antes reta e foi também executada em quartzo, tal como as que se encontram expostas no museu. Já a terceira foi descoberta à superfície no ano de 1991, tal como reflete o seu número de inventário M-Afife/91-Eir (sup). Esta apresenta uma base triangular e é de xisto acastanhado. A última ponta de seta guardada no Gabinete de Arqueologia, com o número de inventário EIR/AF/86, foi descoberta no quadrado A1 no ano de 1986. Foi a primeira ponta de seta descoberta na Mamoa de Eireira. Apresenta uma base triangular de bordos convexos, tem aleta lateral obtusa e é de xisto acastanhado.

É de referir que apesar de algumas pontas de seta estarem parcialmente fragmentadas, no geral, encontram-se em bom estado e sem sinais de utilização.

Ainda tivemos a oportunidade de observar um fragmento de lamela, o qual se encontra quebrado na extremidade distal e é de sílex acastanhado. Este pequeno fragmento foi descoberto no âmbito da segunda campanha, em 1987, no quadrado B10. O seu número de série é EIR/AF/87. Visualizamos, também, um fragmento de um micrólito. Trata-se de um trapézio em quartzo, exumado na segunda campanha de escavação, sem localização precisa.

Podemos também inserir na categoria dos líticos seis fragmentos de sílex exumados durante a segunda campanha de escavação (*Idem*, 1987: 6), um “pico ancorense” também descoberto nesta campanha (*Idem*, 1987: 6), e por fim, e não menos importantes, 272 lascas residuais de quartzito, algumas com retoque, exumadas nas primeiras três campanhas de escavação. Assim, na primeira foram recolhidas 140, na segunda 95 e na terceira apenas 30 (*Idem*, 1986: 7; 1987: 6; 1988a: 4).

6.5.3. Espólio lítico polido

Entre a segunda e a terceira campanha, 1987 e 1988, respetivamente, foram recolhidos três machados de pedra polida, dois na segunda e um na terceira (SILVA, 1987: 6; 1988a: 4). Um deles foi alvo de registo fotográfico por Silva (**vd. Figura 21.**) e anexo ao segundo relatório entregue à tutela. A nossa observação a este documento permite verificar que este apresenta um contorno sensivelmente trapezoidal embora com os lados convexos, o gume ligeiramente arredondado e talão plano. Tem cerca de 12 cm de comprimento, por menos de 6 cm no gume e cerca de 3,5 cm no talão. No que concerne à matéria-prima com que foi executado nada podemos acrescentar. Não parece apresentar sinais de ter sido usado.



Figura 21. Um dos machados de pedra polida recolhido no âmbito da segunda campanha de escavação à Mamoa de Eireira, em 1987. Fotografia por Silva (1987). **Fonte:** Relatório de Escavação.

6.5.4. Diversos

Neste ponto incluiremos alguns artefactos que não se integram em nenhum dos grupos anteriores, mas que certamente possuíram um papel preponderante nas práticas funerárias realizadas na Mamoa de Eireira. Referimo-nos aos seixos rolados e aos cristais.

Quanto aos seixos rolados foram encontrados apenas oito na segunda campanha de escavação ao monumento (SILVA, 1987: 6). Já os cristais apareceram em grande quantidade. Nas duas primeiras intervenções foram recolhidos 55 cristais de quartzo, 43 na primeira e 12 na segunda. Silva descreveu o primeiro conjunto como sendo piramidais, mas não muito perfeitos e adianta, também, que a sua deposição parece ser intencional (*Idem*, 1986: 7) (**vd. Tabela 1.**).

Oferendas	Quantidade	Características	Matéria
Micrólitos	1	Trapézio	Quartzo
Lamelas	1	?	Sílex
Lâminas	5	Algumas com retoque	Sílex (3)
Pontas de seta	17	Base triangular com e sem aletas, reta, semicircular e desconhecidas	Sílex, xisto e quartzo semi-translúcido
“Pico Ancorense”	1	?	Quartzito
Fragmentos informes	6	?	Sílex
Machados	3	?	?
Seixos rolados	8	?	Quartzito
Lascas residuais	272	Algumas com retoque	Quartzito
Cristais	55	?	Quartzito

Tabela 1. Características do material lítico da Mamoa de Eireira. **Fonte:** Autor.

7. A questão cronológica

De modo a determinar a cronologia absoluta do monumento procedemos à recolha de amostras do pigmento vermelho no pilar pintado, assim como em alguns esteios da Mamoa de Eireira. Após esta tarefa minuciosa enviamos as mesmas para o laboratório Beta Analytic Inc., em Miami (EUA), de forma a se realizarem datações radiométricas. No entanto, e para grande infelicidade nossa, as amostras revelaram-se insuficientes e contaminadas. Neste sentido, a atribuição de uma cronologia à Mamoa de Eireira será efetuada, num plano futuro, com base nas suas características arquitetónicas, no espólio recolhido e nos motivos das gravuras e pinturas dos esteios. De qualquer modo, em termos genéricos, consideramos que o monumento foi erguido durante o Neolítico Médio/Final e reutilizado no Calcolítico.

8. Discussão dos resultados

A escolha de um lugar último onde os corpos pudessem descansar eternamente pressupôs, antes de mais, o conhecimento da paisagem pelas comunidades neolíticas construtoras da Mamoa de Eireira. Não iremos aqui discutir as várias definições possíveis de um conceito tão abrangente, e ao mesmo tempo subjetivo, como é o da “paisagem”, no entanto assumi-lo-emos como *“um processo de informação que implica códigos, percepções, de forma a fornecer uma mensagem, tanto para os olhos como para a mente, num espaço cultural particular”* (CAMPELO, 2013: 17). O mesmo é dizer que estas sociedades dialogavam através da paisagem, considerando-a não um lugar inerte, mas antes repleta de animismo. Assim, todos os elementos que nela se inserem (pedras, afloramentos, montes, águas, rios, nascentes, bosques, determinadas plantas ou mesmo outros animais) seriam entidades portadoras de qualidades benéficas ou malélicas (BRADLEY, 2000; INGOLD, 2000; entre outros). Parece-nos assim claro afirmar que a escolha do local para implantar o sepulcro megalítico, neste caso a Mamoa de Eireira, não terá sido arbitrária, mas antes pensada e refletida, obedecendo a normas sociais e a condutas comportamentais específicas. A implantação topográfica da Mamoa de Eireira, muito próxima ao Oceano Atlântico e a cerca de 400 m para nascente da linha de costa, apesar de constituir uma característica peculiar, não lhe é exclusiva, pois a Mamoa de Chafé (Viana do Castelo) também a evidencia (SILVA, 1994: 161; 2003: 271).

No que às características construtivas diz respeito, o estudo deste monumento megalítico permitiu desde logo compreender que as comunidades neolíticas locais recorreram a diferentes soluções arquitetónicas aquando da construção deste tipo de estrutura. Assim, o montículo da Mamoa de Eireira é composto por terra à qual se acrescentou uma couraça lítica composta por calhaus/blocos de granito e, além destes elementos pétreos, também fazem parte do montículo vários seixos rolados de quartzito e raros quartzos leitosos. O montículo deste monumento cobria ainda uma estrutura de contrafortagem composta por blocos de granito de pequenas a médias dimensões, os quais parecem estar argamassados na base, dada a compacidade e tom amarelado das terras que preenchem os espaços vazios. Quer no montículo quer no contraforte é de salientar a presença de granitos de tonalidade avermelhada, embora a sua ocorrência seja rara. Tal denota que as matérias usadas na construção deste monumento foram criteriosamente escolhidas não sendo, portanto, aleatórias e tendo, certamente, um simbolismo muito preciso para o grupo que o construiu. No caso dos seixos rolados, aliás comuns em muitos monumentos megalíticos do norte de Portugal, poderá ter havido mesmo uma vontade de associar os monumentos dos mortos ou os seus espíritos com o mundo das águas.

Em relação à arquitetura dos monumentos megalíticos refira-se que no norte do atual território nacional estes configuram uma arquitetura de tipo clássico, isto é, poucos são os monumentos que se encontram providos de mamoas, as câmaras apresentam dimensões medianas e os corredores são diferenciados, na maioria dos casos (*Idem*, 2003: 272). Contudo, do nosso estudo verificamos que a Mamoa de Eireira constitui uma “exceção à regra”, pois apresenta um *tumulus* bem conservado e uma câmara e corredor duplamente indiferenciados,

em planta e alçado. Esta situação, embora rara no nosso país, verifica-se também noutros monumentos localizados no norte do território português, assim como na vizinha Espanha, nomeadamente na região da Galiza (CARRERA RAMÍREZ, 2005; VILASECO VÁZQUEZ, FÁBREGAS VALCARCE, 2006). Por cá, o Dólmen da Barrosa (Caminha, Viana do Castelo) constitui o primeiro paralelo próximo com a Mamoa de Eireira. A estrutura dolménica deste também apresenta uma câmara e corredor indiferenciados em planta, mas não em alçado, dado que as lajes do corredor são mais baixas (SILVA, 2003: 272). Todavia, esta indiferenciação em planta deve ser colocada entre aspas, dado que as lajes do corredor se encontram fraturadas no topo, impedindo uma atribuição segura em relação ao seu tamanho original (CARRERA RAMÍREZ, 2005: 375). Situação inversa ocorre na Mamoa de S. Romão do Neiva I (Viana do Castelo), de câmara e corredor indiferenciados, pois são os ortóstatos da câmara que apresentam dimensões reduzidas em relação aos do corredor, mais altos (SILVA, 2003: 272). No concelho de Esposende, o Dólmen da Portelagem também evidencia, embora de forma ténue, indiferenciação em planta entre a câmara e o corredor (*Idem*, 1994: 166). As lajes do curto corredor são mais baixas em relação às da câmara (*Idem*, 1994:166). Outro exemplo crasso deste tipo de característica arquitetónica reside no concelho de Penafiel, na freguesia de Santa Marta, o Dólmen da Portela. Este monumento com uma câmara poligonal irregular apresenta um longo corredor indiferenciado em planta, com cerca de 6 m de extensão e uma largura máxima de 2,5 m (JORGE, 1982; STOCKLER, 2000). Em Espanha, mais concretamente na região da Galiza, o dólmen 2 de Parxubeira (A Coruña) é constituído por uma câmara, da qual se conservam sete ortóstatos, estando um deles fraturado; e um corredor curto com dois ortóstatos em cada lado (CARRERA RAMÍREZ, 2005: 558). Nesta estrutura dolménica verifica-se uma indiferenciação em planta entre a câmara e o corredor, mas não em alçado, uma vez que as lajes do corredor são mais baixas (*Idem*, 2005: 558). A Mamoa 2 de Fonte do Lagarto, também conhecida como “Casiña da Moura” (Pontevedra) trata-se também de um dólmen de corredor indiferenciado em planta (*Idem*, 2005: 690). Na mesma região encontra-se uma outra, a Mamoa 1 de Chan de Castiñeiras (Pontevedra), onde as campanhas de escavação colocaram a descoberto uma estrutura dolménica em muito mau estado de conservação, mas ainda assim os investigadores propõem “*uma câmara poligonal com corredor indiferenciado em planta e escassamente em altura*” (*Idem*, 2005: 699). Ainda nesta área geográfica, a Mamoa de Chan de Arquiña (Pontevedra) configura uma estrutura dolménica de câmara e corredor indiferenciados em planta e levemente em altura (*Idem*, 2005:729). O corredor é curto, tendo apenas três ortóstatos à esquerda e dois à direita, enquanto a câmara é formada por nove ortóstatos (*Idem*, 2005: 729). A Anta do Meixueiro (Pontevedra) apresenta uma câmara poligonal de tamanho considerável e um corredor indiferenciado em planta (*Idem*, 2005: 758). Por fim, também a Anta I de San Colmado (Pontevedra) apresenta uma estrutura idêntica, sendo o corredor indiferenciado em planta e pouco diferenciado em altura (*Idem*, 2005: 759).

No que concerne às práticas funerárias, nomeadamente ao nível do espólio votivo exumado da Mamoa de Eireira, procuraremos não ser exaustivos no que toca à comparação com outros monumentos, já que o mobiliário funerário recolhido neste monumento é muito comum aos de outros monumentos no norte do país. O espólio votivo encontrado na Mamoa de Eireira foi relativamente vasto e diversificado. Contudo, e tal como Silva (1994: 163) já tinha referido, destaca-se a predominância do material lítico. Atentemos também no facto de se ter recolhido um fragmento de cerâmica com decoração “campaniforme”, embora este investigador não tenha procedido à sua classificação. Esta característica, que contraria claramente a ideia da “pobreza artefactual” que continua associada aos monumentos megalíticos do norte português, também se evidenciou na Mamoa de Chafé (Viana do Castelo). Aliás, este monumento primou pela excecionalidade, pois permitiu a recolha de mais de sete dezenas de pontas de seta (SILVA, 1994: 164). Estas são semelhantes às encontradas na Mamoa de Eireira quer ao nível da tipologia quer ao nível da matéria-prima com que foram executadas, isto é, a

maioria “*são elaboradas tanto em sílex, como em xisto, comeana e quartzo, apresentam, [...], a base triangular, muitas delas com aletas*” (*Idem*, 1994: 164). De igual forma recolheram-se lâminas de dimensões significativas, dois machados de pedra polida e várias lascas de quartzito (*Idem*, 1994: 164). No que à cerâmica diz respeito, e a par da Mamoa de Eireira, também se descobriram fragmentos com decoração campaniforme do tipo “marítimo” (*Idem*, 1994: 164). Já aqui tínhamos referido o aparecimento de um fragmento osteológico na Mamoa de Eireira, de acordo com as informações de Horácio Faria (2014), no entanto em momento algum Eduardo Jorge Lopes da Silva refere este facto, assim como a possível “fossa de enterramento” no seio deste monumento. Não podemos deixar de lamentar esta ausência de registo e consequente estudo para o fragmento ósseo de maxilar inferior (?) ocorrido na Mamoa de Eireira, de forma a averiguar, por exemplo, a idade à morte, possíveis patologias, código genético e o tipo de dieta alimentar das sociedades construtoras deste monumento, o que se revelaria útil e igualmente interessante na compreensão deste período cronológico à escala local/regional. Não menos importantes, muito pelo contrário, abordaremos também a deposição tida como intencional, na Mamoa de Eireira, dos seixos rolados de quartzito e dos cristais de quartzo. Assim, compartilhamos da opinião de Pedro Carvalho quando refere que “*os seixos rolados fazem parte de um rol de materiais arqueológicos que embora muito frequentes em monumentos sepulcrais pré-históricos, não têm sido convenientemente valorizados por alguns arqueólogos*” (CARVALHO, 2005: 187). As funções inerentes a este tipo de materiais podem passar pelo brunir cerâmica, constituir polidores, servir de percutores ou mesmo de bigornas (*Idem*, 2005: 187). Estes primam sobretudo pela quantidade em que ocorrem nos monumentos sepulcrais pré-históricos e a diversidade/variedade tipológica que ostentam, “*o que não quer dizer que não obedeça a critérios lógicos que nos escapam atualmente*” (*Idem*, 2005: 187). Em relação aos cristais de quartzo, saliente-se que estes são muito abundantes tanto em monumentos megalíticos funerários, assim como em povoados, sendo múltiplas as suas referências em diversos trabalhos. No entanto, as funções por eles desempenhadas são diferentes, ou seja, uns há que apresentam vestígios de utilização, outros terão servido de núcleos e ainda existem aqueles que têm claramente um carácter votivo, como é o caso dos recolhidos na Mamoa de Eireira. Referimos aqui apenas um descoberto na base da câmara do Dólmen de Pendilhe (Viseu), dado o seu comprimento invulgar, cerca de 20 cm (*Idem*, 2005: 197). Importa ainda referir, neste último ponto, que verificamos que as matérias usadas nas oferendas líticas são na maioria de origem local (como o xisto, o quartzo e o quartzito), embora algumas sejam exógenas (como o sílex acinzentado, provavelmente da área de Cantanhede e o avermelhado, provavelmente da área da Nazaré). Tal representa, além da interligação destas comunidades com o mundo meridional (possivelmente através da área costeira), a grande importância simbólica destas matérias nos ritos funerários.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto de dissertação de mestrado do signatário intitulado “*Contextos e práticas funerárias do Neolítico na fachada costeira entre o Âncora e o Lima (Norte de Portugal) a partir da Mamoa de Eireira*”, que por sua vez se inseria na tarefa 2 do projeto *Espaços Naturais, Arquiteturas, Arte rupestre e Deposições na Pré-história recente da Fachada Ocidental do Centro e Norte Português: das Ações aos Significados – ENARDAS* (PTDC/HIS-ARQ/112983), financiado pelo Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE) e comparticipados pelo Fundo Comunitário Europeu FEDER.

O autor agradece ao Dr. Horácio Faria as informações disponibilizadas relativas às campanhas de escavação na Mamoa de Eireira; ao Dr. Pedro Pimenta Simões a classificação litológica dos constituintes do monumento da Eireira; à Dr^a. Ana Bettencourt a orientação nos trabalhos de campo; ao Dr. César Oliveira a realização das análises de química inorgânica; ao Dr. Luís Gonçalves a realização das análises de cromatografia gasosa e ao Dr. Filipe Pereira o trabalho de cartografia.

(1) Horácio Faria participou nas duas últimas campanhas de escavação levadas a cabo na Mamoa de Eireira (1988 e 1989) por Eduardo Jorge Lopes da Silva. À data tinha 26 e 27 anos, respetivamente, participando neste processo num âmbito voluntário e interessado profissionalmente na análise e estudo da presença humana nos espaços costeiros minhotos. Nessa época era também presidente da associação cultural NAIAA (Núcleo Amador de Investigação Arqueológica de Afife), a qual disponibilizou todo o apoio possível a Eduardo Jorge Lopes da Silva e à equipa. Já era licenciado em Engenharia do Ambiente pela Universidade de Aveiro, em 1984, tendo como área de especialização a Poluição. Na última campanha de escavações era também aluno de pós-graduação em Gestão e Ordenamento de Zonas Ribeirinhas na Universidade de Cantábria.

(2) Utilizamos esta designação para elementos pétreos inferiores a 250 mm. Para os superiores foi usado o termo bloco.

BIBLIOGRAFIA

AUBRY, Thierry [et al.] – Os artefactos: reconstituição da funcionalidade e da dinâmica de formação dos sítios. In AUBRY, Thierry (coord.) **200 séculos da história do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico**. Lisboa: IGESPAR, I. P., 2009. ISBN 978-989-8052-14-8, p. 131-169.

BRADLEY, Richard – **An Archaeology of Natural Places**. London and New York: Routledge, 2000. ISBN: 978-0415221504.

BROCHADO, Carlos – Gerações de arqueólogos de Viana do Castelo. **Cadernos Vianenses**. Viana do Castelo: Câmara Municipal. ISSN 0871-4282. N.º 25 (1999), p. 109-126.

CAMPELO, Álvaro – **A paisagem. Introdução a uma gramática do “espaço”**. Braga: Universidade do Minho e Departamento de Geografia, 2013. ISBN 978-989-97394-4-4-4.

CARRERA RAMÍREZ, Fernando – **El arte parietal en monumentos megalíticos del Noroeste Peninsular – dimensión del fenómeno y propuestas de conservación**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2005. Tese de doutoramento.

CARTAILHAC, M. Émile - **Les Âges Préhistoriques de l’Espagne et du Portugal**. Paris: CH, 1886. ISBN 9782012867208.

CARVALHO, Pedro M. S. – A Necrópole Megalítica da Senhora do Monte (Penedono – Viseu): um espaço sagrado pré-histórico na Beira Alta. **Estudos Pré-Históricos**. Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, 2005. ISBN 972993522X. Vol. 12.

FARIA, Horácio – **Re: Mamoia de Eireira – Informações Complementares**. 25 Mar. 2014. [Consult. 25 Mar. 2014]. Mensagem pessoal.

INGOLD, Tim – **The Perception of the Environment. Essays on the livelihood, dwelling and skill**. London and New York: Routledge, 2000. ISBN 0-203-46602-0.

JORGE, Vítor O. – **Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu**. Porto: Faculdade de Letras, 1982. 2 Vols. Tese de doutoramento.

TEIXEIRA, Carlos; MEDEIROS, Artur C. e COELHO, A. De Vasconcelos Pinto – **Carta Geológica de Portugal na escala 1:50000. Notícia explicativa da folha 5-A (Viana do Castelo)**. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, 1972.

SARMENTO, Francisco M. – Pelo Minho. Materiaes para a archaeologia do districto de Vianna. **Pero Gallego: folha litteraria scientifica, etc**. Viana do Castelo: [s.n.]. N.º 13 (1882), p. 2-4.

SILVA, Eduardo J. L. – **O Estudo do Megalitismo Minhoto e a sua Correlação com o Douro Litoral e Beiras**. Porto: Grupo de Investigação Arqueológica do Norte, 1985. Projeto de Investigação apresentado ao Instituto Português do Património Cultural.

SILVA, Eduardo J. L. – **Relatório da Escavação da Mamoia de Eireira (Afife, Viana do Castelo) – 1ª Campanha**. Porto: Grupo de Investigação Arqueológica do Norte, 1986. Relatório de Escavação Arqueológica.

SILVA, Eduardo J. L. – **Relatório da Escavação da Mamoa de Eireira (Afife, Viana do Castelo) – 2ª Campanha**. Porto: Grupo de Investigação Arqueológica do Norte, 1987. Relatório de Escavação Arqueológica.

SILVA, Eduardo J. L. – **Relatório da Escavação da Mamoa de Eireira (Afife, Viana do Castelo) – 3ª Campanha**. Porto: Grupo de Investigação Arqueológica do Norte, 1988a. Relatório de Escavação Arqueológica.

SILVA, Eduardo J. L. – A Mamoa de Afife: breve síntese de 3 campanhas de escavação. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. ISSN 2183-0266. Vol. 28:1-2 (1988b), p. 127-132.

SILVA, Eduardo J. L. – **Relatório da Escavação da Mamoa de Eireira (Afife, Viana do Castelo) – 4ª Campanha**. Porto: Grupo de Investigação Arqueológica do Norte, 1989. Relatório de Escavação Arqueológica.

SILVA, Eduardo J. L. – Descobertas recentes de arte megalítica no Norte de Portugal. **Cadernos Vianenses**. Viana do Castelo: Câmara Municipal. ISSN 0871-4282. N.º 15 (1991), p. 31-45.

SILVA, Eduardo J. L. – **Estações arqueológicas de Viana – Mamoa de Afife**. Viana do Castelo: Câmara Municipal, 1992. Desdobrável.

SILVA, Eduardo J. L. – Megalitismo do Norte de Portugal: o litoral minhoto. In **Actas do Seminário “O Megalitismo no Centro de Portugal: novos dados, problemática e relações com outras áreas peninsulares”**. Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, 1994. p. 157-169.

SILVA, Eduardo J. L. – Arte megalítica da costa norte de Portugal. **Brigantium**. Galiza: Museu Arqueológico e Histórico de Coruña. ISSN 0211-318X. Vol. 10 (1997), p. 179-189.

SILVA, Eduardo J. L. – Novos dados sobre o Megalitismo do Norte de Portugal. In **Trabalhos de Arqueologia – Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo**. Lisboa: Ministério da Cultura e Instituto Português de Arqueologia, 2003. ISBN 972-8662—09-2. N.º 25, p. 269-279.

SOARES, Fábio – Contextos e práticas funerárias neolíticas entre os estuários do Âncora e do Lima (NW de Portugal). Algumas considerações. **Al-Madan**. Lisboa: Centro de Arqueologia de Almada. ISSN 0871-066X. No prelo.

STOCKLER, Carla – Reflexões Sobre a Ocupação Humana no Douro Litoral – do Neolítico inicial ao Bronze inicial. **Al-Madan**. Lisboa: Centro de Arqueologia de Almada. ISSN 0871-066X. IIª Série (9) (2000), p. 79-93.

VILASECO VÁZQUEZ, Xosé I. e FÁBREGAS VALCARCE, Ramón – En torno al megalitismo galego. In CARRERA RAMÍREZ, Fernando; FÁBREGAS VALCARCE, Ramón (coords.) **Arte parietal megalítico en el noroeste peninsular: conocimiento y conservación**. Espanha: Tórculo Edicións, 2006. ISBN 84-8408-388-8, p. 11-36.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

BETTENCOURT, Ana M. S. – Carrasqueira. **Corpus Virtual de Arte Rupestre do Noroeste Português (CVARN)**. [Em linha] (2014). [Consult. 1 Fev. 2018]. Disponível em [www: <URL:http://www.obeut.org/cvarn/pdf/g_212.pdf>](http://www.obeut.org/cvarn/pdf/g_212.pdf).

OLIVEIRA, César [et al.] – **Painting the dead's world. The organic chemistry on the Analysis of colouring materials from Eireira's Barrow (Afife, Viana do Castelo)**. Poster apresentado no "3rd Enardas Colloquium. Living places, experienced places. The Northwestern Iberia in Prehistory". Braga: Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário – APEQ, Departamento de História da Universidade do Minho, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória – CITCEM/UM, 2014. Disponível em [www: <URL:https://www.academia.edu/6922101/OLIVEIRA C. SOARES F. BETTENCOURT A. M. S. _GON%C3%87ALVES L. ARA%C3%9AJO A. 2014 . Painting the deads world. The organic chemistry on the analysis of colouring materials from Eireiras Barrow Afife Viana do Castelo>](https://www.academia.edu/6922101/OLIVEIRA_C.SOARES_F.BETTENCOURT_A.M.S._GON%C3%87ALVES_L.ARA%C3%9AJO_A.2014_.Painting_the_deads_world.The_organic_chemistry_on_the_analysis_of_colouring_materials_from_Eireiras_Barrow_Afife_Viana_do_Castelo).

SOARES, Fábio – **New data from the megalithic art of the Eireira Mound (Viana do Castelo) and some reflections on death conceptions in the Neolithic**. Poster apresentado no "2nd Colloquium Enardas. Recorded places, experienced places. Matter, space, time, liminality and memory in the holocene rock art of the Iberia atlantic margin". Braga: Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário – APEQ, Departamento de História da Universidade do Minho, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória – CITCEM/UM, 2013. Disponível em [www: <URL:https://www.academia.edu/5170513/New_data_from_the_megalithic_art_of_the_Eireira_Mound_Viana_do_Castelo_and_some_reflections_on_death_conceptions_in_the_Neolithi c>](https://www.academia.edu/5170513/New_data_from_the_megalithic_art_of_the_Eireira_Mound_Viana_do_Castelo_and_some_reflections_on_death_conceptions_in_the_Neolithi).

**A INTEGRAÇÃO HISTÓRICA DOS MONUMENTOS
EPIGRÁFICOS
THE EPIGRAPHIC MONUMENTS – THEIR HISTORIC
INTEGRATION**

José d'Encarnação

Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património

Universidade de Coimbra

ide@fl.uc.pt

A integração histórica dos monumentos epigráficos

The epigraphic monuments – their historic integration

José d'Encarnação

Historial do artigo:

Recebido a 12 de abril de 2018

Revisto a 25 de maio de 2018

Aceite a 26 de maio de 2018

RESUMO

Procura mostrar-se, com exemplos da actualidade e da época romana, como os contextos cronológicos e geográficos constituem elementos imprescindíveis a ter em conta na integração histórica dos monumentos epigráficos, quer se trate de meros *grafitti* ou do altar dedicado ao génio por um colono romano quer de cópias de monumentos antigos, cópias que são também indício duma mentalidade.

Palavras-chave: toponímia, neoclassicismo, cópias, mentalidade.

ABSTRACT

This paper tries to show itself, with examples of the present time and of the Roman time, as the chronological and geographic contexts are indispensable elements to take into account in the historical integration of the epigraphic monuments, whether it be mere *graffiti* or the altar dedicated to genius by a Roman settler or copies of ancient monuments, copies which are also a sign of a mentality.

Key-words: toponymy, neoclassicism, copies, mentality.

1. Introdução

Os que lidam com a História sabem perfeitamente que um facto só é cabalmente compreensível se dele se conhecerem dois factores imprescindíveis: o tempo e o lugar.

Explicam-se bem os *grafitti* que enxamearam as paredes das nossas cidades e vilas logo após o 25 de Abril, manifestando alegria ou apelando à mobilização contra eventuais desvios revolucionários.

Entende-se que, em Verona, as paredes da casa atribuída a Julieta estejam pejadas de juras de amor (vd. Figura 1.).



Figura 1. Grafitos amorosos numa parede da casa de Julieta, em Verona. Fonte: o autor.

E o painel bilingue de Albufeira, que reza «Conserve o património – Grafittis só em local próprio», ou essoutro, de Glasgow, que indica o número da *hotline* destinada a promover *grafitti removal* constituem uma consequência desse generalizado hábito de se escrever nas paredes, sem rei nem roque, desrespeitando a propriedade alheia. Não admira que, exactamente por esse modo de comunicação tanto se haver entranhado no nosso quotidiano, os publicitários até tenham aproveitado um simulacro de grafito, não apenas para tornar mais aliciante – no seu tempo – a aquisição de cartões telefónicos como fazerem passar, em simultâneo e com maior eficácia, a mensagem principal, consubstanciada na frase «Les auteurs de grafitti seront punis d'une amende», que, precisamente através de um grafito, graciosamente se enfeitou de um coração trespassado e foi corrigida assim: «Les amateurs de grafitti seront unis d'un amour fou» (vd. Figura 2.) (1).



Figura 2. Télécarte com publicidade alusiva aos grafitos. Fonte: o autor.

Essa entrada das mensagens epigrafadas no nosso horizonte quotidiano determinaria, pois, o grande incremento que os estudos epigráficos vieram de imediato a conhecer nas universidades europeias, rapidamente acarinhados também no Brasil (BORGES, GOMES: 2018).

Entre nós, para além da Universidade de Coimbra (ENCARNAÇÃO, 2018), a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nomeadamente através de investigadores como Manuela Alves Dias, Amílcar Guerra e José Cardim Ribeiro, tem-lhes dado o mais amplo contributo.

À Dra. Manuela Alves Dias, ligada actualmente ao Instituto de Estudos Clássicos, se deve a ideia, no âmbito do levantamento exaustivo das inscrições romanas do território português, de criar o *Ficheiro Epigráfico* destinado a publicar com celeridade o que de inédito nesse domínio se fosse encontrando (2); integra esta investigadora a comissão portuguesa para a nova edição do volume II (*Hispania*) do *Corpus Inscriptionum Latinarum* e projectos de investigação internacionais, como o FERCAN, que se debruça, de modo especial, sobre a análise filológica da teonímia pré-romana.

É José Cardim Ribeiro o grande obreiro do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas (Sintra), seguramente (depois do Museu Nacional de Arqueologia) o museu que contém maior número de epígrafes, de sorte que o podemos considerar um verdadeiro museu epigráfico (SUSINI, 2001). Deve-se-lhe também a concepção e organização de uma das maiores manifestações do poder documental dos monumentos epigráficos, sobretudo no que respeita à idiosincrasia religiosa romana: a exposição *Religiões da Lusitânia* no Museu Nacional de Arqueologia (RIBEIRO, 2002).

Por seu turno, Amílcar Guerra foi discípulo de Jürgen Untermann, que lhe orientou a tese de doutoramento (GUERRA, 1998), na qual, para esclarecer o significado de topónimos e de etnónimos, as fontes epigráficas constituíram fonte primordial. Daí que seja especialmente nessa direcção que se tem encaminhado, privilegiando amiúde a análise filológica tão do agrado do seu Mestre e aplicando-a aos teónimos pré-romanos (v. g., GUERRA, 1996, 2002, 2008 e 2009), pelo que integra também o FERCAN e a comissão organizadora dos colóquios sobre línguas e culturas paleo-hispânicas. Como docente, encaminhou naturalmente para a área da Epigrafia os seus alunos, de forma que já podemos contar com trabalhos realizados nesse domínio. Poder-se-ão citar, a título de exemplo: **Maria João Santos (2006), Susana Santos (2006), Andreia de Almeida (2006), Susana Santos (2006), Júlia Almeida (2012), Sílvia Teixeira (2014), Sara Reis (2015), Pedro Marques (2006 e 2016).**

É de crer que as iniciativas pontuais que estão a surgir noutras universidades portuguesas (Porto, Minho, Évora, Universidade Aberta...) darão azo a um potenciar de interesse por esta área científica. Note-se que, na Faculdade de Letras do Porto, Mário Barroca se doutorou, a 26.03.1996, com a monumental tese, publicada (2000), sobre Epigrafia Medieval. O I volume constitui um verdadeiro tratado sobre a ciência epigráfica e, no volume III, há um anexo (p. 5-50) com as fichas de 116 inscrições paleocristãs portuguesas (séculos V a VIII) e outro (p. 51-94) com as fichas de 67 epígrafes muçulmanas e 16 judaicas. É de esperar, por conseguinte, que discípulos seus se encaminhem pelos estudos epigráficos, a que já Armando Coelho Ferreira da Silva dera impulso (2007).

Antes, porém, de nos determos sobre aspectos concretos da investigação específica para que a Epigrafia nos leva, permita-se-me que assinale o seu carácter englobante, bem patente no tema que o Laboratório de História Antiga da Universidade Federal do Rio de Janeiro propôs para uma Oficina de Epigrafia: «Os olhares do corpo... em epigrafia». Um título deveras sugestivo, que viria a ser explicitado assim:

1 – Olhar terno, olhar dorido

1.1 Os epitáfios, reflexo da vida familiar e afectiva

1.2 O diálogo entre os vivos e os mortos

1.3 A decoração: olhar perpetuado no Além!

2 – O olhar devoto

2.1 Os ex-votos a divindades, um olhar no Sobrenatural

2.2 – Diferentes deuses, diferentes olhares

3 – O olhar político

3.1 – A homenagem aos “amigos”

3.2 – A benemerência do Amigo

3.3 – O olhar do imperador

4 – O olhar... malicioso!

– O mundo insuspeitado dos frescos e dos *grafitti*.

Uma perspectiva insuspeitada, de facto, sobre um mundo insuspeitado, através dos monumentos epigrafados!...

2. As Placas das Nossas Ruas

Raramente olharemos com uma interrogação de historiador para as placas toponímicas e outras que estão nas nossas ruas: porque é que a rua tem este nome? Quando lhe foi atribuído e porquê? Quem é a personalidade cuja memória assim se perpetua? (3)

Numa placa de esmalte, que, na década de 60 do século passado, o construtor decidiu manter no prédio que recuperara, no centro histórico cascalense, lia-se o seguinte (vd. **Figura 3.**):



Figura 3. Placa de esmalte fotografada no centro histórico de Cascais. **Fonte:** Guilherme Cardoso.

É PROHIBIDO AFFIXAR

ANNUNCIOS N'ESTE PREDIO

Para além de se louvar a atitude cultural de querer manter uma placa antiga no lugar onde, algumas décadas atrás, ela estivera, de facto, afixada, há toda uma série de perguntas que um docente, em visita de estudo da sua turma, poderia pôr aos estudantes:

- De que material é feita?
- É bem diferente da actual a grafia apresentada, porquê?
- Que significa exactamente a palavra prédio?

– Se se aponta para uma proibição de ali anunciar, quem teria o poder de proibir e, imaginando que se trata de placa da 1ª metade do século XX, que se anunciaria então pelas paredes?

Este exemplo leva-me a um outro – e, como se vê, já estamos a entrar em pleno no domínio dos monumentos epigráficos, ou seja, aqueles que valem de modo especial pelo que sobre eles se escreveu e perdurou – que tive ocasião de fotografar num lugar escuso da cidade de Roma. Reza assim (vd. Figura 4.):

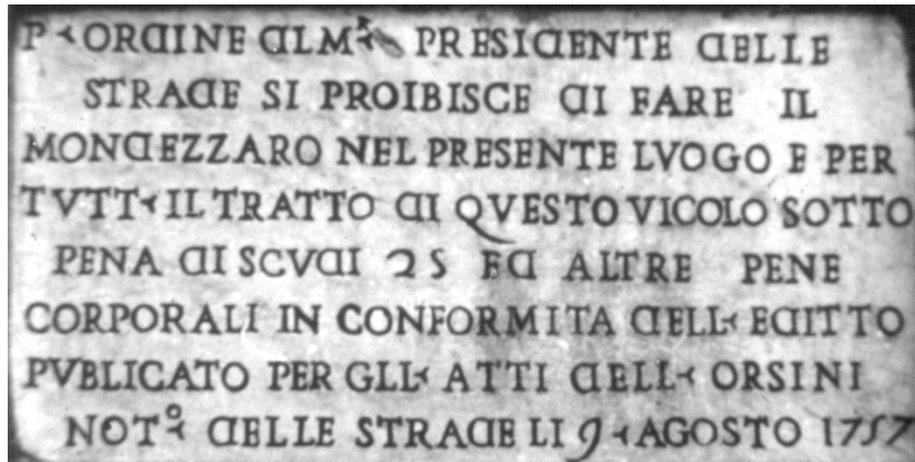


Figura 4. Placa na cidade de Roma. Fonte: o autor.

«P(er) ordine del ministro Presidente delle Strade si proibisce di fare il mondezzaro nel presente luogo e per tutto il tratto di questo vicolo sotto pena di scudi 25 ed altre pene corporali in conformità dell'editto pubblicato per gli atti dell'Orsini notaio delle strade li 9 Agosto 1757».

Percebe-se bem o intuito: era o recanto de um beco, uma tentação para, recatadamente, o cidadão se poder 'aliviar' sem que alguém passasse por perto. Estamos na 2ª metade do século XVIII, quando, pela Europa, começaram as preocupações higiénicas (recordamos as iniciativas, entre nós, de Pina Manique, intendente geral da polícia de D. Maria I), pois se concluíra que muitas pestilências eram devidas ao escasso ou nulo asseio dos lugares públicos. Caberá aos historiadores especializados tecer considerações sobre o valor real, na altura, da multa de 25 escudos (curiosa a designação, que Portugal irá adoptar muito mais tarde), mas não ficaremos indiferentes ao saber que, além da multa, poderiam ser aplicadas algumas chicotadas a condizer...

2. A Língua das Epígrafes

Naturalmente, na placa de Roma, foi o italiano a única língua utilizada, pois que romanos seriam os que, à socapa, ali poderiam transgredir; contudo, com a globalização – iniciada, convém não esquecer, com o aparecimento, em finais do século XIX, do hábito de «ir a banhos» e com o avanço tecnológico que sofreu a indústria automóvel, a dar possibilidade a muitos de se deslocarem para um «tour» – o mundo começou a ser mais pequeno e as fronteiras mais facilmente transponíveis. Urgia, pois, em determinadas circunstâncias, usar não apenas a língua indígena, mas uma outra também, que foi primeiro o francês e só bastante mais tarde o inglês.

Há, no entanto, nesse âmbito, de modo especial a partir do último quartel do século XX, fenómenos que só o lugar e o tempo podem explicar devidamente. Assim, até no singelo cartão (4) que, no Hotel Carandá, em Braga, se poisa, à noite, sobre o travesseiro dos hóspedes a desejar-lhes uma boa noite, se usa a expressão em cinco línguas, por esta ordem: português, inglês, francês, espanhol e alemão (vd. **Figura 5.**)



Figura 5. Cartão de boas noites no Hotel Carandá (Braga). **Fonte:** o autor.

O português em primeiro lugar porque se está em Portugal; contudo, denuncia a ordem seguida que essa será a ordem decrescente do número de clientes do hotel. E não nos admiraria que, noutra época, a ordem passasse a ser outra, se, por exemplo, o número de espanhóis aumentasse substancialmente. O fluxo turístico constitui, aqui, o motor determinante da escolha sequencial.

Experimentemos dar uma saltada a Nancy, cidade francesa situada no designado 'Grande Leste'. Um painel com os contornos de um jogador de golfe (vd. **Figura 6.**) guarda a entrada do minigolfe, no jardim principal: dá as boas-vindas e agradece a visita. Também aqui a escolha sequencial não foi aleatória, mas teve em conta o número de visitantes: primeiro, os franceses, depois os ingleses, os alemães, os espanhóis e... os portugueses! Assim ficamos a saber que existirá por perto, quiçá na própria cidade, uma não despidianda comunidade lusa.



Figura 6. Painel à entrada do campo de minigolfe, no parque infantil de Nancy. Fonte: o autor.

3. O Respeito pelas Pedras Escritas

Mesmo que se não compreenda o significado de um escrito, é curioso verificar como, em todos os tempos, se verificou um respeito pela face epigrafada de uma pedra. Quando se procedia, por exemplo, à reconstrução ou à remodelação de um edifício, se se encontrava uma pedra com letras, o mais normal era que os operários deixassem essas letras à vista (ENCARNAÇÃO, MARQUES, 2017; vd. Figura 7.).



Figura 7. Estela romana embutida na frontaria da capela de S. João (Lobão da Beira, Tondela). Fonte: Jorge Adolfo Marques.

A escrita deteve sempre um carácter mágico e daí deriva a circunstância de se compreenderem perfeitamente duas atitudes opostas:

– uma, essa, a da preservação, concomitante com a vontade de que um facto que se considera de suma importância careça de ficar imortalizado na «pedra», que solenemente se descerra;

– outra, a de destruir essas letras, quando o que lá está escrito for acoimado de maldição.

Dessa atitude há exemplos na época romana: sempre que um imperador ou uma pessoa relevante era amaldiçoada, havia a preocupação de lhe martelar o nome nos monumentos públicos (vd. Figura 8.); chamava-se a isso a *damnatio memoriae*, «condenação da memória», como se, apagando da pedra o nome, a sua memória se esvaísse na noite dos tempos... (5)



Figura 8. *Damnatio memoriae* num cipo honorífico, em Óstia (Roma). Fonte: o autor.

O neoclassicismo dos séculos XVIII e XIX teve, pois, o maior cuidado em preservar os monumentos epigráficos. Nem todos compreendiam cabalmente o que lá estava escrito, mas todos sabiam tratar-se de mensagem que o povo romano quisera deixar e importava, por isso, salvaguardá-la. Amiúde, todavia, a atitude adoptada não mereceria hoje o nosso aplauso: se a pedra estava delida, se mal se lia, a preocupação foi de copiar o letreiro e pô-lo a salvo, deixando de parte o original, que dele se não precisava já, a cópia o substituíra perfeitamente. Outra mentalidade, portanto, que na actualidade lamentamos, mas que se compreende e que não podemos senão agradecer: mesmo com erros de cópia, quase sempre nos é possível reconstituir o texto original.

Foi embutida na parede sul da igreja matriz de Cuba (do Alentejo) cópia do epitáfio de *Terentius Chrysogonus* (IRCP 334). A seguir ao texto em latim, vem uma informação de que felizmente houve notícia, pelo que se logrou saber o significado das siglas: é que quem fez a cópia do epitáfio se identificou com as siglas do seu nome – F(rancisco) J(osé) O(liveira) – e teve o cuidado de acrescentar a data em que o fizera: A(nno) D(omini) MDCCXXIV, «no ano do Senhor de 1724».

Quando, em Bobadela, de Oliveira do Hospital, se construiu uma nova igreja para substituir a anterior, houve também o cuidado de para lá trasladar, em cópia, inscrições que nela se encontravam (ENCARNAÇÃO, 2018). Reza uma delas o seguinte:

SPLENDIDISSIME CIVITATI IV =

LIA MODISTA PLAMINIA

E, dos lados da epígrafe latina, no mesmo tipo de letra, do lado esquerdo:

ESTE

LETRº

SE A =

À direita:

CHOVNA

JGRAVE

LHA

A data de 1746 figura do lado direito, dentro de um rectângulo.

Como é fácil de deduzir, mesmo sendo cópia perfeitamente datada, porque se declara «Este letreiro se achou na igreja velha – 1746», trata-se de inscrição da maior importância, pois teria sido, originalmente, gravada num lintel, de que apenas parte se terá identificado ou, pelo menos, salvaguardado. Em Bobadela existiria, no tempo dos Romanos, uma povoação a que se dera o pomposo título de *splendidissima civitas*, «cidade de máximo esplendor», e nela floresceria o culto ao imperador, porque é de supor que a epígrafe se destinasse a ser afixada em monumento dedicado a um imperador, uma vez que a dedicante fora a *flaminica Iulia Modesta*, sacerdotisa, portanto, do culto imperial. Mesmo que não houvesse a informação escrita, não seria difícil considerar o letreiro uma cópia, quer porque, em Latim, os ii não levavam pintinha, quer porque se lera I em vez de E (as barras horizontais estariam imperceptíveis) e P em lugar do F (confusão compreensível).

Outro exemplo. Quando, no dealbar do séc. XIX, começaram as investigações junto a Santiago do Cacém, no que viria a ser considerada a cidade romana de *Mirobriga*, acharam-se inscrições; de algumas dessas epígrafes se fez cópia e preparou-se mesmo um paralelepípedo de mármore cinzento, guardado hoje no Museu Municipal, em cuja face dianteira se lê (**vd. Figura 9.**):

PRECIOSOS MO/NUM^{tos} DA ANTIGV^e / TRASLADADOS DAS / RUINAS DA ANTIGA / MIROBRIGA /
A. D. 1809 / P. O. D P

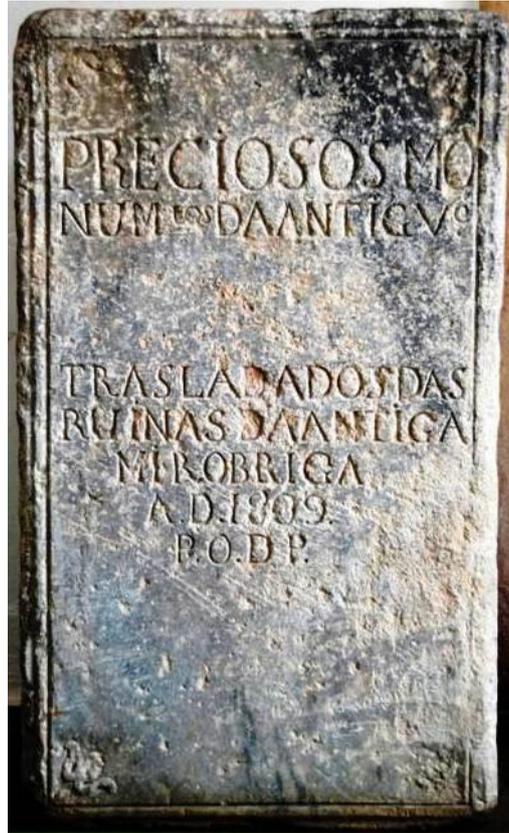


Figura 9. Inscrição em Santiago do Cacém. Fonte: o autor.

Não me foi possível chegar a uma conclusão acerca do significado das siglas finais, sendo aliciante ver aí algo como P(or) O(rdem) D(o) P(ovo), o que denotaria o imediato envolvimento da população no começo das escavações aí então levadas a efeito pelo bispo Frei Manuel do Cenáculo; mas é pouco provável tal desdobramento.

Essas cópias, que também ainda subsistem, não oferecem dúvidas quanto à autenticidade do original a partir do qual foram efectuadas, decerto porque ainda estavam bem legíveis, mas compreende-se, por exemplo pela molduração, que não são originalmente de época romana.

5. O Lugar

Os testemunhos atrás aduzidos documentam já o que nos propuséramos tratar: a importância do espaço e do tempo para se compreender o verdadeiro significado de um documento epigrafado.

Permita-se-me que – ainda que de um outro prisma – eu fale do lugar.

Uma epígrafe romana achada em Caires, no concelho de Amares, está dedicada ao Génio por *Quintus Sabinus Florus* (vd. Figura 10.).



Figura 10. Altar dedicado ao Génio. Fonte: Maria Manuela Martins.

Tive ocasião de estudar este altar e de analisar, de modo particular, a onomástica do dedicante, uma vez que se me afigurava não haver muitos testemunhos da família *Sabinia* na epigrafia da Península Ibérica (ENCARNAÇÃO, 1983). Isso confirmei. E, como o *cognomen* (*Florus*) também era genuinamente latino, não tive dúvidas em interpretar o significado da epígrafe, tendo em conta, além disso, que, do ponto de vista paleográfico, o monumento me parecia datável, sem grande dúvida, dos primórdios do século I da nossa era.

Poderíamos imaginar assim o que terá acontecido: vindo, porventura, da Península Itálica, Floro chegou ali; viu que o local era bom para se instalar com os seus e decidiu ficar; antes, porém, necessitava de cumprir a tradição ancestral: pedir autorização à divindade que superiormente protegia aquele território. Não teve indígenas com quem entabulasse conversações, a fim de saber que divindade seria, até porque, certamente, era bem possível que não se entendessem cabalmente, porque os indígenas ainda não falariam latim. Tomou, por isso, a decisão acertada: erigiu altar ao Génio do lugar; desconhecia-lhe o nome característico, pôs somente *Genio* – e foi o bastante para se sentir bem com a sua consciência e poder lavar a terra, abrir os caboucos para a sua casa, que o Génio o haveria de abençoar, pois de boa vontade – *libens* – lhe prestara o devido preito de submissão.

Conclusão

Já recordei noutro lugar o facto de um historiador famoso ter ficado para trás do grupo em que ia, porque lhe chamara a atenção a conversa animada de várias pessoas junto das quais estavam a passar. Parara, a fim de se inteirar da situação, por mera curiosidade. Os colegas aperceberam-se de que ele os não acompanhava e perguntaram-lhe que interesse vira ele, sendo historiador, no que ali se estava a passar:

– Muito simples – explicou. – Historiador que se preza deve saber viver o seu tempo, ter curiosidade, para melhor compreender o passado que estuda.

Assim fizemos.

Epigrafista que se preza não pode deixar de se interrogar a todo o momento sobre o porquê de uma placa bilingue e qual a razão de estar em primeiro lugar uma língua e não a outra. Porque é que se proíbe e se ameaça com vergastadas? Este letreiro é original ou é uma cópia e, se é uma cópia, que motivo levou o seu autor a fazê-la? Que queria ele demonstrar?

Ao responder-se a todas essas questões, avalia-se o tempo em que tal se escreveu (com o fim de perdurar para sempre!) e o lugar para que foram pensadas.

O construtor cascalense de meados do século passado decerto nem sequer se terá perguntado porque é que, 50 ou 40 anos atrás, já se haviam de anunciar pelas paredes, sujando-as, as récitas, as touradas ou os bailes de benefício. Muito simplesmente, terá achado bonito o azul da placa esmaltada, também a ele não agradaria que lhe viessem conspurcar as paredes da nova casa – e assim a mandou pregar, agora que a publicidade aumentava de dia para dia e não apenas para obras de beneficência... Sem o querer, immortalizou, também ele, uma lição!

12 de Abril de 2018

NOTAS

(1) A expressão tida como original «Os autores de grafitos serão multados» foi 'corrigida' para: «Os que gostam de grafitos ficarão unidos por um louco amor». Tanto num caso como no outro, o papel dos grafitos no quotidiano é bem evidente.

(2) Criado em 1982, este suplemento da revista *Conimbriga*, editado pelo Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, está, no 1º trimestre de 2018, no seu 164º número, com quase 700 monumentos epigráficos publicados.

(3) Cf. Encarnação 2014.

(4) Perdoe-se-me se utilizo um exemplo que, por se tratar de epígrafe em cartão (**vd. Figura 5.**), não se inscreve de pleno direito no domínio da ciência epigráfica, onde uma das características habitualmente referidas é o carácter duradouro do suporte. A reflexão que ele permite poderia ser feita, porém, com igual rigor, se o suporte fosse, por exemplo, uma placa de plástico ou letreiro pregado na parede.

(5) É bem conhecido o facto de, em sessões de bruxaria, por todos os tempos, o nome da pessoa para que se deseja mal ser picado com alfinetes, para se lhe provocar atroz sofrimento ou, até, a morte.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Andreia Vivaldo Nunes de - **A antroponímia na epigrafia romana de Felicitas Iulia Olisipo: contributo para o estudo social, político e económico do *municipium* na época imperial**. Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia, defendida a 20.11.2006, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ALMEIDA, Júlia - **Contributo para o conhecimento das elites olisiponenses**. Dissertação de Mestrado em História Antiga, defendida em 2012, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BARROCA, Mário - **Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)**. Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2000.

BORGES, Airan dos Santos, GOMES, Raquel de Moraes Soutelo [org.] - **Escrito para a Eternidade (A Epigrafia e os Estudos da Antiguidade)**. Curitiba: Appris Editora, 2018.

ENCARNAÇÃO, José d' - **Apostilas epigráficas – 7)**. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 21, 2018 (no prelo).

ENCARNAÇÃO, José d' - **Bilinguismo epigráfico**. A publicar num Anexo da revista *Veleia* (Universidade do País Basco, Vitória) previsto para 2019.

ENCARNAÇÃO José d', MARQUES, Jorge Adolfo M. - **Ara romana reaproveitada na capela de S. João (Lobão da Beira, Tondela) (*Conventus Scallabitanus*)**. In *Ficheiro Epigráfico*, 155, (2017), inscrição nº 619.

GUERRA, Amílcar - **Os nomes do rio Lima. Um problema de toponímia e geografia histórica**. In *Hispania Prerromana. Actas del VI Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Coimbra)*. Salamanca, 1996, p. 147-161.

GUERRA, Amílcar - **Nomes Pré-romanos de Povos e Lugares do Ocidente Peninsular**. Dissertação de doutoramento, inédita, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998.

GUERRA, Amílcar - ***Omnibus Numinibus et Lapitearum: algumas reflexões sobre a nomenclatura teonímica do Ocidente peninsular***. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 5/1, (2002), p. 147-159.

GUERRA Amílcar - **La documentation épigraphique sur *Endovellicus* et les nouvelles recherches dans son sanctuaire à S. Miguel da Mota**. In HAESSLER (R.), KING (A. C.) [eds.], *Continuity and Innovation in Religion in the Roman West*, Série suplementar nº 67, vol. 2. *Journal of Roman Archaeology* (2008), p. 159-167.

GUERRA, Amílcar - Novidades no âmbito da epigrafia pré-romana do Sudoeste hispânico. *Palaeohispanica*, 9 (2009), p. 323-338.

MARQUES, Pedro Miguel Correia - **Divindades paleohispânicas e cultos romanos no *Conventus Scallabitanus***. Dissertação de mestrado defendida, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a 17.02.2006.

MARQUES, Pedro Miguel Correia - **A Epigrafia da Hispania na Correspondência Epistolar entre Emílio Hübner e José Leite de Vasconcelos**. Tese de doutoramento defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a 18-07-2016.

REIS, Sara Henriques dos - **Religião e Sociedade no Municipium Olisiponense**. Dissertação de mestrado defendida, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a 08.04.2015.

RIBEIRO, José Cardim [coord.] - **Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa**. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002.

SANTOS, Maria João Delgado Correia dos - **O sacrifício animal no Ocidente da Hispania romana: os ritos de tradição indo-europeia**. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a 17.02.2006.

SANTOS, Susana Gabriela Mendes dos - **O latim das inscrições romanas em território português até à queda do império**. Dissertação de mestrado em Estudos Clássicos, área de especialização em Literatura Latina, defendida em 07.04.2006, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da, **A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal**, Paços de Ferreira, 1986 (2ª edição, 2007).

SUSINI, Giancarlo - **Em Sintra, entre os “livros” esculpidos pelos nossos avós**. *Al-madan*, Centro de Arqueologia de Almada, 10 (Dezembro 2001), p. 210-211.

TEIXEIRA, Sílvia Monteiro - **Cultos e cultuantes no sul do território actualmente português em época romana (sécs. I a. C. – III d. C.): uma aproximação à sociologia das religiões**. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, defendida em 2015, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

ENCARNAÇÃO, José d' - **O culto ao Génio no Noroeste peninsular**. [Em Linha]. *Cadernos de Arqueologia*. Série II, 2, (1985), p. 41-49. Disponível em [www//URL: http://hdl.handle.net/10316/20121](http://hdl.handle.net/10316/20121)

ENCARNAÇÃO, José d' - **A toponímia, espelho de memória e de identidade**. [Em Linha]. Prefácio ao livro *Os Nomes das Ruas (Toponímia da Freguesia de Ourique)*, da autoria de Henrique Figueira e Vítor Encarnação, edição de ORIK – Associação de Defesa do Património de Ourique, (2014), p. 5-6. Disponível em [www//URL: http://hdl.handle.net/10316/25931](http://hdl.handle.net/10316/25931)

ENCARNAÇÃO, José d' - **Os estudos epigráficos em Portugal**. [Em Linha]. BORGES (Airan dos Santos) e GOMES (Raquel de Moraes Soutelo) [org.], *Escrito para a Eternidade (A Epigrafia e os Estudos da Antiguidade)*, Appris Editora, Curitiba, (2018), p. 19-41. Disponível em [www//URL: http://hdl.handle.net/10316/48123](http://hdl.handle.net/10316/48123)

IRCP = ENCARNAÇÃO, José d' - **Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. — Subsídios para o Estudo da Romanização**. Coimbra, (2013). Disponível em [www//URL: http://hdl.handle.net/10316/578](http://hdl.handle.net/10316/578). [O número indica o número da inscrição no catálogo].

REVISÃO SOBRE O PATRIMÓNIO ISLÂMICO EM PORTUGAL: MONUMENTOS, SÍTIOS E CONJUNTOS ISLÂMICOS CLASSIFICADOS NO ALGARVE

Cátia Teixeira

Universidade do Algarve
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Artes e Humanidades
Núcleo de Alunos em Arqueologia e Paleoecologia
Campus Gambelas, 8005-139, Faro
catia.teixeira90@gmail.com

Roxane Matias

Universidade do Algarve
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Artes e Humanidades
Núcleo de Alunos em Arqueologia e Paleoecologia
Campus Gambelas, 8005-139, Faro
roxanematias7@gmail.com

Revisão sobre o Património Islâmico em Portugal: monumentos, sítios e conjuntos islâmicos classificados no Algarve

Cátia Teixeira

Roxane Matias

Historial do artigo:

Recebido a 07 de fevereiro de 2018

Revisto a 07 de maio de 2018

Aceite a 10 de maio de 2018

RESUMO

A ocupação islâmica no Algarve durante o período medieval, chamado outrora de *Gharb al-Ândalus*, deixou um legado fortemente vincado em muitas áreas da vida portuguesa algarvia. A literatura, a arte e os saberes nos revelam a sabedoria e o conhecimento de uma civilização que se destaca na história do medievo. Para além do legado imaterial, são os vestígios materiais que atestam a longa permanência muçulmana, ainda que o período da Reconquista tenha destruído a maior parte desses vestígios. Dentro da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural, deve existir e devem assegurar essa mesma proteção e valorização dos monumentos, sítios e conjuntos islâmicos que permaneceram até os nossos dias. A Lei para o Património, porém, não exerce as funções para as quais esta foi dirigida. Apesar de grande número de edificações islâmicas se encontrarem classificadas como Monumento Nacional e Imóvel de Interesse Público, deixam-nos dúvidas quanto ao estado de preservação das estruturas e divulgação do património para as comunidades locais. A carência em ações de restauro e proteção ainda necessitam de uma aproximação mais vincada. Salvaguardar o património cultural edificado em larga escala deverá ser um alvo principal a ser executado num futuro próximo, ou a isso esperamos.

Palavras-chave: Ocupação Islâmica, Algarve, *Gharb al-Ândalus*, Património Cultural, Proteção e Valorização.

ABSTRACT

The Islamic occupation of the Algarve during the medieval period, formerly known as *Gharb al-Ândalus*, left a legacy strongly marked in many areas of Algarve Portuguese life. Literature, art and knowledge reveal the wisdom and awareness of a civilization that stands out in the history of the Middle Ages. Besides the immaterial legacy, the material remains prove the long Muslim occupation in the region, although the period of the Reconquista destroyed most of these remains. Within the policy of protection and valuing of the Cultural Heritage, it must exist and it must guarantee that very same protection and valuing of the Islamic monuments, sites and building complexes that have remained until our days. However, the Heritage Act does not perform the functions and duties for which it was created. Although a larger number of Islamic sites are classified as National Monument and Property of Public Interest, they leave us doubts

in the state of preservation of the structures and exposure of the cultural heritage to the local communities. The lack of restoration and protection actions still require a more pronounced approach. Safeguarding the cultural heritage on a larger-scale should be a major focus to be implemented soon in the future, or so we hope.

Key-words: Islamic occupation, Algarve, *Gharb al-Ândalus*, Cultural Heritage, Protection and Valuing.

1. Introdução

A ocupação islâmica na Península Ibérica e, sobretudo, em Portugal, deteve uma influência significativa em várias áreas, algumas das quais ainda hoje estão a ser estudadas (CATARINO, 1995). Todavia é preciso recordar um aspeto essencial. As marcas são predominantes no sul mediterrânico, onde permaneceram mais tempo (AAVV, 1993). Desse modo, presença da civilização árabe no território algarvio está bem visível e merece um olhar atento.

De igual forma, o presente estudo pretende abordar, de forma sintética e concisa, o legado histórico islâmico vincado nas terras algarvias. Este legado foi outrora destinado a um grande poder político, militar, ao qual as grandes artes não foram esquecidas e mesmo saberes e/ou palavras permaneceram no tempo (AZEVEDO, 1994; MAGALHÃES, 2002). Ainda que fortemente vincadas, este legado islâmico poderá estar em risco de “extinção” (CATARINO, 1995). A falta de atenção, cuidado e preservação deste legado, tem levado a inúmeras questões quanto ao papel de proteção do património histórico-cultural em Portugal (AAVV, 1993; MAGALHÃES, 2002). Pretendemos com esta revisão demonstrar não só o conjunto de edificações islâmicas no espaço, como também alertar para casos preocupantes e, infelizmente, esquecidos pelas comunidades locais e entregues ao abandono.

A estrutura do presente estudo engloba primeiramente um enquadramento histórico sobre a ocupação islâmica no Algarve, seguindo-se por um segundo tópico sobre a Legislação existente na classificação atribuída aos Monumentos. A finalidade principal deste estudo consta no terceiro tópico sobre a identificação dos sítios, monumentos e conjuntos islâmicos, classificados como Monumento Nacional ou Imóvel de Interesse Público. Para cada sítio, monumento ou conjunto islâmico foi elaborado uma Ficha Técnica cujas categorias de registo possuem critérios em comum (existência de mecanismos como, por exemplo, proteção e salvaguarda). A Ficha Técnica trata-se de um recurso de informação assente em metodologias de identificação, documentação, estudo e divulgação do respetivo Património Cultural classificado aqui abordado. Por último, a discussão e conclusão irão abranger uma breve perceção deste estudo bem como possíveis críticas sobre a organização e preservação do Património Histórico-cultural.

2. Enquadramento histórico da ocupação islâmica no Algarve

Os cinco séculos de ocupação islâmica no território português identificam-se como um período riquíssimo em transformações no quadro geográfico, socioeconómico e cultural (MAGALHÃES, 2002). Em 711, os muçulmanos atravessaram o estreito de Gibraltar, dando início à conquista da Península Ibérica, o *al-Ândalus*. O ocidente peninsular de influência mediterrânica, o *Gharb al-Ândalus*, corresponde aproximadamente aos limites da antiga Lusitânia (AMARAL, 2002). Embora intensamente islamizado, não assumiu o protagonismo de outras regiões do *al-*

Ândalus, resistindo sempre aos processos de centralização do califado de Córdoba, e posteriormente de Sevilha (ÁVILA; MARÍN, 1997).

O *Gharb* incluía cinco territórios principais correspondentes a Coimbra, ao estuário do Tejo, ao Alto Alentejo, ao Baixo Alentejo e ao Algarve. Estes territórios estendiam-se ainda para a atual Estremadura espanhola e Andaluzia Ocidental. Destacavam-se as cidades de Coimbra, Lisboa, Santarém, Silves, Mértola, Faro, Mérida e Badajoz (MATOS, 1999). Desta forma, ao chegar à Península Ibérica (*al-Ândalus*), os muçulmanos souberam aproveitar a decadência do reino visigótico, proporcionando a conquista islâmica pelo espaço (MEDINA, 1997; AMARAL, 2002).

A estratégia de ocupação operada no território do *Gharb* pelos primeiros muçulmanos a chegar à Península Ibérica basear-se-ia no estabelecimento de consensos e na elaboração de acordos com as populações. Procuravam islamizar estas populações, passando estas a denominarem-se por Moçárabes (MATTOSO, 1985; MEDINA, 1997). Os Moçárabes gozavam de liberdade de culto e tinham leis próprias (SIDARUS, 1986). Devido a uma mescla de culturas e comunidades no território do *Gharb*, as marcas muçulmanas tornaram-se pouco homogêneas, abrangendo um amplo espectro de diversificação em toda a Península (ALMEIDA, 1986).

A presença muçulmana em Portugal desenvolveu-se nos centros urbanos de *al-Usbuna* (Lisboa) e *Santarín* (Santarém) (MATOS, 1999). No Baixo Alentejo, nas cidades ocupadas pelas comunidades árabes foram *Baja* (Beja) e *Martula* (Mértola) respetivamente. No Algarve, a presença muçulmana manteve-se durante seis séculos, dos quais surgiram *Silb* (Silves) e *Santa Mariya al-Harum* (Faro) (COUTINHO, 2001). Os árabes, designação genérica de um conjunto de populações berberes, sírias, egípcias e outras, substituíram os antigos senhores visigodos. Mostraram-se, em geral, tolerantes com os usos e costumes locais, admitindo as práticas religiosas das populações submetidas e criando condições para os frutíferos contatos económicos e culturais que se estabeleciam entre cristãos e muçulmanos (MEDINA, 1997).

Quanto aos vestígios materiais da longa permanência muçulmana ficam aquém das expectativas, principalmente porque a política cristã de reconquista foi a de "terra arrasada" (MEDINA, 1997). Mas restaram alguns elementos que atestam este período na história portuguesa, principalmente nas muralhas e castelos, bem como no traçado de ruelas e becos de algumas cidades do sul do país. Não restaram grandes monumentos, fato que se explica pela situação periférica do território português em relação aos grandes centros culturais islâmicos do sul da península (MATOS, 1999). Em Portugal é exemplo a igreja Matriz de Mértola, que é das únicas estruturas em que se reconhecem os traços de uma mesquita (GOMEZ MARTÍNEZ, 2008). São, igualmente testemunhos da ascendência árabe, os terraços das casas algarvias, as artes decorativas, os azulejos, os ferros forjados e os objetos de luxo, como os tapetes, os trabalhos de couro e em metal (AZEVEDO, 1994; GOMEZ MARTÍNEZ, 1997). É de salientar que, com a tradução de inúmeras obras científicas, desenvolveram-se a química, a medicina e a matemática, sendo de origem árabe o sistema de numeração ocidental (SIDARUS, 2005). A influência árabe foi particularmente importante na vida rural, sendo determinante no desenvolvimento de técnicas de regadio, através da introdução de novas plantas, limoeiros, laranjeiras azedas, amendoeiras, desenvolvimento da cultura da oliveira, da alfarrobeira, da plantação de grandes pomares, como por exemplo, os famosos figos e uvas do Algarve, bem como, provavelmente, o arroz (AMARAL, 2002). Todas estas novas implementações reforçaram a vocação agrícola da região mediterrânea.

A ocupação islâmica não provocou alterações na estrutura linguística, que se manteve latina, mas contribuiu com mais de 1000 novos vocábulos (AZEVEDO, 1994), sobretudo, substantivos referentes ao vestuário, mobiliário, agricultura, instrumentos científicos e utensílios diversos (ÁVILA, MARÍN, 1997; SIDARUS, 2005). As constantes lutas internas contribuíram para o avanço cristão que, lentamente, foi empurrando os muçulmanos para sul. A luta entre cristãos e muçulmanos arrastou-se, com avanços e recuos, ao longo de seis séculos, sendo o Algarve acrescentado ao território português em 1249, no reinado de Afonso III (MEDINA, 1997; TAVEIRA, 2009).

No que diz respeito aos primeiros trabalhos arqueológicos de que há notícia tiveram lugar em Mértola em 1877, seguindo depois para Alcoutim, Castro Marim, percorrendo a região algarvia seguindo de Oriente para Ocidente (TAVEIRA, 2009). Os trabalhos foram levados a efeito por Estácio da Veiga, no âmbito da realização da Carta Arqueológica do Algarve, atividade que empreendia de acordo com o contrato estabelecido com o governo de então. Conhecemos hoje, com bastante pormenor, o seu percurso e atividades devido à publicação dos volumes das “Antiguidades *Monumentaes* do Algarve” (VEIGA, 1886; 1887; 1891). Para além de Estácio da Veiga, Helena Catarino bem como Teresa Júdice Gamito contribuíram de forma significativa para a investigação arqueológica em Portugal. Por exemplo, o catálogo dos sítios que Helena Catarino prospetou e registou no âmbito do seu trabalho, revelou factos essenciais sobre o povoamento islâmico no Alto Algarve Oriental (CATARINO, 1995; TAVEIRA, 2009).

3. Legislação portuguesa de Património Cultural Classificado

“Os bens que integram hoje o Património Cultural existem desde o momento em que o homem deixou vestígios da sua presença e atividade, dando lugar a objetos de todo o tipo, desde de obras de arte até objetos de caráter meramente utilitário. Todavia, o reconhecimento do seu valor, enquanto testemunho significativos da atividade humana, é fenómeno recente.”

LAMEIRA, 2006.

As leis de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural, de acordo com a Lei 107/2001 de 8 de setembro (DGPC), integra as ações promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e pela restante Administração Pública. Tem como base assegurar, no território português, a efetivação do direito à cultura e dos respetivos valores no domínio da Constituição Portuguesa. Esta lei ainda faz menção ao estabelecimento das bases da política, do regime de proteção e valorização do património cultural. É preciso ter em conta que o Património Cultural acarreta uma relevância extremamente fundamental para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional. Contudo, será esta a realidade atual do nosso património edificado?

No seguimento da Lei 107/2001 de 8 de setembro, o Artigo 2º (Conceito e âmbito do património cultural) elabora o seguinte: “(...) integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.” Em suma, é levado em consideração o interesse cultural relevante, enumerando as seguintes designações: histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, refletindo valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

O Artigo 18º refere claramente o seguinte: *“Entende-se por classificação o ato final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que certo bem possui um inestimável valor cultural.”* Portanto, de acordo com o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda segundo o Decreto-Lei 309/2009 de 23 de outubro (DGPC), é tarefa fundamental do Estado proteger e valorizar o património cultural. A classificação do Património Cultural pretende a realização da dignidade da pessoa humana, bem como objeto de direitos fundamentais.

De facto, todos esses fatores são de extrema importância, levando-nos a debater porque alguns dos monumentos são reivindicados pelas autarquias locais, enquanto outros são esquecidos por essas mesmas comunidades. Não são todos os conjuntos ou monumentos históricos legados que mereçam especial atenção? O que distingue a valorização dada a uma fossa islâmica em oposição a um castelo almorávida? Será a fossa menos importante devido à sua funcionalidade e dimensão? Mas ambas possuem um legado histórico de uma civilização defunta, e nenhuma deve ser menos importante que a outra, ambas constituem um papel na sociedade que as construiu e utilizou. A “marca” ou o destaque que imprimem em certos tipos de vestígios histórico-culturais permanece atualmente, e é sobre essa distinção equívoca e injusta que esta revisão pretende aludir, para além de abordar o conjunto de edificações islâmicas no espaço algarvio.

“O entendimento da proteção do Património Cultural, como a sua divulgação e usufruto, exige, e cada vez mais, uma visão integrada das suas diversas manifestações, sejam materiais, nossos bem robustos castelos ou palácios, ou imateriais como os tradicionais e ameaçados processos de fabrico de chocalhos ou obras de barro preto de Bisalhães.”

Vassalo e Silva, 2017.

4. Monumentos Islâmicos Classificados: Revisão e Ficha Técnica

4.1. Concelho de Albufeira

4.1.1. Castelo de Paderne (vd. Quadro 1.)

A fortificação muçulmana de Paderne situa-se num monte denominado Paderna (vd. Figura 1.), do qual recebeu o nome. Paderna apresenta cerca de 90 metros de altura, localizada na margem esquerda da ribeira de Quarteira (GONÇALVES, 2002). O conjunto arquitetónico do Castelo de Paderne recua ao período de ocupação muçulmana do *Gharb al-Andalus*. Fortificação militar com a configuração de fortaleza, Paderne utilizou a taipa militar como elemento construtivo. A existência de torres albarrãs e o acesso principal em “*skifa*” (cotovelo) são também características almoreadas (*idem*).

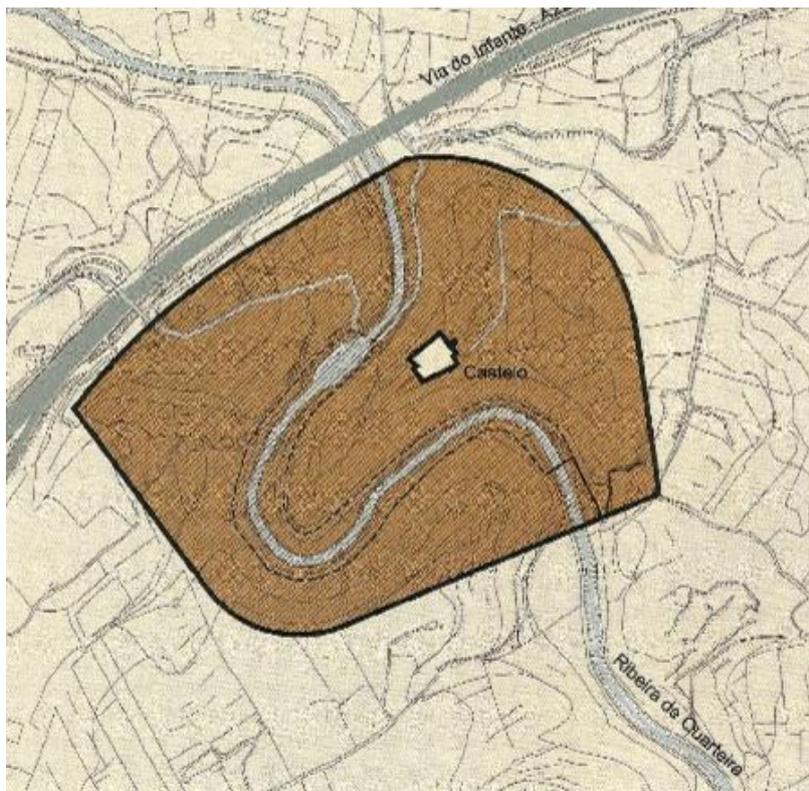


Figura 1. Limite da Zona de Proteção do Castelo de Paderne, Albufeira. Fonte: Magalhães, 2008.

Nos anos 80, foram dirigidas, sob a orientação da arqueóloga Helena Catarino, duas campanhas arqueológicas. A primeira, em 1987, contou com a utilização do sistema de quadrículas, onde se encontraram cerâmicas, restos osteológicos, uma faca e uma tesoura. A segunda campanha, em 1988, constou numa campanha de remoção do entulho que ali se encontrava desde a época do seu abandono (GONÇALVES, 2002). As muralhas encontravam-se em péssimo estado de conservação, existindo zonas em vias de ruir (**vd. Figura 2.**). Nos anos de 1985 e 1986 foram realizadas obras de recuperação pela DGEMN que consistiram na introdução de elementos de alvenaria em pedra em alguns sítios da muralha (*idem*). Entre 2004 e 2006, em obra de conservação e requalificação, promovida pelo então IPPAR, foram utilizados dois métodos de restauro de taipa, um método tradicional (cofragem composta por dois taipais verticais) e um método inovador (cofragem composta por um único taipal) (MAGALHÃES, 2008). No dia 28 de Julho de 2017 foi assinado um contrato para a empreitada da obra de restauro e conservação dos módulos de taipa almóada da Torre Albarrã do Castelo de Paderne. As obras vão ser executadas em duas fases, a primeira em 2017 e a segunda em 2018 (Autarquia de Albufeira, 2017).



Figura 2. Local de entrada para o Castelo de Paderne, Albufeira. **Fonte:** DGPC, 2017.

Atualmente, o Castelo de Paderne encontra-se aberto ao público e possui um efeito cenográfico que é multiplicado à noite, graças à iluminação instalada pela Região de Turismo do Algarve.

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Militar / Castelo
Cronologia	A construção do Castelo de Paderne terá sido efetuada durante o domínio da dinastia almóada, nos séculos XII e XIII (GONÇALVES, 2002)
Divisão Administrativa	Faro / Albufeira / Paderne
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Imóvel de Interesse Público

Ficha Técnica	
Decreto de lei	Decreto n.º 516/71, DG, I Série, n.º 274, de 22-11-1971
Coordenadas	37° 09.431' N 8° 12.006' O

Quadro 1. Ficha Técnica do Castelo de Paderne, Albufeira. Fonte: Autora.

4.2. Concelho de Alcoutim

4.2.1. Castelo “Velho” de Alcoutim (vd. Quadro 2.)

Quando subimos o Guadiana de barco ou viajamos pela estrada marginal ao rio, chegamos à vila de Alcoutim, situada nas serranias do nordeste algarvio (vd. Figura 3.). O Castelo “Velho” situa-se posicionado sobre o rio (CATARINO, 2004). O Castelo “Velho”, edificado em xisto e grauvaque, é na sua origem um pequeno alcácer do Período Omíada, composto por dois recintos fortificados, ambos de planta retangular. Ocupa uma localização estratégica que favorecia o fácil controlo visual (MAGALHÃES, 2008).

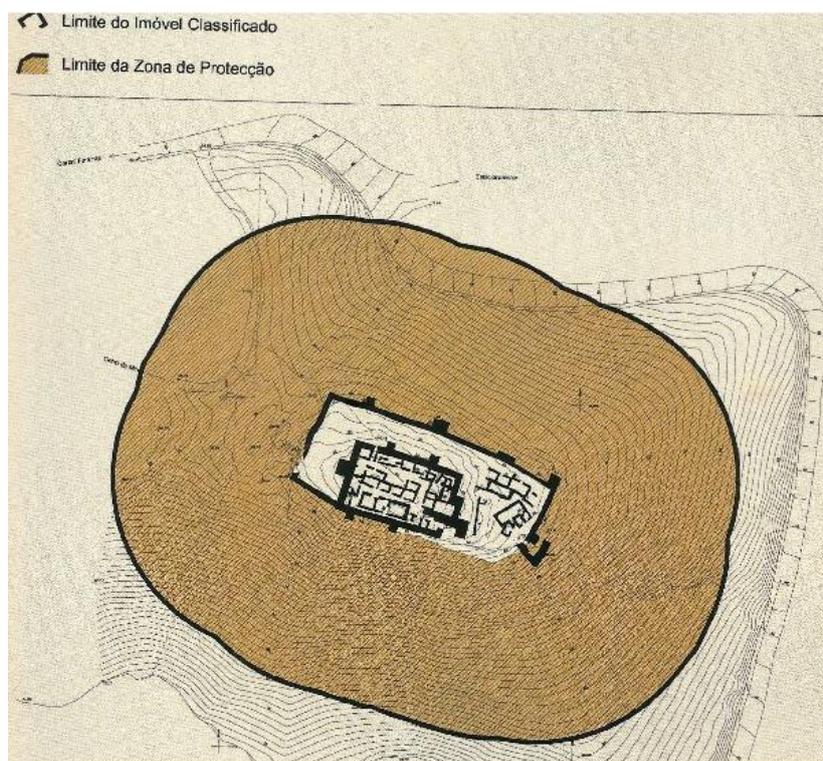


Figura 3. Limite da Zona de Protecção do Castelo “Velho” de Alcoutim, Alcoutim. Fonte: Magalhães, 2008.

As pesquisas arqueológicas foram iniciadas em 1985, com escavações realizadas durante a época balnear. De toda a área abrangida pelo monumento (espaços amuralhados e exterior) (vd. Figura 4.), só uma pequena parte foi posta a descoberto (CATARINO, 2004). Contudo, o

conjunto já visível permite-nos ter uma ideia da sua organização espacial. Foram identificados diversos compartimentos, tais como, pátios, ruas, cozinha, quartos que configuram um complexo habitacional (MAGALHÃES, 2008). As escavações efetuadas, desde 1985 a 2003, revelaram quase sempre a associação de metais, sendo a presença maioritária de manganês, e pouca densidade de cobre, antimónio, prata, chumbo e outros minerais (Portal do Arqueólogo, 2017).



Figura 4. Estruturas do Castelo “Velho” de Alcoutim, Alcoutim. **Fonte:** Site Autárquico de Alcoutim, 2017.

Hoje o local está protegido por uma rede, mas apresenta certas condições dadas ao abandono, como a falta de manutenção da vegetação local (MAGALHÃES, 2008). No entanto, a autarquia de Alcoutim providencia visitas guiadas com marcação prévia, continuando a ter alguma relevância para a comunidade local.

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Militar / Castelo
Cronologia	A primeira fase de ocupação corresponde ao período Emiral. Na segunda fase, já no período Califal, houve uma reestruturação do conjunto devido aos sucessivos incêndios a que foi alvo. Nos reinos dos Taifas dá-se a remodelação da muralha no setor este. No período Almorávida, o alcácer é novamente destruído e abandonado definitivamente (MAGALHÃES, 2008)
Divisão Administrativa	Faro / Alcoutim / Alcoutim e Pereiro
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Imóvel de Interesse Público
Decreto de lei	Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997
Coordenadas	37° 28' 50.9" N 7° 28' 20.4" O

Quadro 2. Ficha Técnica do Castelo “Velho” de Alcoutim, Alcoutim. **Fonte:** Autora.

4.3. Concelho de Aljezur

4.3.1. Castelo de Aljezur (vd. Quadro 3.)

O Castelo de Aljezur encontra-se implantado numa zona onde não se registam habitações, pelo que o castelo se destaca na paisagem, isolado (vd. **Figura 5.**). A partir das muralhas pode ser observado a leste a zona da ribeira de Aljezur, para oeste o litoral marítimo da costa Vicentina (MAGALHÃES, 2008). O Castelo de Aljezur evidencia a longa diacronia do período Islâmico, a par do topónimo local (origem árabe *al-jaziira*), resultado das boas condições geoestratégicas que o caracterizam. O Castelo de Aljezur foi o último castelo a ser conquistado no Algarve. Em 1246, com a conquista definitiva do Algarve, o castelo passou para a posse do rei português, que deverá ter empreendido algumas reformas (*idem*).

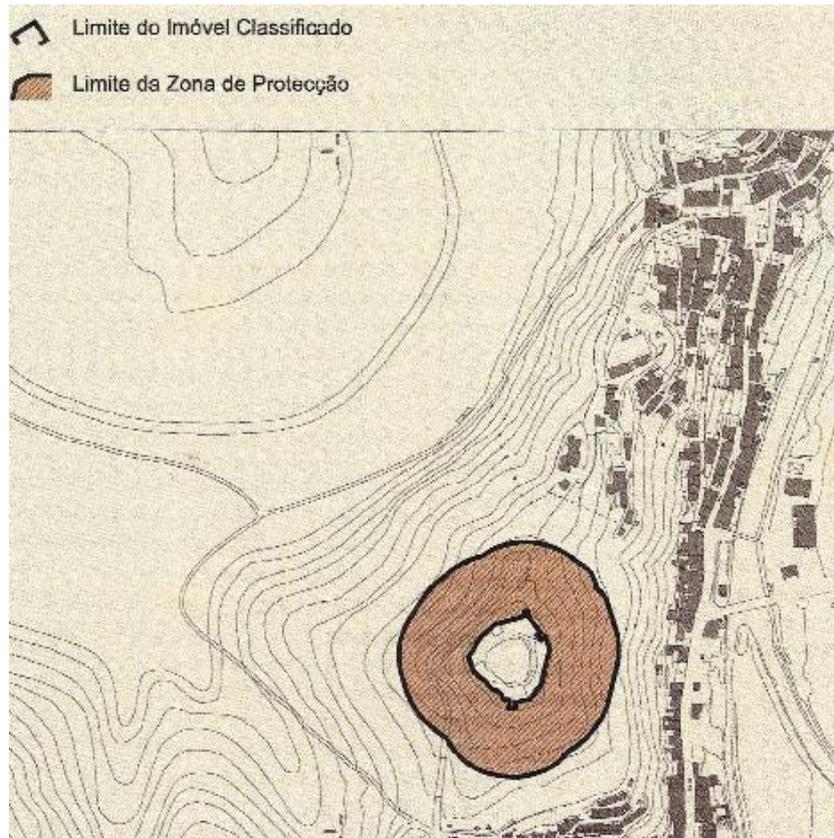


Figura 5. Limite da Zona de Protecção do Castelo de Aljezur, Aljezur. Fonte: Magalhães, 2008.

Em 1988, foi realizado um levantamento arqueológico dos concelhos de Aljezur e Monchique pelo responsável João Carlos Muralha Cardoso. Em 2004, foram realizadas sondagens arqueológicas com o intuito de determinar o antigo traçado da muralha do castelo (vd. **Figura 6.**). Em 2005, o então IPPAR adjudicou a obra "Estabilização e contenção do talude sob as fundações das muralhas do castelo de Aljezur", que teve como objetivo reforçar os taludes escavados na encosta noroeste (Portal do Arqueólogo, 2017).



Figura 6. Vista panorâmica do Castelo de Aljezur, Aljezur. Fonte: Site Autárquico de Aljezur, 2017.

No ano 2000, o então IPPAR realizou uma primeira intervenção de urgência com vista às fundações das muralhas. Em 2006, esta obra foi concluída. Em 2008, foi realizada a “Proteção das Estruturas Arqueológicas e Consolidação de Construções, no interior do Castelo”, conduzida pela Direção Regional de Cultura do Algarve. Embora ainda em mau estado de conservação, mantém a cerca de muralhas e duas torres (MAGALHÃES, 2008). Encontra-se atualmente aberto ao público, com entrada livre (Autarquia de Aljezur, 2017).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Militar / Castelo
Cronologia	A estrutura fortificada fazia parte do sistema defensivo do território de Silves durante os Períodos Almóada e Terceiras Taifas referentes aos séculos XII e XIII (MAGALHÃES, 2008)
Divisão Administrativa	Faro / Aljezur / Aljezur
Situação Atual	Classificado
Categoria de	Imóvel de Interesse Público

Ficha Técnica	
Proteção	
Decreto de lei	Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977
Coordenadas	37° 18.969' N 8° 48.304' O

Quadro 3. Ficha Técnica do Castelo de Aljezur, Aljezur. Fonte: Autora.

4.3.2. *Rîbat* de Arrifana (vd. Quadro 4.)

O complexo de estruturas que constituem o *Rîbat* da Arrifana ocupa a pequena península denominada por Ponta da Atalaia. As presentes estruturas encontram-se delimitadas por altas escarpas que caem, quase verticalmente, sobre o oceano (vd. Figura 7.). A Ponta da Atalaia localiza-se a pouco mais de 6 km a poente de Aljezur, e inclui-se na zona outrora chamada Arrifana (GOMES; GOMES, 2008). O *Rîbat* da Arrifana trata-se de um convento-fortaleza, consagrado à oração e vigilância da costa. Este local terá servido como local de inspiração de *Ibn Qasi* (uma das principais figuras do mundo político e religioso do *al-Ândalus*). Até o momento, trata-se do único *Rîbat* reconhecido no atual território português e o segundo na Península Ibérica (*idem*).



Figura 7. Limite da Zona de Proteção do *Rîbat* da Arrifana, Aljezur. Fonte: DGPC georreferenciação, 2017.

O *Rîbat* da Arrifana foi identificado por Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes em 2001. Depois da limpeza superficial de duas zonas, essas áreas foram escavadas durante o mês de Agosto do ano seguinte. As escavações permitiram reconhecer três mesquitas com *qiblas* e *mihirabs* (vd. Figura 8.). O espólio exumado não foi abundante, com evidências de cerâmicas e alguns artefactos metálicos (GOMES, GOMES, 2008; Autarquia de Aljezur, 2017).



Figura 8. Aproximação às estruturas do *Ribat* da Arrifana, Aljezur. Fonte: Site Autárquico de Aljezur, 2017.

Espera-se que surja algum apoio por parte da Câmara Municipal de Aljezur dada a importância histórica do local. As áreas escavadas foram rodeadas por uma rede de plástico verde, atada a suportes de ferro, mas permitindo boa visibilidade das ruínas (GOMES; GOMES, 2008). Encontra-se atualmente aberto ao público, com entrada livre. Encontram-se disponíveis as publicações das campanhas arqueológicas realizadas no local (Autarquia de Aljezur, 2017).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Religiosa e Militar / Convento-fortaleza
Cronologia	O <i>Ribat</i> terá sido construído em torno de 1130 e abandonado a partir de 1151 (GOMES, GOMES, 2008).
Divisão Administrativa	Faro / Aljezur / Aljezur
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Monumento Nacional
Decreto de lei	Decreto n.º 25/2013, DR, 1.ª série, n.º 142, de 25-07-2013
Coordenadas	37°19'9,0488"N 8°52'36,1315"O

Quadro 4. Ficha Técnica do *Ribat* da Arrifana, Aljezur. Fonte: Autora.

4.4. Concelho de Faro

4.4.1. Fortaleza ou Muralhas de Faro (vd. Quadro 5.)

As muralhas de Faro estão delimitadas a sul pelo Largo de São Francisco, a nascente pela Rua José Maria Brandeiro, a poente pela linha do caminho-de-ferro, e a norte pela Praça Dom Francisco Gomes (vd. Figura 9.). A muralha que delimita a Vila-a-Dentro terá tido uma pré-existência visigótica e mais tarde romana. Na segunda metade do século IX, o governador islâmico *Yahya ibn Bakr* reforçou as muralhas e proveu a cidade com portas de ferro. A alcáçova situava-se no canto sudoeste do espaço amuralhado e apresentava, em todo o seu perímetro, muralhas com torreões (MAGALHÃES, 2008).

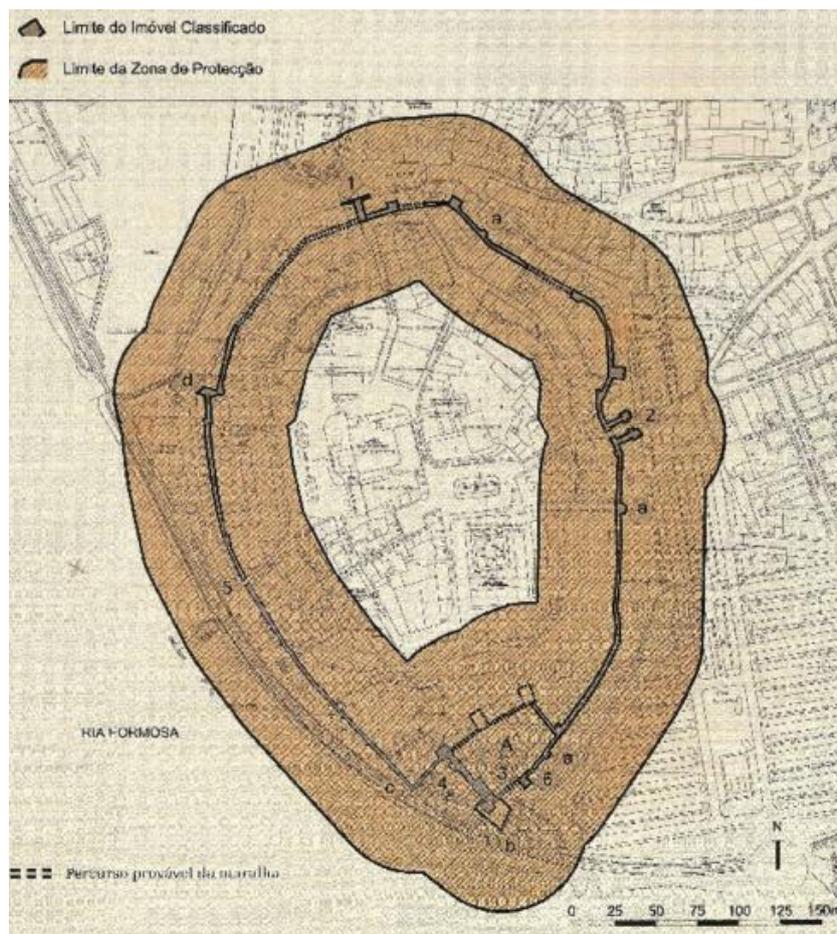


Figura 9. Limite da Zona de Protecção da Fortaleza/Muralha de Faro, Faro. Fonte: Magalhães, 2008.

Foi alvo de apenas uma única sondagem sob a orientação de Adriaan Louis De Man, para definir a articulação da torre com a muralha e o seu substrato (Portal do Arqueólogo, 2017) (vd. Figura 10.).



Figura 10. Zona do Largo de São Francisco da Fortaleza/Muralha de Faro, Faro. **Fonte:** DGPC, 2017.

O recinto amuralhado foi alvo de sucessivos restauros e adaptações. Na atualidade, o percurso da muralha está bem demarcado do conjunto da atual cidade (MAGALHÃES, 2008). A Câmara Municipal de Faro tem vindo a promover diversas ações de forma a salvaguardar, qualificar e dinamizar a zona antiga da cidade, bem como valorizar e dignificar o centro histórico e patrimonial (Autarquia de Faro, 2017). A Fábrica da Cerveja Portugália prepara-se para ser convertida em Museu na sequência da compra, por parte da Câmara Municipal de Faro (MAGALHÃES, 2008).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Militar / Fortaleza
Cronologia	A data de execução remonta ao período romano, sendo ocupada e reformada durante o período Emiral-Califal do século IX (MAGALHÃES, 2008).
Divisão Administrativa	Faro / Faro / Faro (Sé e São Pedro)
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Imóvel de Interesse Público
Decreto de lei	Decreto n.º 45/93, DR, I Série-B, n.º 280, de 30-11-1993
Coordenadas	37° -1' 9" N 7° 56' 3" O

Quadro 5. Ficha Técnica da Fortaleza/Muralha de Faro, Faro. Fonte: Autora.

4.5. Concelho de Loulé

4.5.1. Castelo de Loulé (vd. Quadro 6.)

O Castelo de Loulé localiza-se no Largo Pedro I, na freguesia de São Clemente, em Loulé. O castelo, de origem árabe, possuía um grande perímetro amuralhado, parte do qual ainda é visível (vd. Figura 11.). Voltada para a Rua da Barbacã destaca-se uma torre albarrã de alvenaria, datada da Baixa Idade Média. Outra das torres visíveis é a denominada Torre de Vela, também esta uma torre albarrã de taipa (MAGALHÃES, 2008).

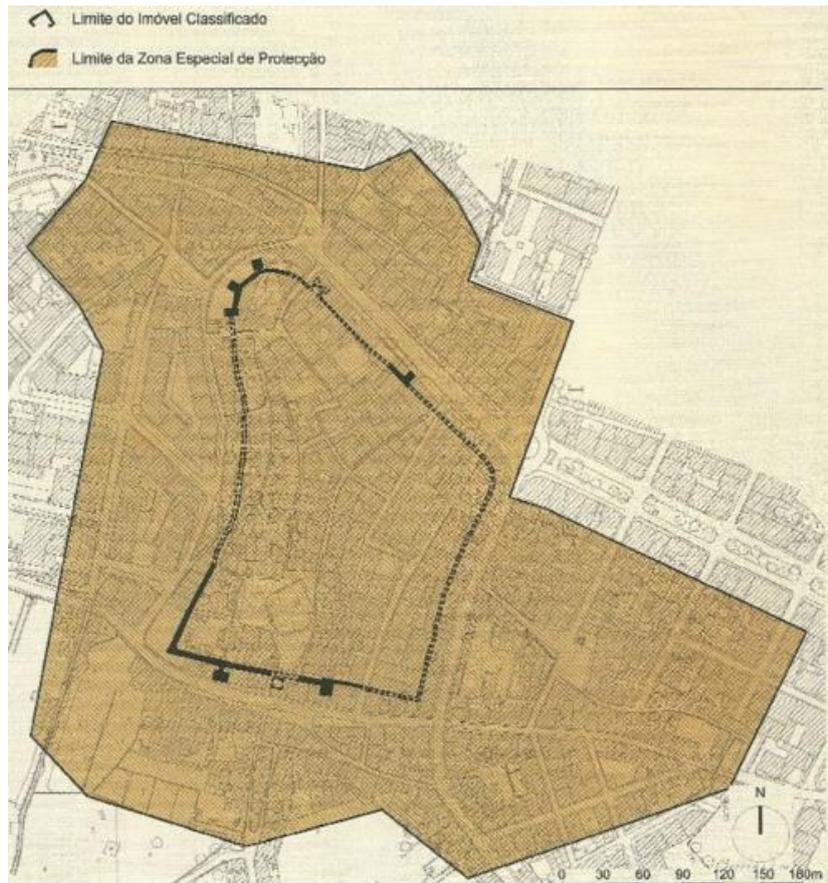


Figura 11. Limite da Zona de Proteção do Castelo de Loulé, Loulé. Fonte: Magalhães, 2008.

A intervenção arqueológica, por ocasião da sua adaptação ao Arquivo Histórico, documentou estratos arqueológicos que vão do período islâmico (identificado por moedas) ao período medieval cristão, de que foi registado um vasto incêndio na época (MAGALHÃES, 2008). Foram realizados trabalhos de conservação e restauração ao longo do século XX. Os elementos remanescentes do Castelo, apesar de terem a tutela do IGESPAR, são cuidados pela Câmara Municipal de Loulé que, há muito, vem procedendo à requalificação desta zona histórica e à valorização da imagem do castelo e da muralha (*idem*) (vd. Figura 12.).



Figura 12. Muralhas do Castelo de Loulé, Loulé. Fonte: DGPC, 2017.

Atualmente, o interior do castelo é utilizado como museu e como biblioteca municipal (Câmara Municipal de Loulé, 2017).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Militar / Castelo
Cronologia	A construção do castelo está associada às épocas Almorávida (séculos XI e XII) e Almóada (séculos XII e XIII), devido à utilização da taipa militar na execução das torres e muralhas (MAGALHÃES, 2008).
Divisão Administrativa	Faro / Loulé / Loulé (São Clemente)
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Monumento Nacional
Decreto de lei	Decreto n.º 9 842, DG, I Série, n.º 137, de 20-06-1924
Coordenadas	37° 08.369' N 8° 01.428' O

Quadro 6. Ficha Técnica do Castelo de Loulé, Loulé. Fonte: Autora.

4.6. Concelho de Monchique

4.6.1. Sítio arqueológico do Cerro do Castelo de Alferce (vd. Quadro 7.)

O Cerro do Castelo de Alferce localiza-se na Serra de Monchique, no sítio da Pedra Branca, na freguesia de Alferce, concelho de Monchique. Encontra-se protegido pelos montes circundantes no cimo de um cabeço elevado na parte oriental da serra da Picota (MAGALHÃES, 2008) (vd. **Figura 13.**). O Castelo de Alferce revela dois períodos de ocupação claramente distintos. A primeira ocupação regista a presença de fortificações da Idade do Bronze, e a segunda ocupação relata para uma reconstrução no século VIII pelos muçulmanos. Esta segunda fase terá servido de refúgio militar de apoio ao Castelo de Silves, apresentando uma fundação de *hisn*-refúgio (*idem*).

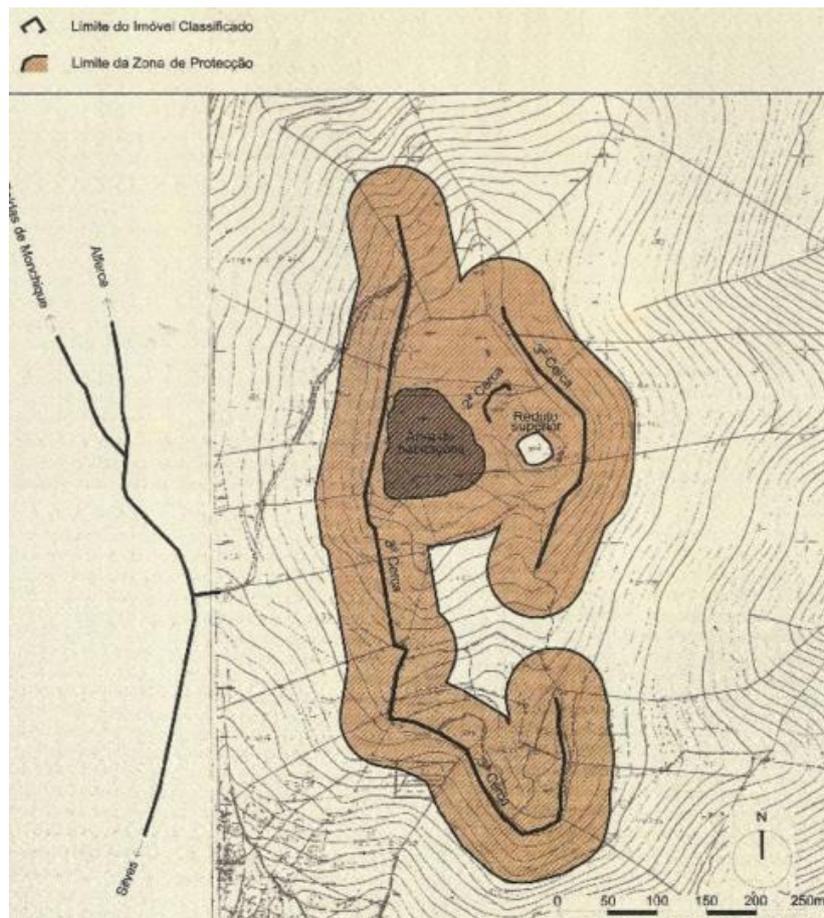


Figura 13. Limite da Zona de Proteção do Cerro do Castelo de Alferce, Monchique. **Fonte:** Magalhães, 2008.

Em 2002, foi realizada uma sondagem pelo responsável Mathieu Grangé, no qual ainda se aguarda a ficha de trabalho arqueológico. No âmbito das Jornadas Europeias do Património em 2014, foi organizado, após a primeira visita guiada ao Sítio Arqueológico do Cerro do Castelo de Alferce, uma intervenção de desmatagem da vegetação intensa, resultando em dados novos. O segmento amuralhado aparenta estar articulado com o torreão defensivo existente no canto nordeste da fortificação islâmica (Portal do Arqueólogo, 2017) (vd. **Figura 14.**).



Figura 14. Sondagens no Cerro do Castelo de Alferce, Monchique. **Fonte:** DGPC, 2017.

Apenas restam vestígios de alguns muros e de uma cisterna, escondidos no meio de vegetação e entre sobreiros (MAGALHÃES, 2008). Atualmente, o trabalho regular da Câmara de Monchique, da Junta de Freguesia de Alferce e dos proprietários dos terrenos onde se situa o sítio arqueológico tem vindo a realizar campanhas de sondagem para averiguar a utilização deste complexo arqueológico. Estes trabalhos têm permitido que a vegetação não volte a cobrir de novo os vestígios arqueológicos. Existe um esforço por divulgar os resultados através da publicação de artigos por meio das campanhas arqueológicas realizadas no local (Câmara Municipal de Monchique, 2017).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arqueologia Militar / vestígios de Castelo
Cronologia	Inicialmente um povoado da Idade do Bronze, o Castelo de Alferce teve continuidade de ocupação até o fim da Época Emiral, entre finais do século X e inícios do século XI (MAGALHÃES, 2008).
Divisão Administrativa	Faro / Monchique / Alferce
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Imóvel de Interesse Público
Decreto de lei	Portaria n.º 429-A/2013, DR, 2.ª série, n.º 123 (suplemento), de 28-06-2013
Coordenadas	37° 20' N 8° 29' 22" O

Quadro 7. Ficha Técnica do Cerro do Castelo de Alferce, Monchique. Fonte: Autora.

4.7. Concelho de Portimão

4.7.1. Ruínas do antigo Castelo ou Forte de Alvor (vd. Quadro 8.)

O Castelo ou Forte de Alvor localiza-se no Largo do Castelo na localidade e freguesia de Alvor, concelho de Portimão (vd. Figura 15.). As origens do castelo recuam, com certeza, ao período islâmico, localizado na urbe islâmica de Alvor designada por *Al-Bur* (MAGALHÃES, 2008). No entanto, pouco se conhece desta edificação islâmica, quer do ponto de vista documental, quer da investigação arqueológica. A porta principal, voltada a norte, é o principal elemento original remanescente, com a sua figuração em cotovelo, que seria provavelmente defendida por uma torre albarrã (*idem*).

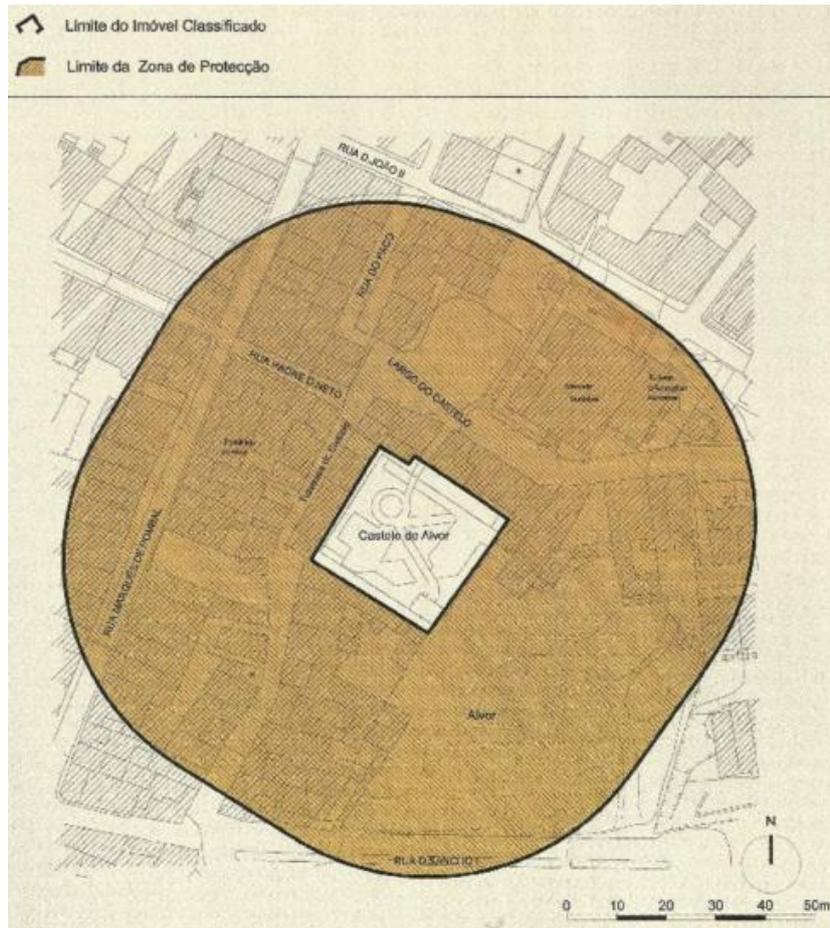


Figura 15. Limite da Zona de Proteção do antigo Castelo/Forte de Alvor, Portimão. Fonte: Magalhães, 2008.

Os vestígios amuralhados foram alvo de realocização e identificação pela extensão do IPA em 1999 e 2002 (Portal do Arqueólogo, 2017). Durante o período cristão foi adaptado a uma estrutura de vigia da costa, mas nunca foi alterado o seu traçado inicial (vd. Figura 16.). Nos últimos anos, o Castelo ou Forte de Alvor tem sido sucessivamente ameaçado pela intensa pressão urbanística. Encontra-se, atualmente, em ruínas (MAGALHÃES, 2008).



Figura 16. Troço do antigo Castelo/Forte de Alvor, Portimão. Fonte: DGPC, 2017.

No entanto, é importante referir que o Castelo ou Forte de Aljezur foi transformado num jardim infantil em 1989, para a comemoração dos “800 anos da primeira conquista de Alvor aos mouros” (MAGALHÃES, 2008). Esta reutilização do espaço deixa algumas reticências quanto ao valor patrimonial e de proteção do sítio.

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Militar / Castelo
Cronologia	A data de execução corresponde aos séculos IX e X, na transição do período Emiral para o Período Omíada (MAGALHÃES, 2008).
Divisão Administrativa	Faro / Portimão / Alvor
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Imóvel de Interesse Público
Decreto de lei	Decreto n.º 29/84, DR, I Série, n.º 145, de 25-06-1984
Coordenadas	37° 07' N 8° 35' O

Quadro 8. Ficha Técnica do antigo Castelo/Forte de Alvor, Portimão. Fonte: Autora.

4.8. Concelho de Silves

4.8.1. Castelo e Muralhas de Silves (vd. Quadro 9.)

As estruturas do Castelo (Alcáçova) e da Muralha urbana estão plenamente inseridas na moderna malha urbana de Silves (vd. Figura 17.). A entrada para o Castelo faz-se pelo Largo do Castelo (GOMES; GOMES, 2001). O Castelo de Silves situa-se no ponto mais elevado da colina da cidade. Apesar de profundamente devastado por inúmeros sismos, esta fortificação é uma das mais notáveis obras de arquitetura militar durante o período islâmico no Algarve (GOMES, 2011). No interior do castelo é possível observar diversos vestígios da ocupação muçulmana, e no exterior a estátua de D. Sancho I (conquista da cidade de Silves aos árabes) (MAGALHÃES, 2008).

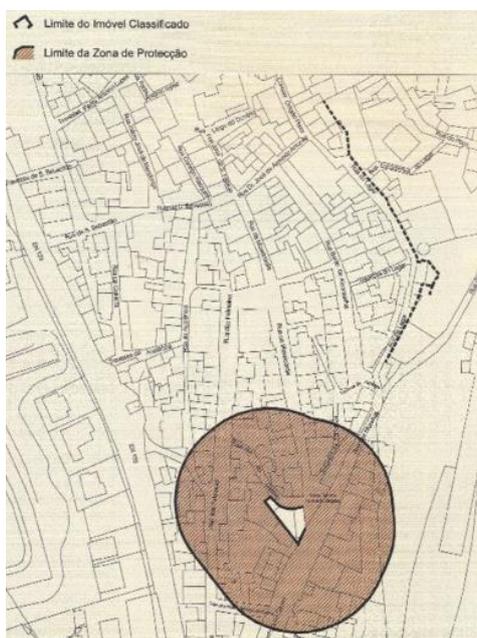


Figura 17. Limite da Zona de Proteção do Castelo e Muralhas de Silves, Silves. Fonte: Magalhães, 2008.

Foram realizadas campanhas arqueológicas durante o século XX, com uma sondagem realizada em 1993. No século XXI, foram realizadas campanhas arqueológicas de 2003 a 2007. A sequência dos trabalhos arqueológicos efetuados durante os últimos trinta anos possibilitou para o desenvolvimento de uma readaptação do sistema amuralhado (vd. Figura 18.), quer da Medina, quer da Alcáçova mas também do inúmero espólio encontrado, como as cerâmicas comuns, a produção local e regional, as cerâmicas vidradas e esmaltadas, objetos metálicos, ponta de flecha e virotes de besta (Portal do Arqueólogo, 2017).



Figura 18. Castelo e Muralhas de Silves, Silves. Fonte: Site Autárquico de Silves, 2017.

No século XIX, as muralhas foram reparadas à custa da população por ocasião das lutas liberais e do Movimento do Remexido. Na década de 40 do século XX, o restauro efetuado pela DGEMN na área do castelo visou recuperar algumas torres que ameaçavam ruir, bem como a colocação de ameias no remate (MAGALHÃES, 2008). Encontra-se musealizado e aberto ao público, com entrada paga (Câmara Municipal de Silves, 2017).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Militar / Castelo
Cronologia	As muralhas do Castelo (Alcáçova) remontam ao início do período Islâmico Ibérico nos períodos VII a VIII (MAGALHÃES, 2008).
Divisão Administrativa	Faro / Silves / Silves
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Monumento Nacional
Decreto de lei	Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910

Ficha Técnica	
Coordenadas	37° 11.466' N 8° 26.273' O

Quadro 9. Ficha Técnica do Castelo e Muralhas de Silves, Silves. Fonte: Autora.

4.8.2. Poço-cisterna árabe de Silves (vd. Quadro 10.)

Localiza-se junto à muralha da Medina e muito perto da porta principal (vd. Figura 19.). O poço-cisterna almóada constituiu-se como uma obra emblemática da Silves islâmica (GOMES, 2011). Tudo nos indica que o seu papel terá tido um aspeto fundamental no abastecimento da cidade baixa (GOMES, 2001). O poço é uma estrutura monumental circular, onde o acesso interior é efetuado por uma escadaria que vai rodeando o poço em forma de espiral (DGPC, 2017).



Figura 19. Limite da Zona do Poço-cisterna árabe, Silves. Fonte: DGPC georreferenciação, 2017.

Foi identificado em finais de 1979 durante as campanhas arqueológicas realizadas no Castelo de Silves (Portal do Arqueólogo, 2017). A sua investigação permitiu conhecer substancialmente melhor o derradeiro período de ocupação islâmica da urbe, entre as duas conquistas cristãs (1189 e 1249) (DGPC, 2017). Demonstra em bom estado de conservação e proteção por parte dos objetivos de salvaguarda do Museu (Câmara Municipal de Silves, 2017) (vd. Figura 20.).



Figura 20. Interior do museu onde se encontra o Poço-cisterna árabe, Silves. Fonte: DGPC, 2017.

Encontra-se atualmente musealizado, localizado no interior do Museu de Arqueologia de Silves. Aberto ao público, com entrada paga (Câmara Municipal de Silves, 2017).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arqueologia Rural e/ou Doméstica / Cisterna
Cronologia	O local onde a cisterna foi construída revelou materiais de épocas anteriores à ocupação islâmica, salientando-se um numeroso espólio atribuível aos períodos tardo-romano e visigótico-bizantino, que testemunha a continuidade de ocupação pela Alta Idade Média. Foi nos finais do século XII e início do século XIII que este espaço adquiriu a atual forma (DGPC, 2017).
Divisão Administrativa	Faro / Silves / Silves
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Monumento Nacional
Decreto de lei	Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17-07-1990
Coordenadas	37° 11'20.48" N, 8°26'20.52" W

Quadro 10. Ficha Técnica do Poço-cisterna árabe, Silves. Fonte: Autora.

4.8.3. Castelo de Alcantarilha (vd. Quadro 11.)

O Castelo de Alcantarilha está localizado num espaço urbanizado entre a Travessa do Castelo e o Largo General Humberto Delgado (vd. Figura 21.) (COUTINHO, 1997). Entre Faro e Silves, Alcantarilha foi uma povoação de grande importância estratégica, uma vez que se situava entre as duas capitais islâmicas da província (COUTINHO, 1997; GOMES, 2001). O pequeno troço de muralhas ainda existente é visível do pátio do mercado local e na pequena travessa do Castelo (MAGALHÃES, 2008).



Figura 21. Limite da Zona do Castelo de Alcantarilha, Silves. Fonte: DGPC georreferenciação, 2017.

Não existem campanhas arqueológicas divulgadas, mas há notícia de uma ação de restauro efetuada em 1640. Ao longo das últimas décadas, a evolução da malha urbana sacrificou extensos troços das muralhas, transformando este monumento em ruínas (MAGALHÃES, 2008) (vd. Figura 22.).



Figura 22. Vestígios de um troço do Castelo de Alcantarilha, Silves. Fonte: Site Autárquico de Silves, 2017.

Encontra-se localizado numa área de fácil acesso ao público, mas é quase ou nada conhecido, simplesmente dado ao abandono (Junta de Freguesia de Alcantarilha, 2017).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Militar / Castelo
Cronologia	Edificado durante o período islâmico, a sua função era proteger a sua população das investidas da pirataria marítima. Na segunda metade do século XVI até ao século XVIII a edificação foi restaurada (MAGALHÃES, 2008).
Divisão Administrativa	Faro / Silves / Alcantarilha e Pêra
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Imóvel de Interesse Público
Decreto de lei	Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977
Coordenadas	37° 07.821' N 8° 20.742' O

Quadro 11. Ficha Técnica do Castelo de Alcantarilha, Silves. Fonte: Autora.

4.9. Concelho de Tavira

4.9.1. Muralhas do Castelo de Tavira (vd. Quadro 12.)

As muralhas do Castelo de Tavira localizam-se na colina de Tavira, registadas pela presença de vários elementos repartidos pelas atuais freguesias de Santa Maria e Santiago (vd. **Figura 23.**). Os muçulmanos ocuparam o território de Tavira em finais do século X a inícios do XI, construindo o castelo no topo da colina. As muralhas que datam das segundas Taifas foram, pelos almóadas, providas de torres em taipa militar e revestidas por um pano de alvenaria (MAIA, 2012).

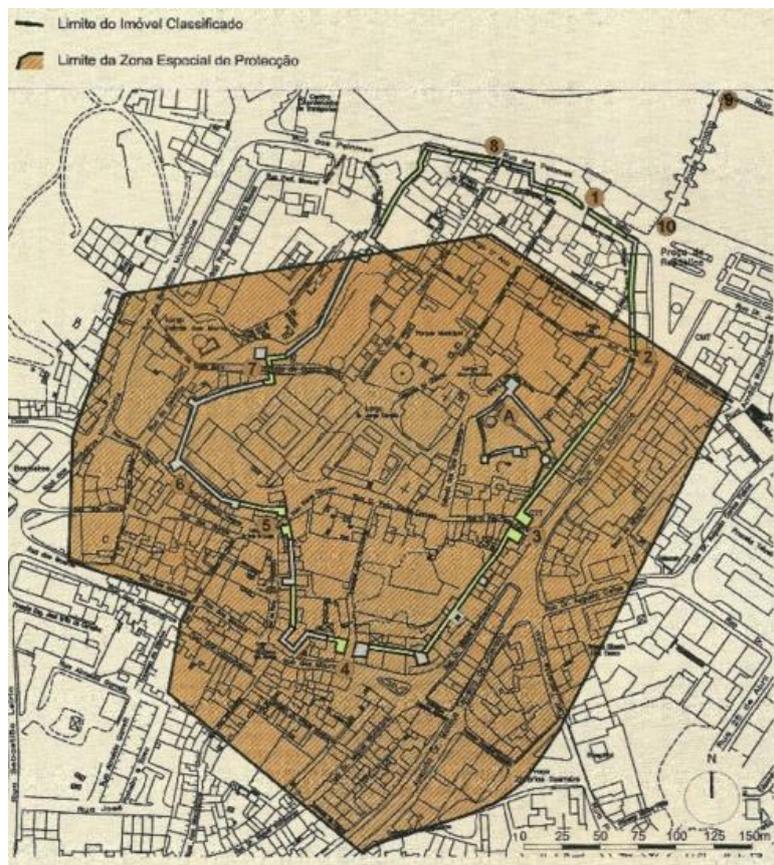


Figura 23. Limite da Zona das Muralhas do Castelo de Tavira, Tavira. **Fonte:** Magalhães, 2008.

No âmbito de projetos da Câmara Municipal de Tavira consta-se a realização de sondagens que revelaram enterramentos permitindo atribuir cronologias. A totalidade dos trabalhos arqueológicos permitiram estabelecer dados para o estabelecimento de populações neste local (MAIA, 2012). Entre 2000 e 2002, registaram-se obras para consolidação dos muros do troço de muralha na Rua Detrás dos Muros. É nesta altura que é consolidado o troço na Travessa dos Pelames. Os troços da muralha existentes encontram-se em bom estado de conservação (MAGALHÃES, 2008) (vd. **Figura 24.**).



Figura 24. Entrada para as Muralhas do Castelo de Tavira, Tavira. Fonte: DGPC, 2017.

Em 1938, a Câmara de Tavira adquire o terreno do castelo, projetando fazer aí um miradouro. Recentemente, foi aberta a partir da Rua da Liberdade uma escadaria que acede diretamente à torre polifacetada do castelo (MAGALHÃES, 2008).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Militar / Castelo
Cronologia	A data de execução corresponde aos finais do século XI e inícios do XII, período atribuído às segundas Taifas (MAIA, 2012).
Divisão Administrativa	Faro / Tavira / Tavira (Santa Maria e Santiago)
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Monumento Nacional
Decreto de lei	Decreto n.º 17/2014, DR, 1.ª série, n.º 94, de 16-05-2014
Coordenadas	37° 07.531' N 7° 39.109' O

Quadro 12. Ficha Técnica das Muralhas do Castelo de Tavira, Tavira. Fonte: Autora.

4.10. Concelho de Vila Real de Santo António

4.10.1. Fortaleza de Cacela Velha (vd. Quadro 13.)

A Fortaleza de Cacela Velha localiza-se no Largo da Fortaleza na freguesia de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António. Encontra-se delimitada por uma paisagem de campos cultivados alternados por matos de vegetação autóctone (vd. Figura 25.). O núcleo arquitetónico de Cacela-Velha é um dos mais importantes conjuntos patrimoniais do Algarve. O apogeu deste povoado foi atingido durante a época islâmica, que segundo as fontes árabes, aparece citado muitas vezes como Medina e/ou *hisn* (MAGALHÃES, 2008). Cacela foi a sede de um vasto território circundante durante os períodos posteriores cristãos, cujo estatuto era superior ao de Tavira (*idem*).

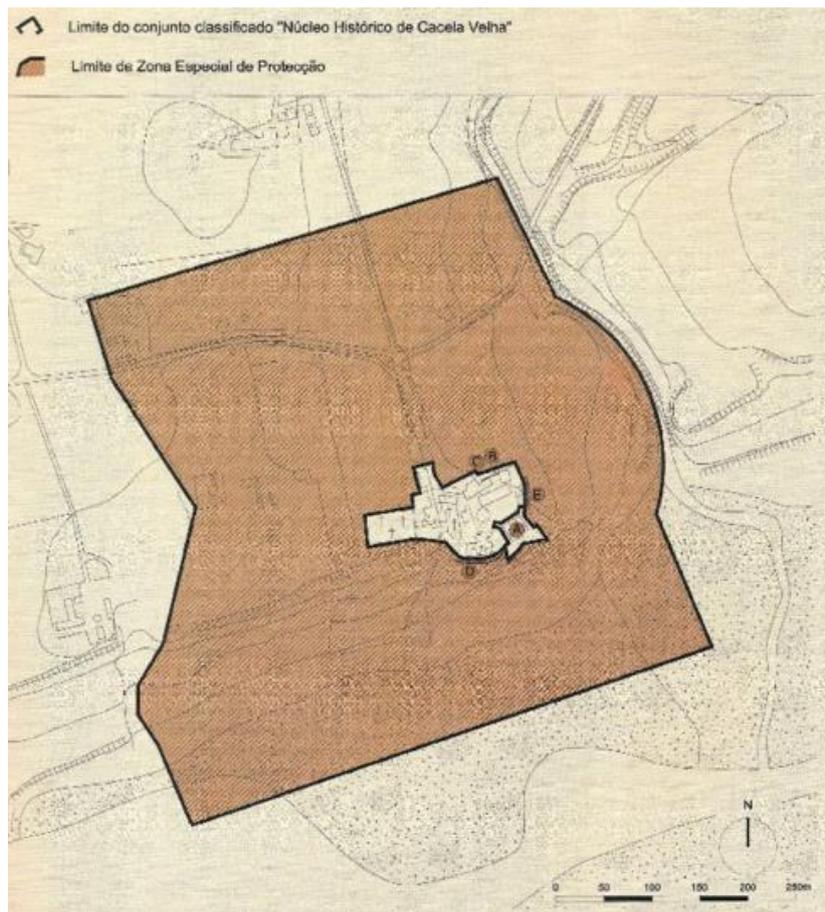


Figura 25. Limite da Zona da Fortaleza de Cacela Velha, Vila Real de Stº António. Fonte: Magalhães, 2008.

Foi alvo de levantamento do património cultural imóvel em 2001, resultante do trabalho de prospeção de campo na freguesia de Vila Nova de Cacela. Cacela Velha é um dos locais onde mais intervenções arqueológicas se realizaram, quer na Fortaleza bem como na extensão da vila (Portal do Arqueológico, 2017) (vd. Figura 26.).



Figura 26. Fortaleza de Cacela Velha, Vila Real de Stº António. **Fonte:** Site Autárquico de Vila Real de Stº António, 2017.

Apresenta um centro histórico patrimonialmente homogéneo e bem preservado. Desde 1897, a fortaleza funciona como posto gerido pela Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana, a chamada GNR (MAGALHÃES, 2008). Cacela Velha confere um estatuto cimeiro nas rotas do património e do ambiente natural. Para chegar à praia os veraneantes recorrem ao serviço de barqueiros que os transportam numa rápida viagem através da ria (Autarquia de Vila Real de Santo António, 2017).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Mista / Centro Histórico
Cronologia	Desconhecemos a data exata da fundação da atual estrutura, que terá utilizado uma existência pré-medieval. No período islâmico, a fortaleza poderá corresponder aos séculos XI, XII e XIII, devido à descoberta de um troço de muralha de alvenaria no âmbito das obras para a construção de uma moradia (MAGALHÃES, 2008).
Divisão Administrativa	Faro / Vila Real de Santo António / Vila Nova de Cacela
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Imóvel de Interesse Público

Ficha Técnica	
Decreto de lei	Decreto n.º 2/96, DR, I Série-B, n.º 56, de 6-03-1996
Coordenadas	37° 8' 36" N 7° 34' 3" O

Quadro 13. Ficha Técnica da Fortaleza de Cacula Velha, Vila Real de Stº António. Fonte: Autora.

5. Discussão e Conclusão

Ao pensarmos num plano de interpretação geral do património islâmico do Algarve, tivemos que procurar em primeiro lugar as identidades históricas regionais e, só depois partir para as suas singularidades culturais locais, entre eles, Património Construído e Sítios Arqueológicos, ambos classificados pela DGPC.

Há características e presenças culturais no Algarve que imediatamente nos informam de um passado com uma forte presença islâmica e que nos transmitem mensagens para a urgência de salvaguarda e divulgação. Assim, as fichas técnicas não visam só salvaguardar e divulgar mas também proferir uma interpretação pormenorizada sobre cada monumento classificado. Poderá ser encarado, igualmente, como um instrumento de comunicação entre o património e quem o visita e, como também, poderá ajudar, enquanto processo de aprendizagem, a uma melhor compreensão do que nos rodeia.

“O valor do património arquitetónico não reside apenas na sua aparência, mas na integridade de todos os seus componentes, como produto único do seu tempo.”

Cultura Norte, 2017.

Através dos dados analisados, poderemos concluir que certos sítios islâmicos, apesar de classificados e com uma evidente zona de proteção selecionada, não existe qualquer tipo de controlo na salvaguarda, valorização e preservação das estruturas. Tal ocorrência sucede-se, por exemplo, no sítio arqueológico do Cerro do Castelo de Alferce em que devido à elevada concentração de vegetação densa e sobreiros, não se encontra visível, dado ao abandonado durante muitos anos, sem qualquer apoio de reabilitação e proteção por parte de entidades e instituições municipais. Felizmente, várias sondagens e escavações arqueológicas têm sido realizadas no último ano, proporcionando um melhor entendimento sobre a funcionalidade do sítio, ainda que permaneça em ruínas devido ao seu longo estado de deterioração.

O mesmo acontece com o Castelo ou Forte de Alvor e o Castelo de Alcântarilha que têm sido sucessivamente ameaçados pela intensa pressão urbanística bem como pela falta de iniciativas de valorização deste património islâmico. Respetivamente aos outros exemplos podemos observar o contrário, uma vez que existe não só o apoio por parte das entidades autárquicas, como também na existência de iniciativas de musealização e divulgação.

“Fragmentar as entidades que hoje asseguram a defesa do património, repetindo à exaustão a falsidade que as entidades da administração central que tutelam o património com autonomia e liberdade são gigantes ingovernáveis, é apenas pôr em causa o futuro deste mesmo património, subjugando o interesse nacional aos interesses imediatos. Em vez de se fortalecer o legado patrimonial que herdamos, procura-se agora o caminho contrário, o que em nada nos pode orgulhar.”

Vassalo e Silva, 2017.

Explicar o património interpretando-o, enquanto bem cultural e de todos, é requalificá-lo e integrá-lo nas vivências e memórias dos cidadãos. É dar-lhe vida própria, é animá-lo e atribuir-lhe a qualidade de visita, da mensagem, cultural, cívico, económico e territorial. É um património que faz parte de nós, do nosso passado histórico e cultural, bem como também do nosso presente, pois sem o passado não há presente e sem o presente não há passado. No fundo, o passado contribui para o que somos no presente, e não deveremos, enquanto cidadãos, ignorá-lo.

“Esta não é uma história simplista entre centralização e descentralização, mas sem dúvida que nos questiona sobre a capacidade de intervirmos no que desejamos para o futuro de todos que, deste modo, apenas se vai dispersar e enfraquecer.”

Vassalo e Silva, 2017.

BIBLIOGRAFIA

AAVV - **Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado – Distrito de Faro**. Lisboa: IPPAR, 1993. ISBN 972-95814-2-8

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - Arte Moçárabe e da Reconquista. In **História da Arte em Portugal. Vol. 2: A Arte da Alta Idade Média**. Lisboa: Publicações Alfa, 1986. ISBN B. 10516-1986

AMARAL, Maria da Conceição - **Caminhos do Gharb – Estratégias de interpretação do património islâmico no Algarve: o caso de Faro e de Silves**. Faro: Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002.

ÁVILA, Maria Luísa; MARÍN, Manuela - **Biografías y género biográfico en el Occidente Islâmico**. Madrid: Estudios onomástico-biográficos de Al-Andalus VIII, 1997. ISBN 978-84-00-07645-0

AZEVEDO, Maria Luísa Seabra Marques de – **Toponímia moçárabe em Portugal**. Tese de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 1994.

CATARINO, Helena - Arqueologia do período islâmico em Portugal: breve perspetiva. **O Arqueólogo Português**, série IV, vol. 13/15, (1995), p. 457-484.

CATARINO, Helena - **Castelo Velho de Alcoutim, As ruínas de uma fortificação islâmica**. Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim, 2004.

COUTINHO, Valdemar - **Castelos, fortalezas e torres da região do Algarve**. Faro: Algarve em Foco Editora, 1997.

COUTINHO, Valdemar - **Centros históricos de influência Islâmica**. Portimão: Instituto de Cultura Íbero-Atlântica, 2001.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela - **O ribat da Arrifana (Aljezur)**. Ed. 1. Albufeira: Câmara Municipal de Albufeira, 2008. ISBN 978-972-8124-33-5

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela - **Palácio Almoada da Alcáçova de Silves**. Ed. 1. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2001. ISBN 972-776-100-3

GOMES, Rosa Varela - **Itinerário Islâmico de Silves – Silves Muçulmana – séculos XII-XIII**. Ed. 1. Portimão: Centros Históricos de Influência Islâmica, Instituto de Cultura Ibero-Atlântica. 2001.

GOMES, Rosa Varela - **Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb al-Andalus. A Zona da Arrochela. O Espaço e o Quotidiano**. Ed. 1. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2011. ISBN 978-989-8052-22-3

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana - Intervenção arqueológica na Mesquita / Igreja Matriz de Mértola. In **Mértola Arqueológica 2003-2008. Cadernos de Mértola/Mértola Vila Museu**. Mértola: Câmara Municipal de Mértola, 2008, p. 6-17. ISBN 978-972-9375-30-9

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana - A loiça dourada de Mértola. **Arqueologia Medieval**, nº5, 1997, p. 137-162. ISSN 0872-2250

GONÇALVES, Anabela - **Castelo de Paderne, Passado, Presente e Futuro**. Faro: Universidade do Algarve, 2002.

LAMEIRA, Sandra - **A Preservação, Conservação e Valorização do Património Cultural em Portugal**. Lisboa: Instituto para a Qualidade na Formação, I.P., 2006. ISBN 972-8619-76-6

MAGALHÃES, Natércia - **Algarve: Castelos, Cercas e Fortalezas**. Faro: Letras Várias, Edições e Artes, 2008. ISBN 9789899597402

MAGALHÃES, Natércia - **O Legado Arquitectónico Islâmico no Algarve**. *El legado arquitectónico islâmico en el Algarve*. Edição bilingue em português e espanhol. Faro: Direção Regional do IPPAR, D.L., 2002. ISBN 972-8736-13-4

MAIA, Manuel; MAIA, Maria - **Tavira Islâmica**. Núcleo Islâmico, Museu Municipal de Tavira. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 2012.

MATOS, José Luís - **Lisboa islâmica**. Lisboa: Instituto Camões, 1999. ISBN 9789725662045

MATOS, Manuel - **A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo**. Lisboa: Edições Távola redonda, 1999. ISBN 972-9366-15-2

MATTOSO, José - Os moçárabes. **Revista Lusitana**, Nova Série 6, 1985, p. 5-24. ISSN 0870-0206

MEDINA, João - **História de Portugal, dos tempos pré-históricos até aos nossos dias**. Amadora: Club Internacional do livro, 1997. ISBN 844080105X

SIDARUS, Adel - **Islão e Arabismo na Península Ibérica** (ed.). Atas do XI Congresso da União Europeia de Arabistas e Islâmólogos. Évora: Universidade de Évora, 1986. ISSN 1697-2104

SIDARUS, Adel - Arabismo e traduções árabes em meios luso-moçárabes (Breves apontamentos). **Collectanea Christiana Orientalia** 2, 2005, p. 207-223. ISBN 978-1-61143-998-4

TAVEIRA, Catarina - **A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano**. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2009.

VEIGA, Estácio da - **Antiguidades Monumentaes do Algarve**. Tempos prehistoricos, 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

VEIGA, Estácio da - **Antiguidades Monumentaes do Algarve**. Tempos prehistoricos, 4. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

VEIGA, Estácio da - Projecto de legenda symbolica para a elaboração e interpretação da Carta de Archeologia Historica do Algarve. **Jornal de Sciencias Mathematicas Physicas e Naturaes**, 11, 1887, p. 3-7.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

Cultura Norte. **Intervenções e obras no património.** [Em linha] [Consult. a 20 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: [<URL: http://www.culturanorte.pt/pt/servicos/intervencoes-e-obras-no-patrimonio/>](http://www.culturanorte.pt/pt/servicos/intervencoes-e-obras-no-patrimonio/).

Direção Geral do Património Cultural. **Legislação sobre Património.** [Em linha] [Consult. de 10 a 11 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: [<URL: http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/legislacao-sobre-patrimonio/>](http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/legislacao-sobre-patrimonio/).

Direção Geral do Património Cultural. **Pesquisa Georreferenciada.** [Em linha] [Consult. de 8 a 15 de Outubro de 2017]. Disponível na WWW: [<URL:http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/georeferenciada/>](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/georeferenciada/).

Direção Geral do Património Cultural. **Pesquisa do Património Classificado ou em vias de Classificação.** [Em linha] [Consult. de 8 a 15 de Outubro de 2017]. Disponível na WWW: [<URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/>](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/).

Portal do Arqueólogo. **Pesquisa de sítios arqueológicos.** [Em linha] [Consult. de 7 de Outubro de 2017 a 20 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: [<URL: http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>](http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios).

Site Autárquico de Alcoutim. **Castelo Velho.** [Em linha] [Consult. a 13 de Outubro de 2017]. Disponível na WWW: [<URL: http://cm-alcoutim.pt/pt/500/castelo-velho.aspx>](http://cm-alcoutim.pt/pt/500/castelo-velho.aspx).

Site Autárquico de Albufeira. **O Castelo de Paderne.** [Em linha] [Consult. a 14 de Outubro de 2017]. Disponível na WWW: [<URL: https://www.cm-albufeira.pt/content/o-castelo-de-paderne>](https://www.cm-albufeira.pt/content/o-castelo-de-paderne).

Site Autárquico de Aljezur. **Aljezur na História.** [Em linha] [Consult. a 22 de Outubro de 2017]. Disponível na WWW: [<URL: http://www.cm-aljezur.pt/pt/%20113/aljezur-na-historia.aspx>](http://www.cm-aljezur.pt/pt/%20113/aljezur-na-historia.aspx).

Site Autárquico de Aljezur. **O Ríbat da Arrifana (Aljezur – Algarve).** [Em linha] [Consult. a 22 de Outubro de 2017]. Disponível na WWW: [<URL: http://www.cm-aljezur.pt/pt/%20170/or-%C3%AEbat-da-arreifana-aljezur---algarve.aspx>](http://www.cm-aljezur.pt/pt/%20170/or-%C3%AEbat-da-arreifana-aljezur---algarve.aspx).

Site Autárquico de Faro. **Muralhas.** [Em linha] [Consult. a 28 de Outubro de 2017]. Disponível na WWW: [<URL: http://www.cm-faro.pt/6839/muralhas.aspx>](http://www.cm-faro.pt/6839/muralhas.aspx).

Site Autárquico de Loulé. **Castelo de Loulé.** [Em linha] [Consult. a 1 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: [<URL: http://www.cm-loule.pt/pt/150/castelo-de-loule.aspx>](http://www.cm-loule.pt/pt/150/castelo-de-loule.aspx).

Site Autárquico de Monchique. **Sítio Arqueológico do Cerro do Castelo de Alferce.** [Em linha] [Consult. a 3 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: [<URL: http://www.cm-monchique.pt/pt/menu/478/sitio-arqueologico-do-cerro-do-castelo-de-alferce.aspx>](http://www.cm-monchique.pt/pt/menu/478/sitio-arqueologico-do-cerro-do-castelo-de-alferce.aspx).

Site Autárquico de Silves. **Castelo de Silves.** [Em linha] [Consult. a 4 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: [<URL: http://www.cm-silves.pt/pt/menu/106/castelo-de-silves.aspx>](http://www.cm-silves.pt/pt/menu/106/castelo-de-silves.aspx).

Site Autárquico de Silves. **História.** [Em linha] [Consult. a 4 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: [<URL: http://www.cm-silves.pt/pt/menu/89/historia.aspx>](http://www.cm-silves.pt/pt/menu/89/historia.aspx).

Site Autárquico de Silves. **Museu Municipal de Arqueologia de Silves**. [Em linha] [Consult. a 4 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: <URL: <http://cm-silves.pt/pt/menu/547/museu-municipal-de-arqueologia-de-silves.aspx>>.

Site Autárquico de Portimão. **História**. [Em linha] [Consult. a 5 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: <URL: <https://www.cm-portimao.pt/features/historia>>.

Site Autárquico de Tavira. **Património Arqueológico**. [Em linha] [Consult. a 19 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.cm-tavira.pt/site/node/446>>.

Site Autárquico de Vila Real de Santo António. **Fortaleza de Cacela Velha**. [Em linha] [Consult. a 19 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.cm-vrsa.pt/pt/menu/654/fortaleza-de-cacela-velha.aspx>>.

VASSALLO E SILVA, Nuno. *Por um património cultural uno e protegido*. **Diário de Notícias, Fevereiro de 2017**. [Em linha] [Consult. a 20 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: <URL: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/interior/por-um-patrimonio-cultural-uno-e-protegido-5645196.html>>.

**LA DOCUMENTAZIONE DEL DISASTRO: IL TERREMOTO IN
ARCHEOLOGIA.**

SPUNTI PER UNA RIFLESSIONE.

Enrico Roncallo

Associazione Nicoloso da Recco
Piazza della Posta, 17
Cap 16010
Vobbia, Genova
associazionenicolosodarecco@yahoo.it

La Documentazione del Disastro: il Terremoto in Archeologia.

Spunti per una Riflessione.

Enrico Roncallo

Historial do artigo:

Recebido a 19 de Janeiro de 2018

Revisto a 10 de Maio de 2018

Aceite a 01 de Junho de 2018

RIASSUNTO

Durante le campagne di scavo si affrontano molte difficoltà. A partire dal 2002 presso la conca di Illegio nella valutazione dei depositi archeologici ci si imbatte spesso in azioni naturali non dominate dall'uomo che vengono però ad interferire nella sua attività: è il caso delle alluvioni, delle esondazioni dei fiumi, delle frane, ecc. Uno dei fenomeni naturali intrinsecamente inoffensivo ma praticamente mortale per l'uomo è il terremoto, una scomoda compagnia che ci accompagna dalla nascita stessa del pianeta. L'interrogarsi sulla compenetrazione tra società e terremoto apre spazi inusuali anche in archeologia: un tema interessante ma complesso, persino poliedrico che qui proponiamo come spunto di dibattito, partendo dalla caratteristica prima del terremoto, la sua potenza.

Parola Chiave: Archeologia, Geologia, Friuli Venezia-Giulia, Italia

ABSTRACT

During the excavation campaigns many difficulties are faced. Starting from 2002 in the Illegio basin in the evaluation of archaeological deposits we often come across natural actions not dominated by man, but which are interfering in its activity: it is the case of floods, floods of rivers, landslides, etc. One of the intrinsically harmless but virtually deadly natural phenomena for man is the earthquake, an uncomfortable company that accompanies us from the very birth of the planet. The questioning on the interpenetration between society and earthquake opens up unusual spaces also in archeology: an interesting but complex theme, even a multifaceted one, which here we propose as a starting point for debate, starting from the characteristic before the earthquake, its power.

Key-words: Archaeology, Geology, Illegio, Friuli Venezia-Giulia, Italy

1. Introduzione

Nella valutazione dei depositi archeologici ci si imbatte spesso in azioni naturali non dominate dall'uomo che vengono però ad interferire nella sua attività: è il caso delle alluvioni, delle esondazioni dei fiumi, delle frane, ecc. Uno dei fenomeni naturali intrinsecamente inoffensivo ma praticamente mortale per l'uomo è il terremoto, una scomoda compagna che ci accompagna dalla nascita stessa del pianeta.

L'interrogarsi sulla compenetrazione tra società e terremoto apre spazi inusuali anche in archeologia: un tema interessante ma complesso, persino poliedrico che qui proponiamo come spunto di dibattito, partendo dalla caratteristica prima del terremoto, la sua potenza.

Quella di un terremoto viene misurata da due elementi distintivi tra loro: energia liberata ed effetti prodotti. La prima costituisce il criterio maggiore per definire l'evento, ma la mancanza di strumenti adeguati nel periodo studiato ha indotto i sismologi ad una valutazione indiretta definita dalla c.d. scala Richter a base logaritmica. Un'ulteriore modello di misura degli eventi, più consono ai contesti archeologici è la scala Mercalli rapportata ai danni inferti alle costruzioni.

Gli effetti sismici sugli alzati sono costituiti da vibrazioni del terreno, vibrazioni dell'elevato e combinato di entrambe, influenzate per lo più dall'energia liberata e dalla costituzione dei depositi sottostanti amplificatori o meno della prima. Il meccanismo descritto permette di stabilire le sollecitazioni prodotte ed eventuali effetti collaterali quali frane, subsidenza o liquefazione, effetti questi influenzato anche dalla presenza di acqua. Per ciò detto anche terremoti relativamente deboli possono influenzare sul consolidamento di sedimenti e degli edifici soprastanti. Essi si compongono di muri portanti, traversi, colonne, tetti, ecc. fabbricati con materiali ciascuno dei quali con punti deboli di rottura propri rispetto alla sollecitazione tellurica: i punti deboli si collocano alla giuntura dei diversi materiali e, ad esempio, mattoni legati con malta sono inidonei poiché trasmettono con facilità l'onda d'urto in una tessitura di per se rigida e poco elastica. La struttura, per meglio resistere, deve mantenere un grado di spinta gravitazionale superiore a quello prodotto dalla vibrazione sussultoria, e molteplici sono le soluzioni adottate a tale scopo; basti qui ricordare il comportamento delle torri, sviluppate in alzata su superficie ridotta, che si mantengono a patto che l'ampiezza d'onda sia maggiore della propria base.

Le strutture lignee, elastiche per antonomasia, si flettono scaricando a base l'energia cinetica della scossa. Le tracce dell'attività sismica possono influire anche sui depositi generando dighe, dune, frane o fratture della crosta. La missione della geoarcheologia è quella di definire un quadro puntuale degli eventi e della sequenza geologica da essi determinata (1).

Un terremoto nel 1117 colpì sia l'Austria che l'Italia per quaranta giorni con fortissime scosse e i Patriarchi di Aquileia elargarono le loro opere di carità per tutto il loro mandato, al fine di alleviare le pene della popolazione colpita. Francesco di Manzano nei suoi *Annali del Friuli* (UDINE, 1858) dà questa notizia:

"Grave terremoto, d'un simile al quale non s'avea memoria, in sul principio dell'anno danneggia la Germania e particolarmente l'Italia.

Per quaranta giorni di seguito provaronsi varie altre funestissime scosse con terrore di tutta la Penisola; a cui, dall'apprensione vi si aggiunse la serie di prodigi che accompagna lo spavento, come visioni di nubi colorate di fuoco e di sangue, e questo anche caduto in pioggia dal cielo."

(2)

2. Archeologia e Sismicità Storiche

Tra il periodo tardo antico e altomedievale le notizie a nostra disposizione sono, per il momento, piuttosto esigue. La documentazione scritta, quella cartografica, i dati archeologici e il materiale iconografici forniscono solo in parte indizi sulle costruzioni, sul materiale utilizzato e sulle tecniche. L'integrazione dei risultati di più discipline che si occupano di storia del territorio e di cultura materiale è più necessaria per far luce su un periodo ancora poco conosciuto. In questo caso l'archeologia può fornire informazioni significative per ampliare la ricostruzione storica, i mutamenti avvenuti durante quei secoli. Si cercherà quindi di ricostruire, per quanto possibile, la struttura materiale, le funzioni delle abitazioni cittadine e rurali, tenendo presente che le informazioni prese da fonti letterarie non sono da prendere come oro colato. L'iconografia e la cartografia storica forniscono solo indizi sul bagaglio tecnico e sulle soluzioni proposte nelle diverse aree geografiche. Il dato archeologico, adatto a riscoprirli, risulta limitato dalla disomogeneità degli interventi e addirittura fuorviante nel quadro generale. È dunque auspicabile l'integrazione delle discipline con particolare riferimento alla cultura materiale e alla storia del territorio, cercando di definire tipologia e funzioni delle abitazioni, nella loro collocazione urbana o rurale.

Con questo stringato ma doveroso inquadramento si passa all'esame dei siti della conca di Illegio in una sequenza ricca di novità che spazia dall'invasione del 568 d.C. al successivo riassetto franco. La contrapposizione tra Longobardi e Bizantini provocò una frattura politico, sociale ed economica tra la tradizione romana e quella germanica dei nuovi venuti che si mantenne a lungo pur nel processo di accumulazione sviluppato da Carlo Magno.

Le dimore rurali di area longobarda rappresentano il centro operativo del nucleo contadino a base familiare che contava su forno, cucina, area d'uso e cantina. In seguito venne aggregato un fienile, un granaio ed una stalla, entità indicate a sé stanti ad esaltare la potenzialità reddituale. Il pozzo, l'orto, il cortile erano recintati da siepi, fossati o muri a secco.

Le dimore contadine era per lo più costruite in legno o in materiali poveri, come canniccio, paglia e argilla secca. L'idea era quella di utilizzare quanto si poteva trovare a portata di mano, quindi vivendo nelle vicinanze di boschi o foreste era naturale che si impiegasse abbondantemente il legno o, la pietra nelle aree alpine. Il legno poteva essere il materiale da costruzione di un edificio abitativo, oppure ne costituiva la struttura portante di muri, costruiti in argilla o paglia e argilla, e pietre. I pali conficcati nel terreno supportavano nella maggior parte dei casi coperture vegetali, spesso, in paglia. La flessibilità di queste strutture di legno, facilmente modificabili o riparabili, comportava anche la possibilità che queste costruzioni potessero resistere in modo migliore a eventi sismici anche di notevole forza. Tanto più che potevano essere poi smontati e i pezzi riutilizzati per nuove costruzioni.

Al contrario la città nell'alto Medioevo aveva perduto gran parte del suo potere organizzativo del territorio, ma comunque concentrava su di sé il commercio; l'artigianato; le strutture di vertice, politiche, ecclesiastiche e culturali. La ruralizzazione della città sotto i Longobardi fu successivamente ostacolata da parte dei Carolingi cercando di porne freno dando più importanza al centro cittadino. La campagna influenzò dal punto di vista materiale la città, questa, trasformò sensibilmente il suo aspetto infatti comparvero al suo interno, orti, vigne giardini, ecc.

La casa risentì di questo processo in modo vistoso anche all'interno delle mura urbane ed il legno coesisteva con spoglio edile di reimpiego riservato ad edifici pubblici, chiese e, stano a dirsi, sepolture di ceto diligente. L'intensità del fenomeno è documentata dal rinvenimento, a

livello europeo, del c.d. strato di limo mero, che certifica la rarefazione di edifici in muratura (3).

In ambiti circoscritti e specifici la dinamica urbana è stata influenzata dalla propensione sismica, arrivando ad elaborare soluzioni originali per una limitazione del danno: in buone condizioni economiche il terremoto funge da volano per una ristrutturazione della città, mentre se viceversa il momento è difficile si può giungere, dopo le scosse, ad un abbandono del sito.

La carenza di comunicazione tra archeologi da un lato e sismologi dall'altro ha precluso, certo in un limitato numero di situazioni, la definizione di un affresco includente e completo, raggiunto magari solo di recente come nel caso dell'area fleglea.

Due sono le questioni pregnanti tra archeologia e terremoti: la prima è la valutazione corretta dei danni di un singolo evento, la seconda, a seguito, è la data dai mutamenti di un lungo periodo nel bagaglio costruttivo.

Solo con l'analisi stratigrafica si sono potuti documentare con corrette interpretazione i segni di un terremoto antico: torsioni e cedimenti, come nel caso del Broili, lasciando tracce evidenti che devono però essere inquadrare nella vita dell'edificio, pena l'attribuzione di taluni accorgimenti alla vanagloria dei costruttori. Nel caso citato molte risorse sono determinate alla stabilità strutturale proprio per un evidente timore di cedimenti, spesso agevolati in seconda battuta dai corollari del terremoto in sé. Danni prodotti dal sisma e ristrutturazione successiva si intrecciano stabilmente e solo una adeguata valutazione stratigrafica consente di definire i primi dalla seconda. Le comunità umane adottano modelli comportamentali analoghi da sempre: dopo un periodo di adattamento intervengono sul sito se economicamente sostenibile, altrimenti ne colonizzano un altro. Nel primo caso rimuovono le macerie, recuperando gli averi, riparano i danni e tornano a vivere ridimensionando di fatto l'effetto tellurico: nel secondo caso come presso la cattedrale di Cremona i danni superstiti del terremoto sono minimi, ma le fonti ricordano che l'edificio venne raso al suolo e solo nel 1130 i lavori ripresero dopo la rimozione delle macerie. Esse peraltro assumono valore a cui dedicare il nuovo edificio come nel caso di Cremona e Modena.

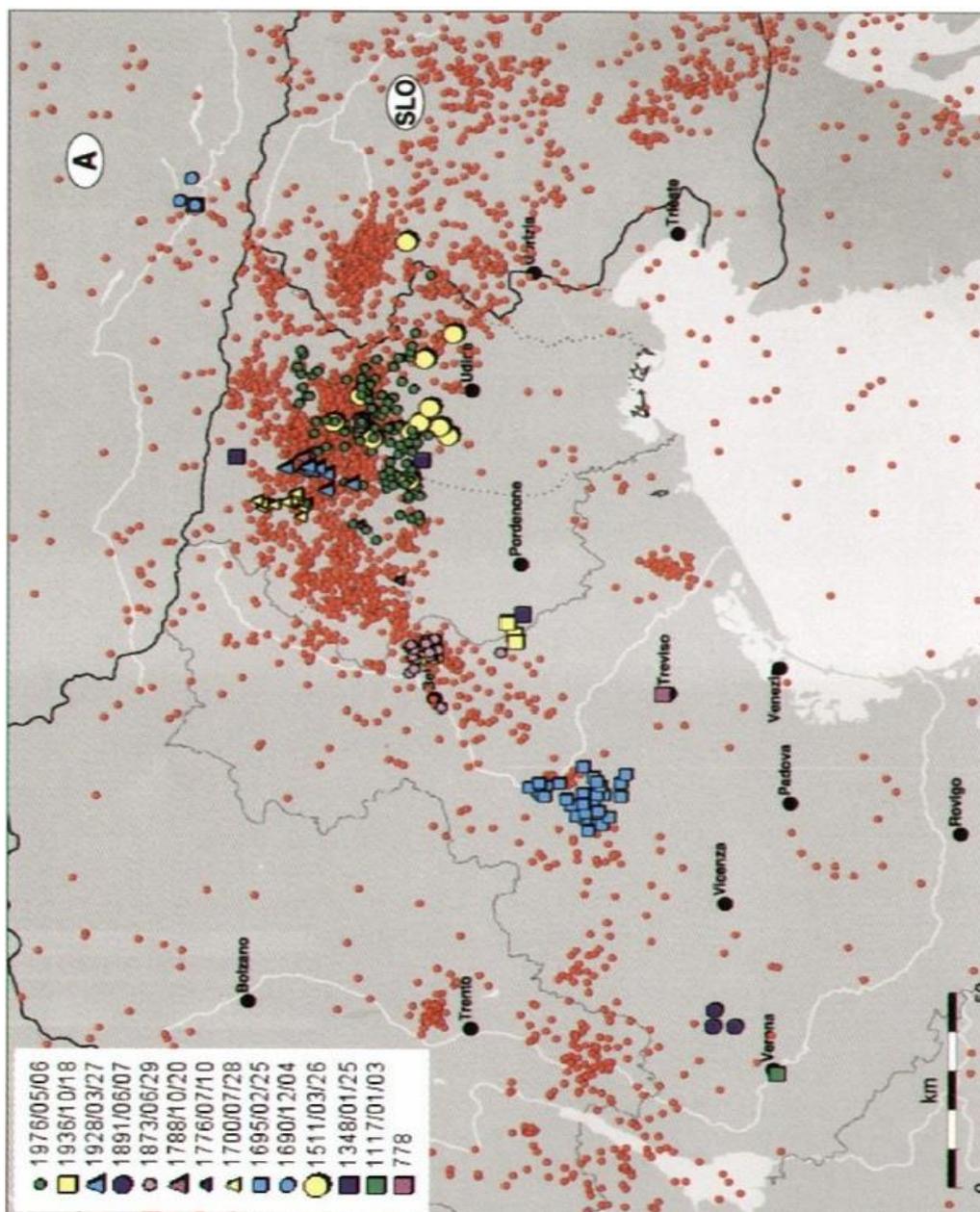
Pavimenti e murature mantengono meglio le ferite prodotte dal sisma, a condizione che i danni strutturali siano accettabili, altrimenti il tutto sarà demolito ed abbandonato; ancora la cattedrale cremonese documentata resti di absidi e mosaici a lungo riferiti al primo cantiere compreso tra il 1107 e il decennio successivo, abbandonati perché più conveniente ripartire con un nuovo progetto.

La cronologia dei terremoti e delle calamità annesse può essere datata con precisione quando l'evento è unico od eccezionale, tanto da essere ripreso dalle fonti come cosa notevole da ricordare. E' il caso padano ove il terremoto del 1117 ha colpito la memoria dei contemporanei e dei posteri a scapito di altri episodi successivi ritenuti minori e poco interessanti.

Ove viceversa la terra trema con frequenza è difficile per l'archeologo attribuire una datazione certa ad evidenze elusive e camaleontiche in mancanza di rapporti fisici convincenti e in presenza di soli ragionamenti deduttivi. L'abbandono di più edifici contemporaneamente non è di per sé un elemento probante: nel caso del villaggio di Zignano, nello spezzino, l'attribuzione della fuga ad un incendio di origine violenta venne accertata dopo minuziose indagini. Viceversa in Istria numerosi villaggi rurali mantengono indizi riferibili ad un terremoto: crepe verticali omogenee tra loro e riconducibili su più alzati, architravi e sogli d'ingresso spezzate in un preciso punto di rottura e l'esame dei crolli ove possibile (4).

Con quest'ultimo esempio ci si adegua poi nell'aspetto etnografico delle modifiche di vita attese da una popolazione colpita da un terremoto. Modifiche sociali ed economiche sono attestate in occasioni recenti ma esse, pur evidentemente presenti, sono difficilmente valutabili in comunità che si sono poi ridisegnate nei secoli passati. I terremoti non sono un agente di cambiamento incisivo delle società antiche: se le singole famiglie possono essere duramente colpite provocano qualche scossone alla piramide politico-sociale, i mezzi di sostentamento agricolo passano indenni e i siti vengono ristrutturati o, nel peggiore dei casi, variati d'ubicazione.

In definitiva un evento sismico può risultare, come altre calamità, spunto per una coesione del tessuto sociale o viceversa, se questo è malato, accelerare la modifica (5).



Distribuzione degli epicentri di terremoti di magnitudo superiore a 2,5 registrati dalla Rete Sismometrica del FVG dal 1977 al 2004. Sono anche riportate le località più gravemente danneggiate dai maggiori eventi che hanno colpito la regione dal 778 d.C. al 1976 (Intensità _ X MCS).

NOTAS

- (1) GUIDOBONI 1989, p. 398-402.
- (2) MANZANO 1858 VOL. II, p. 99; CICERI 1976, p. 13 e 27.
- (3) GUIDOBONI 1989, p. 344-353.
- (4) GUIDOBONI 1989, p. 413-353.
- (5) GUIDOBONI 1989, p. 398-402.

BIBLIOGRAFIA

- A.A. V.V. - **I marmi del Carso triestino**. (a cura di Franco Cucci e Santo Gerdol), 1985, Trieste.
- A.A. V.V. - **Alpi e Prealpi Carniche e Giulie Friuli Venezia-Giulia, Itinerari, Guide Geologiche Regionali**. (a cura della Società Geologica Italiana), 9, 2002, Milano.
- A.A.V.V. - **Insedimenti e territorio, viabilità in Liguria tra il I e il VII secolo D.C.**. Istituto Internazionale dei Studi Liguri, Vol. VII degli atti del Convegno Bordighera 30 novembre-1 dicembre 2000. Bordighera, 2004.
- BARATTA, M. - **I terremoti d'Italia, Saggio di storia, geografia e bibliografiasismica italiana (ristampa anastatica, Sala Bolognese, 1979)**. Torino, 1901.
- BARKER, G. A. - **Mediterranean Valley, Landscapes archaeology and Annales History in the Bifero Valley**. London 1995, p. 114-130.
- BOSCHI, E.; FERRARI, G.; GASPERINI, P.; GUIDOBONI, E.; SMRIGLIO, G.; VALENSISE, G. - **Catalogo dei terremoti in Italia dal 461 a.C. al 1980**. Roma: Istituto Nazionale delle Ricerche, SGA storia geofisica ambiente, 1995.
- CANTELLI, C.; C. SPALLETTA, G.B. VAI; VENTURINI, C. - **Sommersione delle piattaforme e rifting devono-dinantiano e namuriano della geologia del Passo di M. Croce Carnico**. In A. Castellarin; G.B. Vai (a cura di) *Guida alla geologia del Sudalpino centro-orientale*. Bologna: Guide geol. Reg. S.G.I., 1982, p. 293-303.
- COCCOLO, A.; SGOBINO, F. - **Le colate detritiche quali effetti indiretti del terremoto: l'evento del 9 giugno 1987 nel torrente Vegliato (Gemona del Friuli)**. *Atti del Convegno*. Udine 14-15 novembre 1996, 1997, p. 69-74.
- CREMASCHI, M. - **Manuale di geoarcheologia**. Roma-Bari, 2000.
- CUCCHI, F.; FINOCCHIARO, F. - **Geositi del Friuli Venezia Giulia**. 2006, p. 18-21.
- DE CILLIA, A. - **Nelle Alpi Orientali tra Adriatico e Danubio, Incontri e scontri millenari**. Udine, 2010.
- DE VITT, F. - **Pievi e parrocchie della Carnia nel tardo Medioevo (secc. XIII-XV)**. Tolmezzo, 1983.

DEVOTO, G. - **Geologia applicata all'archeologia**. Roma, 1985.

FOIS, E.; JADOUL, F. - **La dorsale paleocarnica anisica di Pontebba**. In *Rivista Italiana di Paleontologia e Stratigrafia*. 1983, p. 3-30.

GUIDOBONI, E. - **I terremoti prima del Mille in Italia e nell'area mediterranea**. *Storia archeologia sismica*. Bologna, 1989.

MARTINIS, B. - (a cura di) **Le acque solfuree di Arta (Carnia) e il loro ambiente geológico**. Udine: Grafiche Fulvio, 1979.

MARTINIS, B. - **Storia geologica del Friuli**. Udine, 1993,

MERLINI, S.; DOGLIONI, C.; FANTONI, R.; PONTON, M. - **Analisi strutturale lungo un profilo geologico tra la linea Fella-Sava e l'avampaese adriatico**. *Men. Soc. Geol. It. Friuli Venezia Giulia-Italia*, 57, 5 ff, 1 tav. f.t. 2002, p. 293-300.

SELLI, R. - **Schema geologico delle Alpi Carniche e Giulie occidentali**. *Giorn. Geol.*, 30, 1. 1963, p. 136.

TOMMASI, A. - **I terremoti nel Friuli dal 1116 al 1887**. Roma, 1888.

VENTURINI, C.; FERRARI, A.; SPALLETTA, C.; VAI, G.B. - **La discordanza ercinica, il tardorogeno e il postorogeno nella geologia del Passo di Pramollo**. In CASTELLARIN, A.; VAI, G.B. (a cura di): **Guida alla geologia del Sudalpino centro-orientale**. *Guide geol. Reg. S.G.I.*, , Bologna, 1982, p.293-303.

ZAFFERRARI, A. - **La geologia del bacino montano del Tagliamento: dagli antichi oceani alle montagne d'oggi**. Udine, 2006.

TERRA PRETA DE ÍNDIO: ANÁLISE DE UM PATRIMÓNIO BRASILEIRO

Maria Clara Costa

Mestranda em História da Arte, Património e Cultura Visual
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
maria_clar_acosta@hotmail.com

Terra Preta de índio: análise de um património brasileiro

Maria Clara Costa

Historial do artigo:

Recebido a 02 de novembro de 2017

Revisto a 17 de maio de 2018

Aceite a 20 de maio de 2018

RESUMO

Na Amazónia são encontrados solos extremamente ricos em matérias orgânicas, caracterizados por serem bastante húmidos e de coloração negra. Esses solos são denominados popularmente como terra preta de índio. Considerados como principal indicador de uma ocupação longa e antiga na Amazónia, esses solos são evidências que o homem amazónico do passado modificou o meio natural onde estava inserido. O presente artigo tem como propósito realizar uma abordagem acessível sobre o significado de terra preta de índio, tal como analisar e enquadrar o objeto de estudo na atual legislação brasileira de proteção ao património e seus decretos.

Palavras-Chave: homem amazónico, legislação brasileira, terra preta de índio.

ABSTRACT

Soils extremely rich in organic matter are found in Amazonia, characterized by being very humid and with black color. These soils are popularly called as dark earth. considered as the main indicator of a long and ancient occupation in the amazon, these soils are evidences that the amazonian man of the past modified the natural environment where he was inserted. this article aims to provide an accessible approach to the meaning of dark earth. such as analyzing and framing, the object of study in the current brazilian legislation for the protection of heritage and it's decrees.

Key-words: amazonian man, brazilian legislation, dark earth.

1. Introdução

Durante muito tempo a Amazônia foi considerada como um território inóspito para o desenvolvimento humano. Essa antiga noção era tida como a causa de seu atual grande vazio demográfico. Com as crescentes obras de infra-estrutura urbana, esse território tido como inóspito e inacessível pôde ser estudado com maior frequência. E é a partir desses recorrentes estudos que a percepção sobre a floresta, o Homem Amazônico do passado e o do presente está sendo mudada.

Nas últimas décadas a sociedade brasileira tem sido confrontada com o cada vez maior engajamento dos povos indígenas pela posse de terra. Por isso questões como território e territorialidade têm acompanhado variados processos voltados a legitimar a demarcações de terras. O contínuo trabalho realizado pela arqueologia vem despertar não somente maior esclarecimento acerca do passado amazônico, como também “funde-se” a uma narrativa contemporânea de preocupação para com os nativos. Por isso ramos como a Arqueologia colaborativa tendem a ganhar um maior espaço nas pesquisas arqueológicas.

2. Caracterização Geral do Espaço Amazônico

A Amazônia é com frequência, vista como um ambiente intocado uniforme de alta pluviosidade e altas temperaturas, representado pela floresta tropical úmida densa. Na realidade, as condições ambientais na Amazônia são muito mais diversificadas, e a ampla diversidade das condições climáticas é acompanhada por variações na vegetação, nos tipos e nas propriedades dos solos (KERN, 2009: 339).

Evidências arqueológicas indicam que constantes atividades humanas antigas nos habitats amazônicos transformaram significativamente as paisagens na vizinhança dos seus assentamentos. Nessas áreas existem solos de coloração escura, e com alto teor de Cálcio e Fósforo, altamente perturbados por essas culturas pré-históricas conhecidos popularmente como Terra Preta Antropogénica (TPA) ou Terra Preta de Índio (TPI).

Geralmente os locais onde é encontrado esse tipo de sedimento são também Sítios Arqueológicos. Em Arqueologia a incidência de Terra Preta é utilizada para delimitar as áreas de atividades humanas pré-históricas, e determinar a espessura do refugio ocupacional do sítio arqueológico. A Terra Preta está distribuída em praticamente todas as “Ecorregiões”. Levando-se em importância a representatividade das Terras Pretas nos mais diversos ecossistemas, pode-se deduzir que o homem Pré-Histórico, teve condições de se adaptar aos diversos habitats (KERN, 1988: 12).

A grande maioria dos sítios arqueológicos está localizada nas margens de rios, tanto os de águas brancas como Purus, Madeira, Juruá, Solimões e Amazonas; como os de águas claras, a exemplo do Trombetas, Tapajós e Mapuera; ou ainda nas margens de rios de águas negras como o Rio Negro, Urubu, Caxiuanã e Mapuá.

Esses sítios, nessa posição da paisagem, muitas vezes se encontram em áreas alagadas em determinado período do ano, o que pode estar relacionado com a utilização sazonal dessas áreas pelos povos pré-históricos. Quando os primeiros europeus entraram na região

Amazônica, eles encontraram uma região densamente povoada desde o rio Japurá até a Foz do rio Amazonas.

Os primeiros trabalhos sobre esse tema sugeriram que algumas Terra Preta Antropogénica seriam resultado de práticas agrícolas semi-intensivas ou intensivas. Argumenta-se que as técnicas de cultivo resultantes do corte e da queima, com longos períodos de paragem, que são praticadas até hoje em dia, não poderiam ter sustentado grandes assentamentos permanentes, como aqueles relatados pelos primeiros cronistas.

A tecnologia dos Machados de Pedra Polida, utilizados na derrubada da mata, teria sido um processo com lento resultado. Possivelmente esse foi um forte fator que obrigou os agricultores a desenvolver técnicas mais intensivas e contínuas de cultivo. Até hoje existem poucas evidências da ocorrência de cultivo intensivo na Amazônia.

Existem duas hipóteses muito difundidas para a formação de Terra Preta Antropogénica: A Antrópica, que teria sido o resultado não intencional da ocupação humana e do descarte do lixo; e a Antropogénica, que teria sido resultado do manejo intensivo do solo para a agricultura. Entretanto essas duas hipóteses não são excludentes entre si.

3.A terra preta de índio e suas possíveis classificações patrimoniais

Atualmente no meio arqueológico a Terra Preta já é um assunto amplamente discutido e inserido no contexto de Património Arqueológico. De acordo com a Carta sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico, “património arqueológico” é aquela parte do material arqueológico a partir da qual os métodos arqueológicos proporcionam informação primária.

Ele compreende todos os vestígios da existência humana e consiste em sítios relacionados com todas as manifestações da atividade humana, estruturas abandonadas, e vestígios de todos os tipos (incluindo sítios subterrâneos e subaquáticos), bem como todos os materiais culturais transportáveis que lhes estão associados.

O Património Arqueológico Brasileiro começa a ser protegido legalmente a partir de 26 de julho de 1961, quando foi criado o decreto lei nº 3924. O decreto lei de nº 3924/61 de 26 de Julho tem como artigo n 1º que os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional, e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público. E a propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não incluía a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas.

No Artigo de nº 2 do Dec. lei 3964/61 de 26 de Julho estabelece a definição de monumento arqueológico ou pré-histórico: As jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representam testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente; os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha; os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico; as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

Ao interpretar o artigo de nº2 do Dec. lei de nº3924/61 de 26 de Julho pode-se enquadrar a Terra Preta como uma espécie de monumento pré-histórico, pois esses sedimentos estão

localizados em sítios arqueológicos identificados como aldeamentos dos ameríndios. E estão inseridos em suas camadas artefatos e ecofatos arqueológicos. Apesar de haver essa regulamentação latente na constituição brasileira de proteção ao patrimônio, na prática não há a proteção da Terra Preta de Índio.

Possivelmente isso acontece porque os sítios arqueológicos onde estão as Terras Pretas estão sendo ocupados até aos dias atuais. O Homem Amazônico atual sabe da extrema fertilidade desses sedimentos. E num meio em que os solos são naturalmente pobres e impróprios para cultivo ocupa esses territórios. Além de não haver uma visão popular que se sensibilize para a preservação desses sedimentos antrópicos.

Em 1972 a Conferencia Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura reunida em Paris estabeleceu uma convenção relativa à Proteção do Património Mundial Cultural e Natural. Nessa convenção definiu-se o que é Património Cultural e Natural. Esse Decreto somente foi adotado pelo governo brasileiro em 1977 e ficou conhecido como Decreto Lei de nº 80.978/77 de 12 de Dezembro.

Segundo o Artigo nº 1 do Dec. Lei nº 80.978/77 de 12 de Dezembro consideram património cultural: Os monumentos como obras de arquitetura, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos, que tenham um valor excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os conjuntos tais como grupos de construções isoladas ou reunidas que em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor excepcional; os lugares notáveis como obras do homem ou obras conjugadas do Homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal e excepcional.

Por ser um património arqueológico, e se encaixar nas definições estabelecidas no parágrafo anterior, a Terra Preta de Índio pode ser considerada também como um Património Cultural. E indo além, a própria Amazônia também pode ser considerada como Património Cultural da Humanidade, já que imensa quantidade de ambientes naturais modificados pelo Homem descobertos até hoje leva-nos a crer que a floresta que conhecemos atualmente é resultado de paulatinos e constantes processos antrópicos.

O artigo nº 2 Dec. Lei nº 80.978/77 de 12 de Dezembro estabelece a convenção do que pode ser considerado como património natural. De acordo com este artigo podemos considerar património natural: Os monumentos naturais construídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação. Por ter a sua génese em um processo de formação natural, a Terra Preta de Índio poderia ser considerada como um património natural. Contudo, ao se comprovar a latente modificação do sedimento pelo homem, já não se encaixaria nesse quesito.

De acordo com o Decreto Lei nº 5.753/06 de 12 de abril, elaborado a partir das Recomendações de Paris em 2003, entende-se por património cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados, e que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante do seu património cultural.

Por desconhecer se a prática de criação da Terra Preta de Índio era algo pensado com um propósito de modificar a paisagem em favor do Homem Amazônico, ou se era resultado de um grande número de pessoas produzindo muito lixo orgânico, não podemos afirmar que a Terra Preta de Índio seja um património cultural imaterial. Apenas podemos construir hipóteses acerca dos possíveis rituais que integravam a sua pré-produção. Contudo, arqueólogos e

antropólogos que convivem com populações indígenas atuais ainda não conseguiram identificar algo realizado por estas que produza tanta interferência no solo como o ocorrido no passado.

O surgimento de um conceito de patrimônio cultural imaterial deve ser entendido como parte de um longo processo de preocupação de diversos países e instituições com a diversidade cultural. Um dos focos dessas preocupações eram os efeitos homogeneizadores dos processos de desenvolvimento, dado ao fato que durante muito tempo as discussões centraram-se na relação entre desenvolvimento e padrões culturais. Houveram correntes que atribuíram o subdesenvolvimento de algumas regiões ao suposto atraso cultural. Ou seja, consideravam que traços culturais não ocidentais impediam o desenvolvimento. Tal visão etnocêntrica prejudicou a compreensão sobre as sociedades ditas tradicionais.

Com a criação do conceito de Patrimônio Cultural Imaterial ocorreu também a criação do conceito de Patrimônio Etnológico. Dado que a Terra Preta de Índio é resultado de um dito “modo de vida tradicional”, e que faltam estruturas construtivas desses povos, ela pode ser considerada igualmente como um Patrimônio Etnológico. A falta de estruturas arqueológicas na Amazônia resulta do fato que o Homem Amazônico utilizou a madeira como matéria-prima para a construção de suas aldeias, e como o clima Amazônico é quente e úmido, e o solo é ácido esses vestígios já não existem mais.

4. Considerações

Como pode ser visto nesse artigo a Terra Preta de Índio pode ser considerada um objeto de estudo interdisciplinar que abrange desde áreas como Geologia, Arqueologia até Legislação Patrimonial. O melhor conhecimento desses solos é altamente importante por diversas razões: eles fornecem informações inestimáveis referentes as estratégias de assentamento e comportamento humano pré-histórico, e são importante fonte de recursos para produção de alimentos até aos dias atuais.

Por conta de serem férteis até aos dias atuais, esforços interdisciplinares têm sido feitos por agrônomos, pedólogos, geólogos, químicos, antropólogos e arqueólogos com o objetivo de determinar os processos responsáveis pela formação das terras pretas e as características que promovem sua estabilidade.

Órgãos federais como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) delegam bastante da sua atenção para a compreensão desse sedimento antrópico, pois além do conhecimento acerca do modo de vida dos “primeiros brasileiros” há a possibilidade de reproduzi-lo e com isso ajudar várias áreas tidas como inférteis do Brasil e do Mundo.

Entretanto falta contingente humano e um maior apoio dos órgãos governamentais para que essas pesquisas sejam ampliadas para ramos fora do ambiente acadêmico. E uma maior proteção para a preservação desses solos pelo governo brasileiro. Apenas temos a certeza de que temos e muito a aprender com os antigos povos tradicionais.

BIBLIOGRAFIA

KERN, Dirse (1988) – **Caracterização Pedológica de Solos com Terra Preta Arqueológica na região de Oriximiná – Pará** [Documento policopiado]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Agronomia.

KERN, Dirse; KAMPF, Nestor; WOODS, William; DENEVAN, William; COSTA, Marcondes; FRAZÃO, Francisco – **As terras pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas**. Manaus: Embrapa, 2009. ISBN 978-85-89111-06-5.

NEVES, Eduardo Goés – **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. ISBN 9788571109193.

WOODS, William; STEINER, Christoph; TEIXEIRA, Wenceslau; REBELLATO, Lilian; LEHMAN, Johannes – **Amazonian Dark Earths: Wim Soembroek's Vision**. Berlim: Springer, 2009. ISBN 978-1-4020-9031-8

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

Decreto Lei nº3.924/61 de 26 de Julho. Diário Oficial da União nº 168 – Seção 1. [Em linha]. Ministério da Cultura. Brasília. [Consultado em 2 de Janeiro de 2018]. Disponível em WWW: <http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil_lei_3924_26_07_1961_por_orof.pdf>

Decreto de lei nº80.978/77 de 12 de Dezembro. Diário Oficial da União nº 235 – Seção 1. [Em linha]. Ministério da Cultura. Brasília. [Consultado em 2 de Janeiro de 2018]. Disponível em WWW: <http://www.cultura.gov.br/legislacao//asset_publisher/siXl1QMnIPZ8/content/patrimonio-cultural/10937>

Decreto de lei nº5.753/06 de 12 de Abril. Diário Oficial da União nº 71-A – Seção I. [Em linha]. Ministério da Cultura. Brasília. [Consultado em 2 de Janeiro de 2018]. Disponível em WWW: <http://www.cultura.gov.br/legislacao//asset_publisher/siXl1QMnIPZ8/content/patrimonio-cultural/10937>

ICAHM (1990) – *Carta Sobre a Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico*. [Em linha]. Lausanne: ICAHM. [Consultada em 22 de Janeiro de 2018]. Disponível em WWW: <http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/carta_do_patrimonio_arqueologico.pdf>

GALLOIS, Dominique Tilkin – **Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas Exemplos no Amapá e norte do Pará**. [Em linha, 2006]. São Paulo: Instituto de Pesquisa e Formação Indígena. [Consultado em 8 de janeiro de 2018]. Disponível na WWW: <[URL: https://www.institutoiepe.org.br/infoteca/livros/patrimonio-cultural-e-imaterial-e-povos-indigenas/](https://www.institutoiepe.org.br/infoteca/livros/patrimonio-cultural-e-imaterial-e-povos-indigenas/)> ISBN 85-98046-02-07

MEMORIA E PATRIMÔNIO: CASAS DE FAZENDA DA REGIÃO SERIDÓ, NORDESTE DO BRASIL

Maria Rita de Lima Assunção

Universidade do Porto – Faculdade de Letras
Departamento de ciências e técnicas do património
Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto/Portugal
mariaritala@hotmail.com

Memoria e Patrimônio: casas de fazenda da região Seridó, Nordeste do Brasil

Maria Rita de Lima Assunção

Historial do artigo:

Recebido a 21 de abril de 2018

Revisto a 25 de maio de 2018

Aceite a 30 de maio de 2018

RESUMO

O estudo das Casas de Fazenda do Seridó, em especial a Santa Teresinha, pretende constatar através da arquitetura vernacular, bem como da relação existente entre a produção dessas edificações e a conformação das cidades ligadas ao ciclo do gado, sua importância como patrimônio a ser salvaguardado.

Palavras-chave: Casas de Fazenda, Arquitetura Vernacular, Ciclo do gado, Patrimônio

ABSTRACT

The study about the Farm Housing from Seridó, especially Santa Teresinha, want to analyse it's vernacular architecture, as well the relation between the production of those buildings and the conformation of the cities linked to the cattle cycle and their importance to be safeguarded.

Key-words: Farm Housing, Vernacular Architecture, Cattle cycle, Heritage

1. Introdução

O presente artigo tem como foco destacar a relevância patrimonial das edificações rurais que foram construídas na época do ciclo do gado e que ainda se encontram preservados os valores de autenticidade, memória, estética e prospectivo desses bens. O estudo se detém na análise de uma edificação, ainda não classificada, porém inventariada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Superintendência IPHAN - NATAL/RN, através da terceira etapa do projeto *Inventário de conhecimento do Patrimônio Rural da Região do Seridó Potiguar* (ASSUNÇÃO et al., 2010a) do qual participei como Arquiteta Coordenadora. Trata-se de uma arquitetura vernacular que simboliza as particularidades de determinado lugar, um espelho da diversidade sociocultural e construtiva, posto que, sua significativa relação com a área a qual se insere faz com que essas edificações inevitavelmente se adaptem ao ambiente e aos recursos disponíveis, compondo uma arquitetura local com marcas próprias.

Tendo a Carta del Patrimônio Vernáculo Construído (ICOMOS, 1999) como uma das normativas referenciais, que retrata o patrimônio vernacular como expressão fundamental da identidade de um grupo social, dos seus vínculos com o território e, em simultâneo, a expressão da diversidade cultural do mundo, que justifica-se o enquadramento dessas edificações como objeto de estudo e proteção. De forma claramente retratada nesse documento, os exemplares são um modo de construir emanado da própria comunidade, possuidor de um caráter local e regional, com coerência de estilo e forma. Os conceitos tratados a seguir irão se pronunciar acerca do valor patrimonial das Casas de Fazenda do Seridó, região localizada no Estado do Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil, mediante análise específica da Fazenda Santa Teresinha, para justificar a ação de sua inventariação como bem patrimonial e assim gerar um sólido embasamento para uma futura possível classificação.

2. A sociedade Sertaneja

A fazenda de criar constituía-se basicamente do proprietário das terras e de suas benfeitorias, família, moradores, escravos e vaqueiros (DINIZ, 2008: 77). Esse último era o de maior importância, pois a ele pertenciam as obrigações essenciais. Seu pagamento era feito em crias por isso a mobilidade social era acessível. Essa vantagem proporcionou a muitos que formassem seu próprio rebanho, permitindo assim tornar-se Senhor. Era um mundo patriarcal em que ao senhor da família cabia às decisões econômicas e sociais da fazenda. O prestígio do fazendeiro era calculado pelo número de propriedades e de animais que ele possuía, isso o aristocratizava, tornando-o coronel (DINIZ, 2008: 78). Para Câmara Cascudo, o ciclo do gado é marcado pelo individualismo, dando noção imediata de independência, improvisação e autonomia, conformação nitidamente diferente da sociedade criada pela economia açucareira marcada pela enorme dependência escrava até o fim do século XIX (CASCUDO, 1956: 9). Era atribuído ao vaqueiro tudo o que se referia à rotina e ao trato com o gado na propriedade e foi por seu trabalho e esforço que se desenvolveu a Cultura Sertaneja do Nordeste. Um modo de viver particular e extremamente rico que envolve vocabulário, indumentária, alimentação, costumes e hábitos de morar (DINIZ, 2008: 84). Esses elementos são característicos do espírito do lugar, nomenclatura tratada na Declaração de Quebec sobre a preservação do *Spiritu loci* (ICOMOS, 2008) que recomenda a proteção dos componentes tangíveis e intangíveis da cultura local: *“O Espírito do lugar é definido como elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc) isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar”*.

A tradição da criação do gado não foi somente importante pela formação dos principais centros comerciais do interior da região, mas também por trazer arraigada consigo traços extremamente fortes e responsáveis por originar uma sociedade marcada por laços consanguíneos, de apadrinhamento e solidária; por uma sociedade que se expressa em uma religiosidade concebida e vivenciada por seus próprios agentes; que ao longo dos tempos aprendeu a trabalhar e a conviver com a escassez dos recursos disponíveis na natureza, mas que não se esquece de festejar e celebrar as dádivas conquistadas, os santos das crenças religiosas e os sons e ritmos que a tradição mantém na existência do grupo social.

3.Vernacular: A Fazenda Santa Teresinha bem patrimonial e objeto de estudo

Foi a partir desse cenário social que as casas-grandes das fazendas de gado foram concebidas. Estavam, geralmente, orientadas para o nascente, sendo construídas sobre plataformas, nos terrenos mais altos da propriedade, nas proximidades das fontes de água. Apresentam uma arquitetura simples, desprovida dos ornamentos encontrados em palacetes senhoriais dos antigos barões do açúcar. O pé direito sempre alto, fato esse que permitia, quando necessário, a existência de cômodos nas partes mais elevadas da cumeeira, os quais eram usados como quartos de dormir ou simples local de depósito, para a guarda de utensílios e mantimentos (LIMA, 2002: 53). Os telhados tinham cobertura em duas águas, empenas nas fachadas laterais e beirais voltados para frente e fundos do terreno. O resultado é uma arquitetura rural popular, de formas mais despojadas, características da arquitetura vernácula.

O Apelo de Granada sobre a arquitetura rural e o ordenamento do território (CONSELHO DA EUROPA, 1976) ressalta a importância de reconhecer no patrimônio arquitetônico rural não só os valores estéticos, mas também o testemunho de uma sabedoria secular e que inclui «*todas as construções isoladas ou agrupadas, que estejam ligadas às atividades agrícolas, pastoris, florestais e pesqueiras que apresentam algum interesse histórico, arqueológico, artístico, lendário, científico, social ou de caráter típico e pitoresco*» (CONSELHO DA EUROPA, 1976: 2-3).

A edificação inventariada, Fazenda Santa Teresinha, localizada no Município de Ipueira/RN – Brasil (**vd. Figura 1.**), construção datada de 1875 (ASSUNÇÃO et al., 2010b: 3), é detentora dessa tradicional tipologia com reflexo do caráter local e regional. Trata-se aqui de uma arquitetura simples com repetição de modelos de estruturas construtivas criativas, sustentáveis e marcadas pela sabedoria passada de geração em geração estabelecendo à identificação da cultura local sertaneja. Ela conserva traços relevantes e que se enquadram na descrição acima estabelecida. Com aparência rústica e visivelmente despojada de elementos decorativos, é um exemplar térreo marcado por um importante elemento de composição, o alpendre, acesso principal da casa, cômodo de estar e marca significativa do meio rural. O programa funcional possui planta longitudinal definido segundo o molde colonial (ASSUNÇÃO et al., 2010b: 9). A relação com o território estabelecida na Carta del Patrimônio Vernáculo Construído (ICOMOS, 1999) também se faz sentir pelos arranjos estruturais, brabo (**vd. Figura 2.**), criados como forma de utilizar o ambiente tradicional e natural e assim produzir seu habitat. Dessa forma, o patrimônio construído passa a ser expressão fundamental da identidade da comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, da expressão de sua diversidade.



Figura 1. Fazenda Santa Teresinha.

Fonte: Maria Rita Assunção



Figura 2. Brabo.

Fonte: Maria Rita Assunção

Diante da análise acima descrita, percebe-se que os elementos de constituição da Fazenda são típicos de uma arquitetura que demonstra traços próprios da região do Seridó e dessa forma reflete como testemunho histórico do passado, memória viva da cultura e do modo de morar do sertão. Reafirma-se com isso, seu valor como patrimônio edificado e assim a necessária salvaguarda do bem, pois ao se preservar a encarnação do passado no patrimônio arquitetônico, faz-se constituir uma forma de manter o equilíbrio e o desenvolvimento do próprio homem e do seu entorno. A falta de conhecimento e valorização da própria cultura faz com que muitos dos imóveis com potencial classificação estejam a perder-se no tempo. Durante a fase de levantamento, constatou-se que alguns imóveis significativos dessa arquitetura já não existem mais ou simplesmente encontram-se em precário estado de conservação (ASSUNÇÃO et al., 2010a: 42). A fim de evitar perda maior, destaca-se a importância da inventariação desse bem. Embasado pela Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, que para além de ampliar a noção de patrimônio cultural brasileiro ao reconhecer a existência de bens de natureza material e imaterial, estabelece o Inventário como forma de preservação, além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. A escolha desse instrumento, apoiado pela normativa federal, prima pela manutenção dos valores históricos, estéticos, arqueológicos, de memória, testemunho e de autenticidade identificados que são de essencial importância para a manutenção e valorização do sentimento de pertença.

A possibilidade de classificação da edificação em análise é algo real e sólida, não somente por todos os argumentos e discursos normativos retratados, mas pela existência de outro exemplar levantado no Inventário de conhecimento do Patrimônio Rural da Região do Seridó Potiguar através do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e tombado a nível Estadual pela Fundação José Augusto, mediante Decreto-Lei nº 8111 de 12 de março de 1981. Trata-se da Casa Grande da Fazenda Timbaúba, localizada no Município de Ouro Branco e pertencente ao mesmo sítio de estudo. Seguindo os moldes da arquitetura vernacular retratada através da Fazenda Santa Teresinha, Timbaúba é mais um exemplo significativo de que há na região do Seridó além de um singular patrimônio material, o *Spiritu loci* (ICOMOS, 2008) que efetivamente deve ser preservado, seja pelas tradições peculiares emanadas das relações sociais estabelecidas ou através das singulares características arquitetônicas promovidas pelo meio que as insere. Diante dessa perspectiva, conclui-se, portanto, que, o interesse por salvaguardar e fazer respeitar o edificado analisado, conjugação entre o passado e o presente construído através da história do ciclo do gado, é primordial para manter a cultura do povo sertanejo que nos dias de hoje permanece latente e viva.

4. Considerações Finais

A formação das cidades representativas do chamado ciclo do gado trouxe consigo a criação de um vasto acervo arquitetônico e fez desenvolver uma cultura específica com elementos sociais intrinsecamente vinculados ao meio. Desenvolveu-se no Seridó do século XIX um patrimônio com elevada simbologia e que traduz os processos socioculturais ali vividos. Não é possível abordar essa arquitetura de forma isolada, pois ela só se mostra íntegra quando relacionada com os aspectos sociais e ambientais que a circunda. Passa ser mediante a análise dos elementos tangíveis e intangíveis que podemos determinar fielmente o seu valor como bem patrimonial. A importância de resguardar a memória coletiva rural dessa região através do desenvolvimento de instrumentos de pesquisa e de identificação do patrimônio arquitetônico é relevante para integrar a herança construída no processo de ordenamento do território e assim torná-lo um fator de desenvolvimento local e conseqüentemente promover o respeito e o conhecimento dos bens existentes. Destaca-se também que esse patrimônio é parte essencial da memória dos homens de hoje e se não for possível transmiti-la às gerações futuras na sua riqueza autêntica e em sua diversidade, a Humanidade seria amputada de uma parte da consciência de sua própria continuidade (FIGUEIREDO, 2013: 62). A salvaguarda iniciada com a inventariação da Fazenda Santa Teresinha vem confirmar seu valor como bem que reporta à riqueza de um período que foi determinante para o desenvolvimento de uma região, de um país e principalmente de uma sociedade autêntica como bem descreve Lúcio Costa ao fazer referência à arquitetura primitiva desenvolvida no Brasil e sua relação com a terra, «*é arquitetura regional autêntica com suas raízes na terra; é produto espontâneo das necessidades e conveniências da economia e do meio físico e social e se desenvolve, com tecnologia há um tempo incipiente e apurada, à feição da índole e do engenho de cada povo; (...), teve de ser adaptada como roupa feita, ou de meia-confecção, ao corpo da nova terra*» (COSTA, 2006: 33). Olhando para o passado é que vamos construir um presente e um futuro de qualidade e é partindo desse pressuposto que a pesquisa realizada tentou identificar a importância, a história e as relações sociais existentes para entender a conexão dessas edificações dentro do processo de formação cultural que se reflete nos dias atuais.

BIBLIOGRAFIA

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima [et al.] – **Inventário do Patrimônio Rural do Seridó: Caminhos do Seridó**. Natal: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2010a.

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima [et al.] – **Inventário do Patrimônio Rural do Seridó - 3ª etapa: Ipueira e São João do Sabugi**. Natal: Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional, 2010b.

CASCUDO, Luís da Câmara – **Tradições populares da pecuária nordestina**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956.

CASCUDO, Luís da Câmara - **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

COSTA, Lucio – **Arquitetura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro - **Velhas Fazendas da Ribeira do Seridó**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2008.

LEMOS, Carlos - **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996.

LIMA, Pedro de - **Arquitetura no Rio Grande do Norte: uma introdução**. Natal: Cooperativa Cultural Universitária, 2002.

LOPES, Fátima Martins - **Missões religiosas. Índios, colonos e Missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1999.

NESI, Jeane - **Arquitetura no Rio Grande do Norte**. In *Caminhos da Arte no Rio Grande do Norte*. Barcelona: Bustamante, 2001.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

CONSELHO DA EUROPA. O apelo de Granada a Arquitetura Rural no Ordenamento do Território. [Em Linha]. **Cadernos de Sociomuseologia**. ISSN 1646-3714. v. 15, n. 15, 1976, p. 209-214. [Consultado a 12/12/2017]. Disponível na WWW: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/340>>.

FIGUEIREDO, Lauro César. Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões. [Em Linha]. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**. ISSN 2236-4994. v. 17, n. 1, 2013, p. 55-70. [Consultado a 02/01/2018]. Disponível na WWW: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/download/8739/pdf>>

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Decreto-Lei nº. 8111/1981 de 12 de março. [Em Linha]. **Fundação José Augusto**, 1981. [Consultado a 02/01/2018]. Disponível na WWW: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC00000000010573.PDF>.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Relação dos bens tombados no Estado do Rio Grande do Norte. [Em Linha]. **Fundação José Augusto**, 1990. [Consultado a 02/01/2018]. Disponível na WWW: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC00000000010572.PDF>.

ICOMOS. Carta del Património Vernáculo Construído. [Em Linha]. **ICOMOS**, 1999. [Consultado a 14/11/2017]. Disponível na WWW: <https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/vernacular_sp.pdf>.

ICOMOS. Declaração de Quebec sobre a preservação do Spiritu Loci. [Em Linha]. **ICOMOS**, 2008. [Consultado a 12/12/2017]. Disponível na WWW: <https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf>.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. [Em Linha]. **Casa Civil**, 1988. [Consultado a 12/12/2017]. Disponível na WWW: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. DECRETO-LEI nº. 25/1937 de 30 de novembro. [Em Linha]. **Casa Civil**, 1937. [Consultado a 02/01/2018]. Disponível na WWW: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>

A SEXTA EXTINÇÃO EM MASSA NUMA PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA: UMA REFLEXÃO A RESPEITO DA AGÊNCIA CONJUNTA DE HUMANOS E OBJETOS SOBRE A BIODIVERSIDADE

Orestes Jayme Mega

Doutorando em Antropologia com área de concentração em Arqueologia pela Universidade
Federal de Pelotas – UFPel
orestes_mega@yahoo.com.br

Maico Parisoto

Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul
maicoparisoto@yahoo.com.br

Janaine Kátia Cavazzola

Bacharela em Ciências Biológicas pela Universidade Caxias do Sul – UCS
janainekc@gmail.com

Isabel Teresinha Zaccani Ferreira

Especialista em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares: Educação Infantil, Séries Iniciais do
Ensino Fundamental e Médio pelas Faculdades Integradas – FACVEST
arquenefelibata@hotmail.com

A Sexta Extinção em Massa numa Perspectiva Arqueológica: uma reflexão a respeito da agência conjunta de humanos e objetos sobre a biodiversidade

Orestes Jayme Mega

Maico Parisoto

Janaine Kátia Cavazzola

Isabel Teresinha Zaccani Ferreira

Historial do artigo:

Recebido a 27 de abril de 2018

Revisto a 17 de maio de 2018

Aceite a 25 de junho de 2018

Resumo

Atualmente o planeta passa por uma crise de perda de biodiversidade onde várias espécies estão sendo extintas rapidamente. Tal crise é conhecida como Sexta Extinção em Massa. Neste artigo é feita uma análise da Sexta Extinção em Massa numa perspectiva arqueológica focada na agência conjunta de humanos e objetos (tema muito presente na Virada Ontológica) sobre a biodiversidade. No decorrer do artigo, é analisada a questão de como, a partir da Revolução Industrial, o crescente número de humanos, objetos e da interação entre ambos impactou severamente a maioria dos ecossistemas da Terra. O artigo também aborda a questão das possibilidades de extinção humana existentes implicitamente na Sexta Extinção em Massa.

Palavras-Chave: Sexta Extinção em Massa, Extinção Humana, Virada Ontológica, Agência dos Objetos, Biodiversidade

Abstract

Currently the planet is facing a crisis of loss of biodiversity where many species are being extinct. This crisis is known as Sixth Mass Extinction. In this article the Sixth Mass Extinction is analysed in an archaeological perspective focused in the joint agency of humans and objects (a theme present in the ontological turn) on the biodiversity. It is also analysed the question of the growing number of humans, objects and the interactions between they both that has impacted the majority of the ecosystems of the Earth. The article also approaches the question of the possibilities of human extinction that exists implicitly in the Sixth Mass Extinction.

Keywords: Sixth Mass Extinction, Human Extinction, Ontological Turn, Agency of the Objects, Biodiversity

1. Introdução

Este artigo visa examinar uma questão de crescente preocupação na atualidade: a Sexta Extinção em Massa e as possibilidades de extinção humana implícita neste evento. Nossa intenção é mostrar as contribuições que a arqueologia pode dar aos emergentes campos interdisciplinares dos Riscos Existenciais (BOSTROM, 2002) e das Possibilidades de Extinção Humana (MEGA, MYAKE, 2016; MEGA et al., 2017). Com este propósito, analisaremos como a corrente arqueológica conhecida como virada ontológica pode ser usada para construir um quadro explicativo da Sexta Extinção em Massa numa perspectiva centrada na ação conjunta de humanos e objetos sobre os ecossistemas da Terra.

Para melhor entender o que é a Sexta Extinção em Massa, é necessário saber o que é uma extinção em massa assim como os cinco eventos anteriores de extinções em massa que ocorreram no planeta Terra. Uma extinção em massa é um processo de rápida perda de biodiversidade em um dado período de tempo, aniquilando cerca de 75% ou mais das espécies. Uma extinção em massa é percebida pelos paleontólogos quando eles encontram uma drástica redução da biodiversidade no registro fossilífero. Tal tipo de evento de extinção pode ocorrer quando algo grande perturba o equilíbrio ecológico do planeta. Na tabela abaixo mostramos os cinco episódios anteriores de extinções em massa e suas possíveis causas (**vd. Tabela 1**).

EVENTO	POSSÍVEIS CAUSAS
O evento ordoviciano terminou por volta de 443 milhões de anos atrás e durou entre 1.9 a 3.3 milhões de anos. 57% dos gêneros foram extintos. Estima-se que 86% das espécies foram extintas.	Início de episódios glaciais e interglaciais alternados; transgressões e regressões marinhas repetidas; Elevação e intemperismo dos Apalachianos afetando a química atmosférica e oceânica; Sequestro de CO ₂ .
O evento devoniano terminou por volta de 359 milhões de anos atrás e durou entre 2 milhões e 29 milhões de anos. 32% dos gêneros foram perdidos e estima-se que 75% das espécies tenham se extinguido.	Resfriamento global (seguido de aquecimento global); possivelmente ligado à diversificação de plantas terrestres e o intemperismo e pedogênese associados a isto, além do declínio do nível de CO ₂ . Evidência de ampla anoxia em águas profundas e a expansão de águas anóxicas por transgressões marítimas. Impactos de bólidos ainda estão em debate.
O evento permiano terminou por volta de 251 milhões de anos atrás e durou	Intenso vulcanismo na Sibéria. Aquecimento global. Expansão de águas

EVENTO	POSSÍVEIS CAUSAS
entre 160 mil e 2.8 milhões de anos. 56% dos gêneros foram perdidos e estima-se que 96% das espécies se extinguíram.	profundas anóxicas. Elevadas concentrações de H ₂ S (Sulfeto de Hidrogênio) e CO ₂ em ambientes terrestres e marítimos. Acidificação das águas dos oceanos. Evidência de impacto de bólido ainda em discussão.
O evento triássico terminou por volta de 200 milhões de anos e durou entre 600 mil e 8.3 milhões de anos. 47% dos gêneros foram perdidos e estima-se que 76% das espécies desapareceram.	A atividade na Província Magmática Central Atlântica (CAMP na sigla em inglês) é suspeita de ter elevado os níveis de CO ₂ na atmosfera que elevou as temperaturas globais e levou à crise de calcificação nos oceanos da Terra.
O evento cretáceo terminou por volta de 65 milhões de anos e durou entre menos de um ano e 2.5 milhões de anos. 40% dos gêneros foram perdidos e estima-se que 76% das espécies desapareceram.	Suspeita-se que o impacto de um asteroide na península mexicana de Yucatán levou a um cataclisma global e causou rápido resfriamento. Precedendo o impacto, a biota pode ter caído devido a uma variedade de causas entre as quais estão um vulcanismo no Decan (atual Índia) simultâneo ao aquecimento global. Elevação tectônica alterando a biogeografia e acelerando a erosão, potencialmente contribuindo para episódios de eutrofização e anoxificação dos oceanos. Picos de CO ₂ pouco antes da extinção e queda do nível de CO ₂ durante a extinção.

Tabela de Extinções em Massa 1. Fonte: Barnosky et al. (2011: 51)

Como podemos ver na tabela, todos os eventos anteriores ocorreram por grandes e inusitados fenômenos naturais que perturbaram o equilíbrio ecológico de quase todos os ecossistemas que existiam então. Mas, como defendido por muitos biólogos e outros cientistas, nós estamos enfrentando um sexto episódio de extinção em massa sem a ocorrência de nenhum dos fenômenos listados acima, exceto o aumento do nível de CO₂ na atmosfera, que está ocasionando uma série de mudanças climáticas. Entretanto, por este aumento estar indubitavelmente sendo feito pelas atividades humanas, pode-se afirmar que o atual evento de extinção em massa constitui algo completamente inédito na história planetária. A partir deste ponto, uma questão emerge: qual a causa da extinção em massa atual? A resposta mais aceita é a ação humana. Mas os seres humanos têm existido por ao menos 300 mil anos, a maioria dos quais sem causar grandes perturbações nos ecossistemas em que viveram, exceto pela controversa questão da expansão do *Homo sapiens* para fora da África e seus posteriores encontros com a megafauna pleistocênica, principalmente nas Américas e na Oceania. Há uma grande discussão a respeito do papel dos pioneiros grupos humanos que adentraram em ambos os continentes no processo de extinção das megafaunas locais. Autores como Paul S. Martin e muitos outros defendem que os grupos humanos causaram uma perturbação massiva nos ecossistemas onde a megafauna vivia, caçando estes animais até a total aniquilação. Esta

hipótese é conhecida como o massacre (overkill) (MARTIN, 1975, 1984 *Apud* CHICHKOYAN, 2011). Entretanto, há muitos paleontólogos que não concordam com a hipótese do massacre. Outras hipóteses existentes a respeito do assunto atribuem um papel menor aos humanos nestes episódios de extinções. Contudo, mesmo sendo considerada uma perturbação da biodiversidade na transição do Pleistoceno para o Holoceno, a extinção da megafauna não é classificada como uma extinção em massa porque a megafauna representava uma pequena parcela da biodiversidade existente na época.

Porém, atualmente, a velocidade de extinção de espécies está, ao menos, cem vezes mais rápida do que em situações normais (CEBALOS et al., 2015). Este fato exige uma explicação e este artigo é uma tentativa de explicá-lo através de uma perspectiva arqueológica. Uma maneira de explicar a Sexta Extinção em Massa é mostrando que num curto período de tempo em termos geológicos o planeta assistiu a uma grande transformação. Dos primeiros objetos produzidos pelos australopitecos (cerca de 4 milhões de anos atrás) até a era do lixo espacial e da produção em massa (Revolução Industrial), o planeta testemunhou, principalmente nos últimos dois séculos deste período, ao impactante aumento da diversidade inorgânica, representada por aquilo que os arqueólogos costumam chamar de artefatos, mas que também podem ser chamados de objetos. Os artefatos/objetos compreendem um amplo espectro de itens que vão desde instrumentos líticos (principais evidências da tecnologia da pré-história) até instrumentos altamente complexos como satélites, computadores, armas nucleares, etc. Ao mesmo tempo que houve o aumento da diversidade inorgânica representada pelo conjunto de objetos à disposição da humanidade, houve a impactante perda da biodiversidade, representada pelas formas de vida que tem compartilhado o planeta conosco há milhares ou mesmo milhões de anos, mas que agora enfrentam sério risco de extinção ou até mesmo já foram completamente extintas.

A relação entre aumento da diversidade inorgânica e diminuição da diversidade orgânica está indiretamente conectada com as ideias do arqueólogo Bjørnar Olsen, que também vê o crescente número de ações que são mediadas por coisas (objetos, artefatos, etc.) através do tempo. A relação está parcialmente conectada com as ideias de Olsen porque este autor não relacionou este aumento do número de ações mediadas por coisas com o rápido processo de extinção de espécies: *“Si hay una trayectoria social que recorra todo el camino desde la Garganta de Olduvai hasta Post-Modernia, ésta debe ser la de una creciente materialidad – más y más tareas que se delegan en actores no-humanos, más y más acciones mediadas por cosas. Los paisajes y las cosas no se sientan simplemente en silencio esperando a materializar (embody) significados socialmente constituidos, sino que poseen sus materialidades y competencias, propias y únicas, y que llevan consigo en su convivencia con nosotros.”* (Bjørnar Olsen, 2007: 291).

A crescente materialidade na trajetória social observada por Olsen espelha a decrescente biodiversidade observada por Cebalos e muitos outros principalmente nos últimos dois séculos. Deste modo, nós podemos dizer que o aumento da diversidade inorgânica está intimamente relacionado com o decréscimo da diversidade orgânica (representado pela Sexta Extinção em Massa).

Desta forma, a partir desta relação de aumento da diversidade inorgânica e diminuição da diversidade orgânica, fica claro que a arqueologia tem muito a contribuir para os estudos da Sexta Extinção em Massa por ser a disciplina que possui como seu centro de interesse a relação entre os seres humanos e os objetos através do tempo. Contudo, como há várias correntes dentro da arqueologia, escolhemos fazer uma análise da Sexta Extinção em Massa a partir da corrente denominada de virada ontológica.

Há um crescente número de reflexões sobre a agência dos objetos na arqueologia. Tais reflexões são importantes na medida em que abrem novas perspectivas para as interpretações feitas pelos arqueólogos. Um dos mais conhecidos exemplos a respeito da agência dos objetos na arqueologia é o apresentado por Chris Gosden no artigo intitulado *What Do Objects Want?* (2005) que em uma tradução livre significa “*O que os objetos querem?*”. O título do artigo já revela que o autor trabalha com uma perspectiva que retira dos seres humanos uma significativa parcela da ação sobre suas próprias vidas. Em outras palavras, os objetos não apenas são produzidos por seres humanos para atenderem suas necessidades. Os objetos, de certa forma, também criam seres humanos na medida em que coparticipam ativamente da formação de diversos comportamentos. A proposta de Gosden é a de abordar a questão da agência através de uma perspectiva centrada nos objetos (2005: 193). Um trecho do artigo de Gosden chamou nossa atenção e nos fez refletir sobre a agência que algumas criações humanas exercem sobre os próprios seres humanos. “*Há um número de linhas de pensamento dentro da arqueologia e fora dela que exploram os efeitos que as coisas têm sobre as pessoas e eu gostaria de usar estas linhas para começar a pensar a respeito das obrigações que os objetos colocam sobre nós quando eles estão operando como um grupo*” (GOSDEN, 2005: 193).

Nesta perspectiva, pode-se argumentar que os objetos não apenas colocam novas obrigações sobre os seres humanos quando estão operando como um grupo, mas que também colocam novos desafios ecológicos para todas as espécies existentes na medida em que seu crescente número e diversidade danificam as relações ecológicas às quais as espécies estavam adaptadas. Em outras palavras, os objetos interagem não apenas com seres humanos, mas com todos os elementos da biodiversidade. Embora a interação entre objetos e seres humanos tenha sido benéfica para ambos os lados desta relação, tendo os seres humanos contribuído decisivamente para o aumento exponencial da população de objetos assim como de sua diversidade, os objetos, ao tornarem a vida mais segura e fácil para os seres humanos, também contribuíram para o aumento exponencial do número de seres humanos, principalmente a partir da Revolução Industrial. Neste sentido, é preciso refletir sobre o processo de (re)produção ativa dos objetos e não apenas em sua produção passiva.

Para melhor explicar a questão da (re)produção ativa dos objetos, usaremos de duas imagens que, em nosso entendimento, expressam com bastante clareza esta questão:



Figura 1. Fonte: <URL:<http://www.cartaeducacao.com.br/aulas/fundamental-1/vida-de-abelha/>>

Na imagem acima, uma abelha está procurando por alimento na forma de pólen na flor. Para a abelha, a flor constitui uma fonte de alimento. É possível que a abelha não tenha nenhuma consciência a respeito do fato de que ao procurar por pólen na flor ela está ajudando a flor a se reproduzir. Por outro lado, a flor desenvolveu uma maneira de atrair a abelha para alcançar

seu próprio objetivo que é o de se reproduzir. Talvez a flor não tenha nenhuma consciência a respeito do fato de que, desta forma, ela está ajudando a abelha a se alimentar e, concomitantemente, a se reproduzir. Algo similar acontece com a imagem a seguir:



Figura 2. Fonte: Fernando Dias (sem data)

Na imagem acima, pessoas estão produzindo objetos. Para os seres humanos, os objetos fazem a vida mais fácil. É possível que as trabalhadoras na imagem não tenham nenhuma consciência a respeito da capacidade de agência dos objetos que estão produzindo. Mas, na perspectiva dos objetos, eles estão usando os humanos com o propósito de se (re)produzirem. Os objetos desenvolveram maneiras de atrair os humanos porque estes são fundamentais em seus processos de (re)produção. Chris Gosden, no mesmo artigo citado acima, trata desta questão desta maneira: *“Objetos usam músculos humanos para realizarem sua própria reprodução”* (2) (p. 194).

Desde o início da Revolução Industrial, a (re)produção de objetos tem aumentado até o ponto no qual eles começaram a ameaçar a existência de muitos ecossistemas e as espécies que vivem neles. Em pouco mais de dois séculos, a Revolução Industrial conduziu o mundo para uma nova época caracterizada pela intensa perda de biodiversidade.

Um exemplo de como a Revolução Industrial e seus desenvolvimentos posteriores colaboraram com a perda da biodiversidade é o aumento do uso de tecnologia para a geração de energia. Com o crescente número de pessoas, foi necessário suprir suas necessidades e instalar fontes geradoras de energia, como termelétricas e hidrelétricas que provocaram danos irreversíveis para a biodiversidade.

As termelétricas utilizam combustíveis fósseis para produzir energia, estas são instaladas próximas aos mares ou a rios, a água utilizada para resfriar as turbinas acaba sendo devolvida mais quente do que foi retirada, e conseqüentemente acaba aquecendo aquele ambiente, provocando sérios danos à cadeia alimentar daquele local. Outro fator impactante é o elevado número de poluentes emitidos pela queima de combustíveis fósseis, o que contribui para o aumento do efeito estufa e chuva ácida (INATOMI; UDAETA, 2005).

Segundo Inatomi e Udaeta (2005), as hidrelétricas intensificam a perda da biodiversidade, pois o local da instalação necessita de grandes modificações, como a destruição de espécies vegetais, inundações de áreas imensas, realojamento de espécies de animais, modificação da rota migratória de várias espécies, entre muitos outros efeitos negativos. Sendo assim, podemos perceber que com a instalação de tecnologias para a produção de energia e conseqüente aumento exponencial da quantidade de objetos, surge uma condição de degradação das antigas interações ecológicas, favorecendo o aparecimento e fortalecimento de novas relações ecológicas centradas na agência conjunta de humanos e objetos.

2. Materiais Sintéticos

Durante o século XX e também no atual século, muitos novos materiais foram criados pela indústria. Estes novos materiais estão presentes em nossas vidas diárias sob a forma de produtos constituintes de nossas roupas, nossos computadores, pneus, casas, cidades e até em nossa comida. Eles são parte de nossa vida. Estes materiais são completamente novos no planeta e seus números crescentes revelam a utilidade deles para os seres humanos na medida em que tornam os desafios da vida humana mais fáceis. O filósofo Robert A. Schultz em seu artigo chamado *Modern Technology and Human Extinction* (2016: 132) mostra uma pequena lista de alguns destes novos materiais. Abaixo apresentamos esta lista junto com a tradução em português para facilitar a leitura para os leitores lusófonos.

1. 1900: gasoline-powered automobile (automóveis movidos à gasolina)
2. 1909: synthetic fertilizers; (fertilizantes sintéticos)
3. 1909: plastics (Bakelite); (plásticos Bakelite, primeira forma de polímero sintético)
4. 1926: PVC (polyvinyl chloride); (PVC, cloreto de polivinilo)
5. 1927: PCBs (polychlorobiphenyl, banned 1979); (PCBs, policlorobifenilo, proibido 1979)
6. 1930: chlorofluorocarbons (discontinued 1994); (clorofluorocarbonos, descontinuados em 1994)
7. 1933: synthetic detergents; (detergentes sintéticos)
8. 1939: nylon; (náilon)
9. 1944: insecticides (organochlorine compounds; DDT banned 1973); (inseticidas, compostos organoclorados; DDT banidos em 1973)
10. 1949: jet engines for aircraft; (motores a jato para aeronaves)
11. 1949: plastics (polystyrene); (plásticos; poliestireno)
12. 1953: plastics (polyester); (plásticos; poliéster)

Todos estes materiais, além dos muitos não listados, interagem de maneira negativa com a biodiversidade, causando danos cada vez maiores. Numa perspectiva baseada na virada ontológica, pode-se argumentar que estes novos materiais, estas novas “coisas”, agem como um grupo, e esta ação é claramente no sentido de se multiplicar e adentrar em cada vez mais ecossistemas, atuando como colonizadores ávidos por novos espaços para colonizar.

3. Os Fertilizantes Sintéticos e Seus Impactos Sobre a Biodiversidade

A população humana vem crescendo exponencialmente ao longo dos últimos séculos. As invenções de ferramentas/máquinas/insumos/objetos agrícolas facilitaram o cultivo de diversas plantas e possibilitaram uma produção maior de alimentos. Contudo, ao mesmo

tempo em que produzimos mais bens de consumo, causamos impactos que estão diretamente ligados à diminuição da biodiversidade do planeta.

Até a invenção da agricultura, nossa espécie transitava em vários ambientes em busca de alimento. Por centenas de milhares de anos, os caçadores-coletores sobreviveram de uma forma que hoje chamamos de sustentável. Após a descoberta da agricultura, nossa espécie deixou de ser nômade e passou a viver em grupos maiores, modificando o ambiente de acordo com seu interesse. As primeiras culturas provavelmente apresentavam uma grande variedade de espécies nativas. A biodiversidade era elevada, assim como a matéria orgânica presente no solo dessas regiões.

Da agricultura primitiva à agricultura moderna ou convencional, muitas mudanças aconteceram. No século XX, a chamada Revolução Verde, iniciou uma nova fase na agricultura. Uma fase marcada pela mecanização das lavouras, produção de monoculturas e uso excessivo de materiais sintéticos, como pesticidas e fertilizantes químicos.

As monoculturas têm gerado grandes desequilíbrios ecológicos, pois “preservam” algumas espécies em detrimento de muitas outras. Este tipo de cultivo, com baixa biodiversidade, favorece a disseminação de pragas que precisam ser controladas com produtos inorgânicos fabricados com fósforo e outros elementos químicos que acumulam no ambiente e dificultam a sobrevivência de diversas espécies.

Desta forma, é possível afirmar, que a agência conjunta de humanos e objetos na agricultura, agravada pela Revolução Verde, tem provocado um aumento de material inorgânico no ambiente, levando a uma perda da diversidade biológica em diversos ecossistemas, comprometendo todo o equilíbrio ecológico.

4. Riscos Existenciais e as Possibilidades de Extinção Humana

O filósofo Nick Bostrom desenvolveu o conceito de riscos existenciais para descrever aquelas ameaças que podem *“aniquilar a vida inteligente originária da Terra ou permanente e drasticamente cortar seu potencial”* (2002). Entre os riscos existenciais estão os naturais tais como as erupções de super vulcões como o Toba. A super erupção do vulcão Toba ocorreu cerca de 75 mil anos atrás (HARRISON, 2005) e é considerada a principal causa do gargalo genético que é observado mesmo hoje com o reconhecimento da pobreza da diversidade do ADN humano.

Embora riscos existenciais naturais como a erupção de um super vulcão nos ameçam como espécie, há um conjunto de ameaças que é originado pelo nosso próprio comportamento. Durante a guerra fria, o mundo viveu sob a sombra de um conflito nuclear que poderia nos conduzir para um pesadelo onde nossa sobrevivência enquanto espécie seria incerta. A detonação de armas nucleares sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki em 1945 constitui um dos mais terríveis eventos da história humana. A humanidade descobriu uma maneira de destruir a si mesma. Com a proliferação das armas nucleares durante a guerra fria, a extinção humana tornou-se uma assustadora (e plausível!) possibilidade. Com o fim da guerra fria, o mundo encontrou algum alívio da ameaça nuclear. Entretanto, ao mesmo tempo, a crescente consciência a respeito das mudanças climáticas e do colapso ecológico representado pela Sexta Extinção em Massa nos conduziu a um novo pesadelo onde novamente a sobrevivência da espécie a longo prazo é colocada em dúvida.

Atualmente, temos muitas razões para nos preocupar com nosso futuro enquanto espécie. Conforme a Sexta Extinção em Massa avança em sua trilha de destruição, a capacidade do nosso planeta de suportar a vida humana está sendo levada até seus limites. As mudanças climáticas podem “fugir do controle” e ir além dos menos de 2 graus centígrados estabelecidos pelo acordo de Paris e, desta forma, ocasionar circunstâncias ambientais bastante nocivas para a humanidade.

5. Considerações Finais

A eclosão da Revolução Industrial representou não apenas a aparição de um número impressionante de objetos, mas também a aparição de novas relações ecológicas. Pode ser bastante controversa a questão colocada por aqueles que defendem a virada ontológica de que os objetos agem com o propósito de atingirem seus próprios objetivos. Tal afirmação pode suscitar críticas daqueles que não compartilham do mesmo referencial teórico. Todavia, ninguém duvida de que os objetos, produzidos em larga escala a partir da Revolução Industrial, *interagem* com os elementos naturais preexistentes, isto é, fauna, flora, ecossistemas. Essa interação tem sido bastante negativa para a biodiversidade e a Sexta Extinção em Massa representa a culminância deste processo de intensa mudança das relações ecológicas preexistentes.

Importante lembrar que os mais diversos ecossistemas estão sendo ameaçados em nosso planeta em razão dos tipos de ocupação e de atividades econômicas desenvolvidas neles. A agência conjunta de humanos e objetos está presente em todas as formas de atividades econômicas: agricultura, infraestrutura, telecomunicações, etc., fazendo com que a vida humana esteja cada vez mais ancorada em novas relações ecológicas onde a presença dos objetos se mostra cada vez mais forte.

Seguindo esta linha de pensamento, pode-se afirmar que atualmente muitos ambientes da Terra estão se convertendo em lugares de máxima eficiência produtiva, isto é, ambientes que tiveram seus aspectos ambientais alterados com o propósito de os seres humanos e os objetos extraírem deles o máximo de itens necessários ao atendimento das demandas de ambos os grupos de agentes. Desta forma, grandes campos de monocultura e de extração mineral podem ser considerados como ambientes de máxima eficiência produtiva. Contudo, os maiores exemplos de ambiente de máxima eficiência produtiva são as megalópoles modernas que reúnem, a um só tempo, as maiores concentrações de seres humanos e objetos. Entretanto, durante bilhões de anos, o planeta não precisou atender aos desígnios da espécie humana e muito menos os dos objetos. Antes do desenvolvimento da agricultura, do pastoreio, da mineração, da construção de cidades e da produção em massa, o coletivo formado por humanos e não-humanos (objetos) tinha um poder de impacto infinitamente menor que atualmente. Deste modo, os ambientes não eram forçados a atingir a máxima eficiência produtiva. Assim sendo, a biodiversidade era muito maior, o que caracteriza os ambientes como sendo de máxima eficiência biológica, isto é, ambientes capazes de suportar relativamente poucos indivíduos de muitas espécies, ao contrário dos ambientes de máxima eficiência produtiva, que são caracterizados por conterem relativamente muitos indivíduos de poucas espécies.

Embora os ambientes de máxima eficiência produtiva sejam os ambientes que reúnem o maior número de seres humanos e de objetos ao mesmo tempo, são também os mais pobres em biodiversidade. Tal relação é algo inédito na história planetária (a época em que vivemos é uma época de ineditismos!). Todavia, na trajetória do *Homo sapiens* pelo planeta (uma trajetória de ao menos 300 mil anos), a biodiversidade representou, assim como para todas as

outras espécies, o alicerce sobre o qual a vida de nossos ancestrais se assentou. Obviamente que os objetos, que já há 300 mil anos acompanhavam o *Homo sapiens* em suas jornadas de colonização de novos ambientes, foram valiosos aliados na luta da espécie pela existência. Contudo, agora cabe perguntar: Será que nossos aliados se converterão, num futuro não muito distante, em nossos inimigos no sentido de destruírem as condições ambientais propícias para nossa existência? Eis uma pergunta crucial não somente para arqueólogos, mas para qualquer pessoa minimamente conhecedora do que está acontecendo.

NOTAS

(1) Tradução livre do trecho original: There are a number of strands of thought within archaeology and outside which explore the effects that things have on people and I would like to use these to start thinking about the obligations objects place upon us when they are operating as a group. (GOSDEN, 2005: 193).

(2) Tradução livre do trecho original: “Objects use human muscles and skills to bring about their own reproduction”.

BIBLIOGRAFIA

BARNOSKY, Anthony [et al.] - Has the Earth's Sixth Mass Extinction Already Arrived? **Revista Nature**. ISSN 0028-0836. v. 471, n. 3, 2011, p. 51–57.

CHICHKOYAN, K. V. - **Grandes mamíferos del Sur: Extinciones Sudamericanas y la Colección Rodrigo Botet del Museo de Ciencias Naturales de Valencia, España**. Dissertação para obtenção do grau de Doutor. Universidad nacional de Rio Negro, San Carlos de Bariloche, 2011.

HARRISON, B. - Continental Drift, Super Volcanos, Asteroids and Understanding Their Effect on Species. **Anal of the art and science of zoos and aquariums, Joint SEAZA/ARAZPA Conference**. Melbourne, Maio de 2005.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

BOSTROM, Nick. Existential Risks: Analyzing Human Extinction Scenarios and Related Hazards. **Journal of Evolution and Technology**, Vol. 9, March 2002. Disponível na WWW: <https://nickbostrom.com/existential/risks.pdf>. [Consultado em 28/01/2018]. ISSN 1541-0099.

CEBALLOS, Gerardo et al. - Accelerated Modern Human–Induced Species Losses: Entering the Sixth Mass Extinction. **Science**. [Em linha]. v. 1, n. 5, 2015, p. 1 – 5. [Consultado em 20/05/2017]. Disponível na WWW < [URL:http://advances.sciencemag.org/](http://advances.sciencemag.org/) ISSN 2375-2548

GOSDEN, Chris. What Do Objects Want? **Journal of Archaeological Method and Theory**. [Em linha]. Vol. 12, No. 3, September 2005. [Consultado em 18/05/2017]. Disponível na WWW <https://pt.scribd.com/document/153952057/Gosden-What-Do-Objects-Want> ISSN 1573-7764.

INATOMI, Tais Aia Hassan; UDAETA, Miguel; MORALES, Edgar - Análise dos impactos ambientais na produção de energia dentro do planejamento integrado de recursos. [Em linha]. **Anais do III Workshop Internacional Brasil - Japão: Implicações Regionais e Globais em Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas 2005. [Consultado em 03/04/2018]. Disponível na WWW <http://www.espacosustentavel.com/assets/pdf/INATOMI_TAHI_IMPACTOS_AMBIENTAIS.pdf>

MEGA, Orestes Jayme; MIYAKE, Edson - O Fim Está Próximo: Arqueologia da sexta grande extinção - refletindo sobre as possibilidades de extinção humana. **Tessituras**. [Em linha] v. 4, n. 1, 2016, p. 235-258, jan./jun. [Consultado em 15/05/2017]. Disponível na WWW

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/7153/6570> ISSN 2318-9576

MEGA, Orestes Jayme; PARISOTO, Maico; ARAÚJO, Áldima Ambrozina; MIYAKI, Edson. Dançando à Beira do Abismo: Fundamentos do Estudo Interdisciplinar das Possibilidades de Extinção Humana. [Em linha] Revista **Antrope** nº 7, dezembro 2017. [Consultado em 20/01/2018]. Disponível na WWW http://www.cph.ipt.pt/download/AntropeDownload/ANTROPE_7/Antrope_7_DEZ_231-250.pdf ISSN 2183-1386

OLSEN, Bjørnar. Genealogías de la asimetría: por qué nos hemos olvidado de las cosas. [Em linha]. Revista **Complutum** 2007, Vol. 18: 283-319. [Consultado em 20/01/2018]. Disponível na WWW <https://pt.scribd.com/document/218528186/Arqueologia-Simetrica>. ISSN 1131-6993

SCHULTZ, R. A. Modern Technology and Human Extinction. [Em linha]. **Proceedings of Informing Science & IT Education Conference** 2016, 131-145. [Consultado em 20/01/2018]. Disponível na WWW <http://www.informingscience.org/Publications/3433>

GEOARQUEOLOGIA: UMA CIÊNCIA AUXILIAR OU UMA CIÊNCIA INDEPENDENTE? REFLEXÃO TEÓRICO- METODOLÓGICA

Cátia Sofia Machado Teixeira

Universidade do Algarve
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Artes e Humanidades
Núcleo de Alunos em Arqueologia e Paleoecologia
Campus Gambelas, 8005-139, Faro
catia.teixeira90@gmail.com

Geoarqueologia: uma Ciência Auxiliar ou uma Ciência Independente? Reflexão Teórico-Metodológica

Cátia Sofia Machado Teixeira

Historial do artigo:

Recebido a 05 de junho de 2018

Revisto a 18 de junho de 2018

Aceite a 27 de junho de 2018

RESUMO

A interação entre a Arqueologia e as Ciências da Terra deu origem ao desenrolar de uma nova área de estudo denominada por Geoarqueologia. Equipada de conceitos e métodos das ciências naturais, tais como, Micromorfologia, Petrografia, Sedimentologia, Estratigrafia, Mineralogia, Geoquímica, entre outras, a Geoarqueologia visa obter uma abordagem científica com base em estudos antropogénicos relacionados com a formação dos sítios arqueológicos e da evolução da relação homem-ambiente (transformação e adaptação do meio). Contudo, a complexidade geoarqueológica e os métodos nela estabelecidos limitam a sua identificação enquanto ciência auxiliar ou ciência independente. A sua interdisciplinaridade não permite identificá-la como uma ciência auxiliar ou independente, pois apesar de ligada à Arqueologia e às Ciências da Terra, a Geoarqueologia fornece uma base equiparada interdisciplinar evidente: destaca-se por si e não como dados auxiliares, mas não se denomina independente pois fornece uma ponte de ligação entre a Arqueologia e as Ciências da Terra.

Palavras-chave: Geoarqueologia, Arqueologia, Ciências da Terra, Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

The interaction between Archaeology and Earth Sciences gave rise to the development of a new area of study called Geoarchaeology. Equipped with concepts and methods of the natural sciences, such as Micromorphology, Petrography, Sedimentology, Stratigraphy, Mineralogy, Geochemistry, among others, Geoarchaeology aims to obtain a scientific approach based on anthropogenic studies related to the site formation processes and evolution of man-environment relationship (transformation and adaptation of the environment). However, the geoarchaeological complexity limits the identification as an auxiliary science or independent science. Although linked to Archaeology and Earth Sciences, the complexity of the geoarchaeological interdisciplinary approach does not establish this area of study as auxiliary or independent science: not auxiliary because it provides its own data, but not independent because it provides a "bridge" between Archaeology and Earth Sciences.

Key-words: Geoarchaeology; Archaeology; Earth Sciences; Interdisciplinary Approach.

1. Introdução

Nas últimas décadas, o estudo dos solos e da sedimentologia tem vindo a ser incorporado, de forma gradual, na análise arqueológica. Esse estudo não engloba uma análise meramente descritiva dos sedimentos, mas sim numa análise constituída por arquivos arqueológicos fundamentais que visam responder a questões paleoambientais bem como a questões na formação dos sítios.

Em grosso modo, esta interação geológica com o contexto arqueológico estabelece uma análise dos processos de formação dos solos, visto que os artefactos se encontram em depósitos sedimentares, num contexto estratigráfico preciso (ARROYO-KALIN, 2014). Essa análise possibilita a identificação de sedimentos transportados por ação antrópica (de onde provêm), que sedimentos *in situ* foram modificados por atividade antrópica, e quais os sedimentos utilizados na produção de certos artefactos (onde e como) (*idem*).

Estas análises e questões são abordadas pela Geoarqueologia. Os estudos geoarqueológicos, numa abordagem de solos e sedimentos antropogénicos, são determinantes na investigação arqueológica. Estes dados ajudam a compreender como as comunidades humanas exploraram e modificaram o meio envolvente, como se formaram os depósitos arqueológicos, e quais as informações estratigráficas recolhidas (MATEUS, MORENO-GARCÍA, 2003). Em suma, a Geoarqueologia ajuda a entender como a paisagem se transformou ao longo do tempo e como as comunidades humanas se adaptaram a esse meio.

A diversidade e a amplitude dos dados geoarqueológicos apresentam um panorama complexo, em conjunto com uma variedade de aplicações das geociências, dificultando a procura de uma terminologia adequada enquanto área, disciplina ou estudo. Mesmo que seja possível reconhecer a Geoarqueologia como uma disciplina da Arqueologia que incorpora na sua análise os métodos das geociências, essa barreira de identificação não nos permite obter uma afirmação enquanto ciência auxiliar ou enquanto ciência independente.

Esta problemática será explorada ao longo do estudo aqui analisado, tendo como fundamentos a abordagem geoarqueológica, o papel do geoarqueólogo em oposição ao do geólogo/geomorfólogo e do arqueólogo, bem como a complexidade e diversidade dos métodos aplicados, por exemplo, a Micromorfologia.

2. Geo-Arqueologia: conceitos e problemáticas

Em sentido lato, entende-se por Geoarqueologia (**vd. Diagrama 1.**), a contribuição das Ciências da Terra, sobretudo, da geomorfologia e sedimentologia, na interpretação paleoambiental como fonte de reconstrução dos contextos arqueológicos (GLADFELTER, 1977). O contexto estratigráfico e sedimentar providencia um padrão de interpretação paleoambiental, tal como os artefactos definem, por exemplo, uma outrora atividade cultural.

A Geoarqueologia elabora, através de estudos em campo e em laboratório, uma análise macro, meso e micro de determinado sítio arqueológico (*idem*). Esta análise providencia um

input de interpretação no padrão das atividades antropogénicas no tempo e espaço.

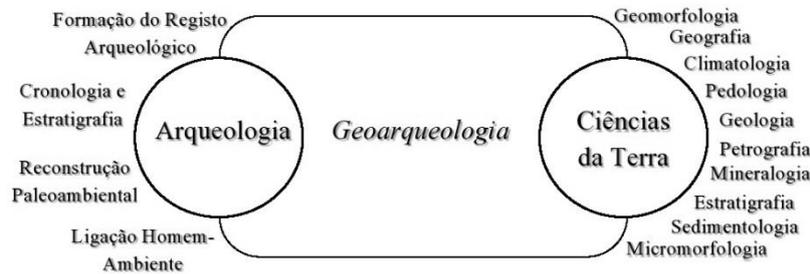


Diagrama 1. *Geoarqueologia*: interligação de métodos e conceitos das Ciências da Terra na interpretação dos processos de formação e de alteração do registo arqueológico. **Fonte:** Autora.

Atribuir um significado à Geoarqueologia não é difícil, contudo, definir a palavra *Geo-Arqueologia* acarreta alguma dificuldade de interpretação. A palavra “Geoarqueologia” foi primeiramente reconhecida nos anos 70 do século XX, quando foi formalmente introduzida na bibliografia arqueológica (MATEUS, MORENO-GARCÍA, 2003). Com este termo pretendia-se estabelecer pela primeira vez um significado à prática arqueológica que visava a utilização de técnicas e conceitos das Ciências da Terra.

A complexidade da utilização deste novo termo em Arqueologia não providenciava uma interpretação clara, visto que os vocabulários e instrumentos metodológicos eram variados, mesclados das Ciências da Terra e da Arqueologia. A multidisciplinariedade evidente na Geoarqueologia levou “a que os primeiros pesquisadores das duas disciplinas possuíssem um *background* metodológico e uma versatilidade que lhes permitia recolher e interpretar informações tanto no campo naturalístico-geológico como no campo arqueológico” (MATEUS, MORENO-GARCÍA, 2003: 37).

Para além do carácter de disciplina multifacetada e de difícil definição, juntava-se o facto da proximidade com a Arqueometria. Tanto a Geoarqueologia como a Arqueometria representam a física e a química dos materiais arqueológicos (GLADFELTER, 1977; MATEUS, MORENO-GARCÍA, 2003). Essa problemática torna a definição de Geoarqueologia um pouco clara, e a aproximação daqueles que “fazem Geoarqueologia” pode ser muito diferenciada (MATEUS, MORENO-GARCÍA, 2003: 38).

Devido a diferenças nos percursos académicos, na forma como os arqueólogos se articulam em campo, e na falta de formação universitária aplicada à Geoarqueologia, a formação daqueles que praticam esta ciência é muito variada, por exemplo, geoarqueólogos que utilizam somente as aplicações da Geografia e Geologia, bem como geoarqueólogos que utilizam predominantemente as aplicações próprias da Arqueometria (*idem*). Devido, a esta interdisciplinaridade e multidisciplinaridade da Geoarqueologia, torna-se difícil atribuir uma definição adequada e uma metodologia específica.

Assim, a designação para Geoarqueologia implica a integração de dados pertencentes a várias disciplinas, em que a componente “geo” se concentra na paisagem/ambiente, concentrando-se em aspetos da superfície terrestre e sistemas morfológicos (GLADFELTER, 1977). Desse

modo, os sítios arqueológicos poderão sofrer várias modificações relacionadas com fatores naturais (bioturbação, erosão, transporte, pedogênese, alteração química, entre outros) e/ou antrópicos (remobilização dos solos para fins agrícolas e florestais, construção, entre outros) que devem ser identificados para uma avaliação da integridade dos contextos arqueológicos e dos vestígios neles depositados.

É com estas bases identificativas que Colin Renfrew nos providencia as seguintes indicações acerca da natureza da Geoarqueologia:

“This discipline employs the skills of the geological scientist, using his concern for soils, sediments and landforms to focus these upon the archaeological “site,” and to investigate the circumstances which governed its location, its formation as a deposit and its subsequent preservation and life history. This new discipline of geoarchaeology is primarily concerned with the context in which archaeological remains are found. And since archaeology, or at least prehistoric archaeology, recovers almost all its basic data by excavation, every archaeological problem starts as a problem in geoarchaeology.”

Renfrew (1976: 2) Apud Goldberg, Macphail (2006: 2)

3. Arqueólogo versus Geólogo versus Geoarqueólogo

O papel do arqueólogo, enquanto investigador, visa responder a uma determinada pergunta de investigação e tenta compreender/estudar os sítios arqueológicos e os artefactos a ela associados, a fim de obter respostas sobre a cultura humana, a sua evolução no espaço e no tempo, e o seu envolvimento e adaptação com o meio.

Antes de qualquer arqueólogo tentar perceber a complexidade da relação do Homem com a paisagem, alguns elementos têm de ser analisados. Para o arqueólogo, definir dados sobre a adaptação humana face ao ambiente em que viveu (entender o comportamento humano, sobretudo, na Pré-História), pode demonstrar ser um desafio se não obtiver conhecimentos necessários das Ciências da Terra ou de outras disciplinas semelhantes (GLADFELTER, 1977). No entanto, existem relativamente poucos indivíduos que são treinados simultaneamente na Arqueologia e em outra área científica. Uma das soluções para combater esta forte limitação seria a introdução de multidisciplinaridade nos cursos de Arqueologia.

O Geólogo, ou Geomorfólogo para ser mais preciso, estuda a superfície terrestre, como se alterou no tempo geológico, assim como na análise dos aspetos morfológicos, tais como, rios, lagos, bacias oceânicas, acidentes topográficos, as regressões e transgressões, entre outros (GLADFELTER, 1977; ARROYO-KALIN, 2014). Os aspetos morfológicos da superfície terrestre assim como as alterações climáticas poderão influenciar e modificar o comportamento humano numa determinada região (GOLDBERG, MACPHAIL, 2006). A evidência geomorfológica e sedimentológica utilizada pelos geólogos procura identificar os processos dessa mesma região onde as comunidades humanas habitaram. Todavia, estas análises poderão conter algumas lacunas na interpretação final dos sítios.

A falta de uma base de conhecimento da área da Arqueologia poderá levar a diferentes conclusões sobre o sítio arqueológico ou sobre as condições pós-deposicionais, mesmo que a observação geomorfológica seja cuidadosa e crítica. Essas observações podem erroneamente afetar as interpretações sobre a atividade humana, sobretudo, no período pré-histórico, em que todos os registos extraídos da análise de campo são essenciais na sua interpretação. O conhecimento de um geólogo/geomorfólogo é, sem retirar crédito, essencial na obtenção de

um maior leque de análises e conhecimentos, mas não lhes permite obter uma linha de ligação com o arqueólogo na interpretação do contexto arqueológico em relação às atividades antropogénicas outrora realizadas (GLADFELTER, 1977).

É nessa falta de ligação que o geoarqueólogo atua como uma “ponte” de informação entre a Arqueologia e a Geologia/Geomorfologia. No campo, o geoarqueólogo tem a responsabilidade de interpretação do local e do ambiente que o rodeia. Deverá, em primeiro caso, ler, escrever e interpretar o contexto sedimentar e a estratigrafia do sítio arqueológico, e estabelecer quais as amostras a colher para a análise laboratorial. O reconhecimento de uma abordagem geoarqueológica serve para enfatizar as contribuições da geomorfologia em resposta a problemas arqueológicos (*idem*): quais foram as condições paleoambientais que permitiram ao enterramento dos materiais? Por que alguns materiais se encontram *in situ*, enquanto outros foram movidos? Há evidências de mudanças ou distúrbios pós-deposicionais? Os estudos sedimentares são confiáveis na interpretação arqueológica?

Para se obter uma melhor abordagem, é necessário que ambos os investigadores sejam cooperativos, a fim de receberem uma colaboração em todos os níveis de investigação, pois cada ciência poderá contribuir para a obtenção de uma melhor conceção, execução e interpretação da análise de estudo arqueológica.

4. Abordagem geoarqueológica: objetivos e questões

As transições expressas nos contextos arqueológicos representam eventos importantes na história humana. Essas transições podem refletir-se em mudanças culturais a larga escala, por exemplo, de caçadores-recolectores para sociedades agro-pastoris, assim como em mudanças biológicas, por exemplo, no desenvolvimento de novas espécies e da extinção de outras (a transição do Paleolítico Médio para o Superior é uma das transições mais reconhecidas) (GOLDBERG et al., 2008).

Na maioria das vezes, essas transições são detetadas pela variação dos artefactos ou dos seus atributos numa sequência estratigráfica. Essa variação pode ser refletida através de uma análise tipológica e tecnológica dos materiais. A determinação dessas variações é analisada dentro de um contexto geoarqueológico (GOLDBERG et al., 2008; ARROYO-KALIN, 2014). Desse modo, para compreender um sítio arqueológico, os processos da sua formação, a estratigrafia, a microestratigrafia, os processos deposicionais e pós-deposicionais, o geoarqueólogo necessita utilizar uma abordagem analítica (*idem*).

Uma das bases conceptuais da abordagem geoarqueológica consiste na “convicção” que as dinâmicas culturais podem ser reconstituídas e reconhecidas, tendo como suporte basilar o entendimento que as comunidades humanas atuam através de processos interpretáveis. Segundo Mateus, Moreno-García (2003: 42), “os humanos deixam, do ponto de vista dos processos e das dinâmicas com que agem, “assinaturas” que, oportunamente lidas, permitam realizar uma reconstituição comportamental e cultural das comunidades humanas do passado”. Isso vai de encontro ao conceito formulado por James Hutton em 1788: *The present is the key to the past* (MATEUS, MORENO-GARCÍA, 2003; RUBIN, SILVA, 2013).

Assim, para entender o contexto ambiental e os aspetos dinâmicos da geomorfologia regional, é necessário o geoarqueólogo ter uma visão ampla do sedimento arqueológico para compreender determinado sítio arqueológico (*idem*).

Essa abordagem visa o estabelecimento de objetivos pré-definidos (MATEUS, MORENO-GARCÍA, 2003: 43):

- (i) Cronologia e estratigrafia (análise a sucessões estratigráficas do sítio, local ou da região de estudo; definir sequências cronológicas; localizar no tempo acontecimentos);
- (ii) Formação do registo arqueológico (formação dos processos sedimentares; interferências antrópicas e não antrópicas no registo; modificações deposicionais e pós-deposicionais);
- (iii) Reconstrução paleoambiental (reconstrução do meio físico; alterações climáticas a nível global e regional; relação tempo-espço);
- (iv) Ligação entre o Homem e o ambiente (compreender os sistemas de ocupação e o espaço neles inserido; relação entre o homem e o meio; aprovisionamento dos recursos disponíveis da paisagem; adaptação e impacto antrópico da paisagem).

Estes estudos são realizados pelo geoarqueólogo no terreno e em laboratório. A compreensão dos processos sedimentares (estratigrafia) é observada *in situ*, e a interpretação desses processos é analisada através de amostras de sedimentos em laboratório, utilizando técnicas e métodos pré-estabelecidos. A análise e interpretação geoarqueológica são feitas do seguinte modo (MATEUS, MORENO-GARCÍA, 2003: 42):

- (i) macroescala (estudo do contexto ou de mais sítios em escala regional e do território);
- (ii) mesoescala (estudo *in situ* do sítio arqueológico, como posição topográfica, localização geomorfológica);
- (iii) microescala (estudo da componente estratigráfica da organização espacial *intra*-sítio, assim como de análises microscópicas, por exemplo, análise da Micromorfologia em lâminas finas preparadas a partir de amostras de blocos sedimentares).

Qualquer indivíduo que pratique Geoarqueologia deve, em campo e no laboratório, expor para si as seguintes questões que englobam uma abordagem científica em relação estreita com a Geoarqueologia (MATEUS, MORENO-GARCÍA, 2003: 44):

- (i) Sítios: Onde encontrá-los? Estarão preservados? Não? Estão relacionados com o contexto ambiental em que se encontram inseridos?
- (ii) Território: Foi alterado? Se sim, como, quando, porquê, de que forma? Foi modificado pela ação antrópica? Se sim, como e quando?
- (iii) Padrões de povoamento: Resultado da adaptação à paisagem? Reflexo de abandono de determinados sítios? Porquê? Existem relações entre os sítios e os recursos disponíveis pela paisagem?
- (iv) Recursos: Estarão disponíveis na paisagem? Quais os recursos e abundância? Onde se localizam? Se foram explorados, como, quando e porquê?
- (v) Artefactos e ecofactos: Quais e encontram-se preservados? Onde foi recolhida a matéria-prima? Estarão *in situ*? Não? Porquê?
- (vi) Depósitos arqueológicos: Como se formaram? De que são compostos esses depósitos? A sua estrutura atual poderá se refletir na estratigrafia original? Não? Porquê? Qual a importância dos processos pós-deposicionais?
- (vii) Estratigrafia: Qual será a sequência de ocupação do sítio? Será possível reconstituir a sucessão estratigráfica do sítio? Limitações? Porquê e como superá-las?

- (viii) Impacto antrópico: Houve? Se sim, quais as consequências? Onde, como e quando? Quais as suas origens? Motivos?

Todas estas questões poderão ser respondidas através de uma análise pormenorizada da Geoarqueologia e dos métodos a aplicar pelo geoarqueólogo. Encontrar a solução a essas respostas não é tarefa fácil para o geoarqueólogo. Deverá obter uma abordagem ampla dos métodos geoarqueológicos, tais como, prospeção geomorfológica, morfometria, reconhecimento no terreno, análises de laboratório, análise de fácies, Micromorfologia, classificação Pedológica, correlações e análise estratigráficas, datações, caracterização petrográfica, prospeção geofísica, prospeção geomecânica, geoquímica, entre outras.

O conjunto de todos estes parâmetros permitem estabelecer uma análise e interpretação precisa do registo arqueológico e da formação dos processos sedimentares do sítio.

5. Geoarqueologia em prática: o impacto da Micromorfologia

Os solos são uma das fontes de informação mais importantes na investigação da história natural bem como cultural. Essa é uma das razões porque essa fonte tem vindo a ser utilizada com maior frequência internacionalmente por vários arqueólogos. Os sedimentos podem providenciar dados analíticos diferentes, por exemplo, análises polínicas, macro fósseis e análises químicas (SAGEIDET, 2000).

Uma das áreas praticadas pela Geoarqueologia e que mantém uma relação estreita com análises pedológicas é a Micromorfologia. Em sentido amplo, a Micromorfologia é o estudo microscópico de sedimentos, sendo analisado qualquer tipo de sedimento. Esta área é similar às análises petrográficas, visto que utiliza métodos semelhantes como lâminas finas e microscópios óticos polarizadores (MACPHAIL et al., 1990; SAGEIDET, 2000). O estudo de solos ou sedimentos utilizando a Micromorfologia requer uma preparação pré-estabelecida na recolha de amostras. É importante que esta recolha seja feita de acordo com uma metodologia própria para realizá-las corretamente (CASTRO et al., 2003).

Esta técnica tem sido explorada desde o último século pela Geologia, e usada na ciência pedológica ao longo dos últimos 50 anos. Na Arqueologia, a Micromorfologia começou a ser aplicada nos anos 50 e 60 do último século, mas só nos últimos 10 anos é que se observou uma maior ligação com os dados arqueológicos (melhor aplicação nas análises como tipo de grão, análises mineralógicas), provendo resultados satisfatórios na investigação de paleosolos e sedimentos (SAGEIDET, 2000; CASTRO et al., 2003). Este sucesso levou ao constante crescimento da utilização da Micromorfologia na Arqueologia, ainda que necessite de um maior reconhecimento por parte do mundo académico, pois dessa forma, providenciará um suporte científico legível na investigação arqueológica (*idem*).

A Micromorfologia pode providenciar informações culturais e paleoambientais precisas de diversos sítios arqueológicos. Contudo, essas informações poderão conter algumas limitações de interpretação dos solos. Os processos pedológicos associados a atividades humanas ou animais podem afetar o sedimento *in situ*. Um dos problemas mais frequentes no estudo da sedimentologia trata-se da preservação sedimentar, uma vez que os sedimentos e os solos poderão estar remexidos, não só devido à ação de organismos bem como pela ação intrusiva das raízes de árvores (MACPHAIL et al., 1990).

De igual forma, os agentes anaeróbicos ou enxurradas de água podem remover os solos mais antigos em substituição de outros mais recentes (*idem*). Estes agentes tornam difícil obter

interpretações precisas, por exemplo, como seria o sítio durante o período de ocupação, se foi modificado pela ação antrópica, e o que aconteceu ao sítio depois do seu abandono. Esses problemas não podem ser interpretados se examinados apenas com uma só escala de análise mas sim, como já referido anteriormente, por meio da macroescala, mesoescala e microescala, e obtendo dados auxiliares de outras ciências que possam ser relevantes na análise interpretativa dos sedimentos (*idem*).

Um dos maiores contributos da Micromorfologia é na identificação da formação de *layers*, pois providencia informações fundamentais sobre tafonomia (formações pós-deposicionais), bem como dados da história cultural e evolutiva de um sítio arqueológico (SAGEIDET, 2000).

A Micromorfologia utilizada em Arqueologia pode ser reconhecida atualmente como um grande potencial interpretativo na compreensão da natureza cultural de um sítio arqueológico (Aldeias, Bicho, 2016). Isso sugere que esta área é uma técnica de grande potencial no avanço da análise arqueológica, visto que muitos dos processos encontram-se gravados microscopicamente nos solos e sedimentos. Ainda assim, a relação da Micromorfologia com a Arqueologia ainda carece de uma união, pois aqueles que estudam esta área não têm vindo a aumentar nos últimos anos (MACPHAIL et al., 1990; GOLDBERG, ALDEIAS, 2016). Alguns autores afirmam que aqueles que praticam Micromorfologia porão em prática o verdadeiro potencial desta área quando aplicada na Arqueologia (MACPHAIL et al., 1990).

Assim, esperamos que tais afirmações se reflitam nos próximos anos, e que esta área venha a crescer globalmente e a ser utilizada com maior regularidade nas interpretações arqueológicas.

6. Discussão: como definir a Geoarqueologia

A crescente colaboração entre investigadores das áreas das geociências e da arqueologia tem transformado profundamente a natureza dos estudos arqueológicos, visto que tem vindo a aumentar o interesse pelos estudos ambientais e pelo seu meio envolvente. Ainda que entendemos a definição geoarqueológica como a utilização de métodos e técnicas das Ciências da Terra, essa definição é oscilante entre uma aplicação laboratorial e técnicas ao dispor da Arqueologia.

Fouache et al. (2010: 207) define Geoarqueologia como *“the geosciences and geographical methods and techniques applied to prehistory, archaeology and history”*. Esta relação reflete o facto da Arqueologia e das Ciências da Terra se ocuparem ambas da recolha de informações a partir de elementos presentes na superfície terrestre, e da sua subsequente interpretação. É esse intercâmbio metodológico entre as duas ciências que permitiu o crescente desenvolvimento da Geoarqueologia.

Assim, entendemos os estudos geoarqueológicos como o desenrolar de um intercâmbio contínuo e recíproco na história das Ciências da Terra e da Arqueologia. Essa ligação é permanente e não independente. Não há uma Geoarqueologia enquanto disciplina independente, pois encontra-se interligada aos conceitos e métodos das geociências e da interpretação arqueológica: *“[Geoarchaeology is] the geoscience tradition within archaeology [and] deals with earth history within the time frame of human history”* (GLADFELTER, 1981: 343 *Apud* MATEUS, MORENO-GARCÍA, 2003: 38).

Assim, poderemos afirmar a existência de uma Geoarqueologia enquanto ciência auxiliar? Não. Porquê? Uma ciência ou disciplina auxiliar pode implicar uma subvalorização, apenas

utilizada quando necessária. No entanto, a Geoarqueologia, ainda que vinculada com a Arqueologia e as Ciências da Terra, apresenta uma abordagem com identidade própria, sendo utilizada não como uma investigação auxiliar mas sim com uma investigação permanente. Se não fosse este o cenário, então porque o arqueólogo não pode aplicar conceitos “geo” ou o geólogo não pode emprestar os métodos que utiliza para solucionar problemas “arqueológico”?

A existência de uma interface entre os conceitos “geo” e “arqueológico”, veio solucionar o problema da falta de ligação entre essas duas vertentes, encontrando respostas que visam para um esclarecimento de uma interligação *geo-arqueológica*.

Em suma, como podemos classificar a Geoarqueologia? A resposta a essa pergunta é, de facto, complexa e não imediata. Esse esclarecimento reside em parte no equipamento teórico (objetivos a desenvolver) e metodológico do geoarqueólogo, e em parte na sua maneira de observar e interpretar o registo arqueológico e o seu contexto.

Desse modo, a Geoarqueologia é uma ciência de *interface*, uma abordagem metodológica das geociências com uma identidade própria e aplicada frequentemente na Arqueologia. Assim, poderemos concluir a com seguinte frase exposta por Fouache et al. (2010: 207): *“To us, Geoarchaeology is not a discipline per se, but an interdisciplinary approach”*.

7. Considerações Finais

A Geoarqueologia, enquanto abordagem interdisciplinar, permite identificar os processos de formação e alteração do registo arqueológico. Estas análises são fundamentais para reconstituir o comportamento humano ao longo do tempo e espaço, a evolução do Homem enquanto cultura, e a sua relação/interação com o ambiente (exploração, transformação e adaptação do meio envolvente).

A contribuição da Geoarqueologia continua por se constituir como uma parte fundamental do registo arqueológico, tornando-se cada vez mais presente na investigação daqueles que praticam Arqueologia. Qualquer tipo de espólio arqueológico encontra-se intimamente ligado com as componentes físicas da paisagem, como o relevo, as sequências sedimentares e a organização estratigráfica dos depósitos. *“É por essa razão tão elementar que as contribuições das Ciências da Terra, como a Paleontologia, a Estratigrafia ou a Geomorfologia, têm sido determinantes em todas as fases do desenvolvimento da Arqueologia e que qualquer projeto de investigação arqueológica inclui uma componente geoarqueológica mais ou menos ampla”* (MATEUS, MORENO-GARCÍA, 2003: 35).

“...every archaeological problem starts as a problem in geoarchaeology.”

Renfrew (1976: 2) Apud Goldberg, Macphail (2006: 2)

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ARROYO-KALIN, Manuel - **Anthropogenic sediments and soils: Geoarchaeology**. In SMITH, C, (ed.) *Encyclopaedia of Global Archaeology*. Springer New York: New York, NY, USA, p. 279-284, 2014.
- ALDEIAS, Vera, BICHO, Nuno - **Embedded Behavior: Human Activities and the Construction of the Mesolithic Shellmound of Cabeço da Amoreira, Muge, Portugal**. *Geoarchaeology: An International Journal*, 00, 2016, p. 1–20.
- CASTRO, Selma Simões; COOPER, Miguel; SANTOS, Mauro Carneiro; VIDAL-TORRADO, Pablo - **Micromorfologia do solo: bases e aplicações**. In VIÇOSA, M.G. *Tópicos em Ciência do Solo*, v. 3, 2003, p. 107-164.
- FOUACHE, Éric; PAVLOPOULOS, Kosmas; FANNING, Patricia - **Geomorphology and Geoarchaeology: cross-contribution**. *Geodinamica Acta*, 23: 5-6, 2010, p. 207-208.
- GLADFELTER, Bruce G. - **Geoarchaeology: The Geomorphologist and Archaeology**. *American Antiquity*. Vol. 42, No. 4, 1977, p. 519-538.
- GOLDBERG, Paul; ALDEIAS, Vera - **Why does (archaeological) micromorphology have such little traction in (geo)archaeology?**. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 2016, p. 1-10.
- GOLDBERG, Paul; MACPHAIL, Richard I. - **Practical and Theoretical Geoarchaeology**. Blackwell Science Ltd in Blackwell Publishing Company: New Jersey, USA, 2006. ISBN 0-632-06044-1
- GOLDBERG, Paul; MEIGNEN, Liliane; MALLOL, Carolina - **Geoarchaeology, Site Formation, and Transitions**. In *Transitions in Prehistory: Essays in Honor of Ofer Bar-Yosef*. American School of Prehistoric Research Publication. Oxbow Books: Cambridge, USA, 2008, p. 431-443.
- MACPHAIL, Richard I.; COURTY, Marie-Agnès.; GOLDBERG, Paul - **Soil micromorphology in archaeology**. *Endeavour*. New Series, Volume 14, No. 4, 1990, p. 163-171.
- MATEUS, José Eduardo; MORENO-GARCÍA, Marta (eds.) - **Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura**. *Trabalhos de Arqueologia*. 29. Direção-Geral do Património Cultural, Lisboa, 2003. ISBN 972-8662-13-0
- RUBIN, Julio; SILVA, Rodrigo - **Geoarqueologia**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás v. 12, n.1, 2014, p. 185-189.
- SAGEIDET, Barbara Maria - **Soil Micromorphology and its contribution to the interpretation of archaeological sites**. *AmS-Varia* 37, Stavanger, 2000, p. 21-25.

